

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 31 DE AGOSTO DE 2005

NÚMERO 5.472

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR
SOCIALISTA**
Líder: Altair Guidi

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Afrânio Boppré
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Afrânio Boppré
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Afrânio Boppré – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Afrânio Boppré
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ana Paula Lima – Presidente
Odete de Jesus – Vice
Francisco Küster
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1697
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 059ª Sessão Ordinária da
15ª realizada em 24/08/2005.....2

Atos da Mesa

Ato da Mesa16
Resolução16

Publicações Diversas

Atas das Audiências Pública.....
.....17
Atas das Comissões
Permanentes38
Portarias40

PLENÁRIO

ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Rogério Mendonça - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Destaca a presença de Moacir de Oliveira, presidente do PT de Caçador e coordenador do partido naquela microrregião.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (pela ordem) - Registra a presença do vereador do PTB de Laurentino, Cláudio Tonet, e parabeniza o vice-prefeito Carlos Alberto Tridapalli, que assumiu a prefeitura de Laurentino.

Breves Comunicações

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Elogia os micro e pequenos empresários e exorta a Casa à debater a nova lei geral para o setor.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Parabeniza o deputado José Carlos Vieira e concorda com a posição de estudar a nova lei geral das micro e pequenas empresas.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Parabeniza Orestes Golanovski, maior doador de sangue do mundo; comenta a situação ambiental de Lages em virtude do lixão.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Parabeniza o sr. Orestes Golanovski e lembra que ajudou sua entidade a adquirir um ônibus.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Exalta a figura de Orestes Golanovski.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Manifesta surpresa com a situação de Lages e comenta o ocorrido em Chapecó, onde morreu um catador no lixão.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (aparte) - Sugere o aperfeiçoamento do processamento do lixo, transformando em adubo orgânico.

Partidos Políticos

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Reporta-se ao parque nacional de São Joaquim e à necessidade de indenizar as famílias que tiveram suas terras desapropriadas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta a operação Pé no freio realizada pela Polícia Rodoviária Federal em SC.

DEPUTADO NELSON GOETTEN - Aborda a importância da microempresa e da agricultura para o estado; critica a política econômica do governo do PT e comenta a pesquisa do Ibope sobre a crise política.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Elogia o trabalho do Corpo de Bombeiros Militar no incêndio do mercado público de Fpolis; desculpa-se, em nome do governo, pelo episódio do concurso da educação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (aparte) - Elogia o trabalho do Corpo de Bombeiros Militar.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Defende o governo e o governador no episódio do concurso da educação.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (pela ordem) - Informa ser o autor do projeto que deu origem à LC nº 263/04, que prevê atendimento às comunidades quilombolas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Comunica que a Comissão de Direitos Humanos recebeu as reivindicações da comunidade quilombola e vai agir.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Elogia o líder do governo pelo pedido de desculpas, mas reitera as críticas ao concurso público da educação.

DEPUTADO CELESTINO SECCO (aparte) - Registra os resultados do Fórum do Corredor Bioceânico Central, realizado em 2004 e critica o governo do estado por somente agora demonstrar interesse pelo assunto.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NELSON GOETTEN - Explica as razões de não mais criticar o governo estadual.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) -

Defende o PFL das acusações da líder dos quilombolas.

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Manifesta-se sobre a LC nº 263/04; aborda o projeto de lei que regulariza o terreno em que se encontra o ginásio de esportes Ivan Rodrigues, de Joinville; tece comentários acerca do estado de conservação da penitenciária de Joinville.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica a falta de iluminação da estrada da serra do Rio do Rastro; reporta-se ao não-pagamento da defensoria dativa pelo governo estadual, e refere-se ao lançamento do site da bancada do PP.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (apartes) - Cobra decisão da Mesa acerca dos pedidos do STJ para processar o governador; tece críticas à utilização dos recursos da conta única para fins não previstos em lei.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Reporta-se ao projeto que concede o título de cidadão catarinense a Arthur Moreira Lima; registra os debates que realizará, como candidato à presidência do PT, no interior do estado, e defende o PT dos ataques do deputado Nelson Goetten.

DEPUTADO PAULO ECCEL (aparte) - Lembra que vários partidos têm parlamentares acusados de atos de corrupção.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (aparte) - Argumenta que dentro do PT há traidores.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (pela ordem) - Reclama da falta de quorum para poder rebater o discurso de um colega; convida para audiências públicas que ocorrerão no interior do estado, no final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, todas as tardes nós damos as boas-vindas a todos que nos acompanham pela TVAL e também àquelas pessoas que vêm aqui assistir às nossas sessões. Eu quero saudar todos os presentes e destacar a presença, entre nós, do sr. Moacir de Oliveira, presidente do PT de Caçador e coordenador de toda a microrregião do PT com sede em Caçador.

Quero fazer, então, uma referência à presença do Moacir de Oliveira, de Caçador, aqui nas galerias da Assembléia Legislativa, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta presidência registra a visita dos senhores e deseja boas-vindas à Assembléia.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador do PTB do município de Laurentino, sr. Cláudio Tonet, como também parabenizar e desejar uma feliz gestão ao vice-prefeito Carlos Alberto Tridapalli, que assumiu a prefeitura de Laurentino em função do afastamento da prefeita Ivete Terezinha Losi Dalpiaz.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feita a manifestação do deputado Sérgio Godinho, a presidência registra também a presença de integrantes da Adosarec - Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas -, cuja comitiva é liderada pelo presidente Silmir Golanovski. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O deputado Antônio Aguiar formula requerimento à mesa, e a presidência submete à apreciação dos demais integrantes, sobre a possibilidade de suspendermos a sessão por exatos cinco minutos para que o presidente da Adosarec possa fazer uma homenagem à Assembléia e uma exposição de seus trabalhos, durante exatos três minutos.

Consulto os srs. deputados sobre essa possibilidade.

(Os deputados aquiescem.)

Com a concordância de todos, a sessão fica suspensa por até cinco minutos. A sessão será retomada às 14h40min.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o deputado José Carlos Vieira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, venho a esta tribuna para mais uma vez trazer algumas reflexões sobre o momento em que vivemos em nosso país. Não quero falar sobre a crise em si, porque se os srs. deputados perceberam, sempre que vim a esta tribuna falar sobre esta grave crise que se abate sobre o nosso país procuro alguma lição, algo que possa conduzir-nos para um rumo melhor ao futuro que nos espera.

Nesse fim de semana, no Rio Grande do Sul, em Gramado, reuniram-se políticos, empresários e até filósofos para debater sobre o que será, quem sabe, o início de um novo ciclo na vida do nosso país, porque a crise é tão grave, tão contundente, que denuncia o encerramento de um ciclo e o início de um novo. Novos paradigmas serão estabelecidos, a partir deste momento no nosso país e nós, deputados, precisamos estar atentos.

Que paradigmas serão esses? Como se estabelecerá o novo rumo e assentado sobre o quê? Eu, pessoalmente, acredito que essa crise levará necessariamente a uma reforma constitucional. A reforma já estava amadurecendo, mas parece-me que a Constituição de 1988 não atenderá aos novos paradigmas que se estabelecerão para o nosso país. Será preciso mexer, provavelmente, em todas as áreas, com a reforma tributária, sem dúvida alguma, já se fala nisso; com a reforma política, claro, mas também com a reforma trabalhista e em outros assuntos que, às vezes, passam despercebidos, mas que são de suma importância.

Eu quero falar sobre um desses assuntos aqui, hoje. É preciso voltar um pouco no tempo para perceber as grandes mudanças que vêm ocorrendo em nosso país. É preciso prestar atenção por que não estamos sendo abatidos (a economia, pelo menos) por essa crise que estamos vivendo. Eu queria socorrer-me de testemunhas com larga experiência, como o deputado Onofre Santo Agostini e o deputado Francisco Küster, porque eu fiz um estudo de 1951 até agora.

V.Exa., deputado Onofre Santo Agostini, foi testemunha, era menino, jovem, naquela época, na década de 50. O que acontecia com o nosso país naquela época? Não produzíamos praticamente nada; a nossa indústria era incipiente! Dizem que importávamos vidro, palitos de dente, roupas e até móveis. A nossa agricultura era do tempo de Jeca Tatu. Essa figura eu me lembro, era muito menino, mas via um homem depauperado, com uma enxada nas costas. Isso tudo mudou. O nosso país cresceu, evoluiu; o produto interno bruto brasileiro, em 1951, que era de US\$ 20 bilhões, chegou a US\$ 800 bilhões - cresceu mais de quarenta vezes em 50 anos!

Crescemos mais do que o Japão, a Alemanha, a Itália, deputados. Quase ninguém acredita nisso, mas é verdade. Crescemos, sim, muito! Éramos quase nada e hoje somos um país forte, com uma economia pujante e respeitada no mundo. Por que a crise não nos abateu agora, recentemente?

Quero relatar o episódio de 1999, quando houve a desvalorização da moeda brasileira de quase 300%. Diziam os economistas do mundo inteiro que o Brasil iria quebrar; que nós iríamos ter um recuo no PIB; que a inflação iria crescer na ordem de 60%; que aconteceria conosco o que aconteceu com o México, com a Rússia ou com os tigres asiáticos. E não aconteceu. O Brasil seguiu o seu rumo.

Portanto, essa crise de agora, que não vem abalando a economia, é mais uma comprovação de que o nosso país mudou muito. Qual é a causa dessa força que o nosso país tem? Uma das grandes causas são as micro e pequenas empresas.

Se v.exas. observarem, lembro-me da nossa Joinville há 30 anos, quando cinco ou seis famílias dominavam a economia do município e meia dúzia de empresas geravam os empregos. Isso acontecia em Brusque, em Blumenau e em outros recantos do estado. E o que é a nossa Joinville hoje? É uma Joinville com mais de duas mil empresas industriais; com mais de doze mil comércio, com mais de dez mil prestadoras de serviços. E cada uma delas com um gerente, com um pequeno empresário a sua frente, dois carros na garagem, uma casa modificada, melhorada. As micro e pequenas empresas foram as grandes propulsoras da chamada mobilidade social.

Hoje, nós temos a riqueza mais distribuída. É verdade que somos altamente injustos - é um país injusto, sim, em termos de distribuição de renda -, mas as micro e pequenas empresas foram as grandes responsáveis pela revolução nas nossas cidades. A riqueza se espalha; a capilaridade das micro e pequenas empresas é que faz com que o nosso país, hoje, não seja abatido por grandes crises, como essa que nós estamos vivendo.

Por isso é que quero trazer a esta Casa um novo assunto. O assunto da lei geral das micro e pequenas empresas. Nós precisamos prestar atenção a esta grande lei que vai revolucionar a legislação brasileira e, conclusivamente, a legislação estadual, posto que Santa Catarina é o berço das micro e pequenas empresas. Nós precisamos estar atentos à lei geral das micro e pequenas empresas que será debatida no Congresso Nacional.

Penso que deveríamos formar uma comissão temporária - vamos consultar nossa assessoria legislativa - para chamar aqui os representantes das micro e pequenas empresas do nosso estado.

Temos a maior associação de micro e pequenas empresas do país, a Ajorpeme, da região norte do estado de Santa Catarina. Temos a Fampesc, que vai completar 20 anos no mês de setembro. Sem dúvida, poderemos contribuir muito para esses novos tempos do nosso país, se fizermos uma legislação adequada que prestigie as micro e pequenas empresas, pois vivem momentos críticos, porque elas sozinhas não podem concorrer com a grande empresa; não podem sobreviver nesse cipoal de leis e, principalmente, nesse emaranhado de taxas, contribuições e impostos.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado, fico imensamente feliz e orgulhoso de tê-lo não só em nossa bancada, mas de modo especial como nosso amigo. Essa é a agenda positiva que o governo federal e os governos deveriam adotar e que V.Exa. coloca tão bem.

Parabéns, deputado! É exatamente isso. Não adianta ficar chorando pelo leite derramado. Temos que apresentar solução para os problemas que afligem a nação brasileira. E v.exa. apresenta.

Por isso, quero cumprimentar v.exa. e dizer que em 1951 ainda se plantava milho e feijão no sacho! Os antigos sabem o que isso quer dizer. Não havia máquina para plantar milho e feijão. Era no sacho mesmo! Faziam um buraco, colocavam o milho ou o feijão e cobriam com o pé, para só depois, no período da safra, colhê-los.

Realmente a evolução colocada por v.exa. foi excepcional. Eu o parabenizo, prezado deputado, pela colocação inteligente, sábia, de quem quer o bem da sua terra, porque está apresentando uma agenda positiva. Essa, sim, pode ajudar-nos a sair da situação gravíssima em que nos encontramos.

Parabéns, nobre deputado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Eu quero parabenizar também todos os prefeitos e vereadores do PFL que estavam reunidos em Lages no fim de semana passado, quando decidiram empreender neste sentido: fazer com que a sociedade catarinense possa gerar cerca de 25 mil novas empresas, que, como consequência, poderão gerar postos de trabalho para continuarmos o crescimento seguro do nosso país.

Volto a insistir, sras. deputadas e srs. deputados, e peço o apoio, para instalarmos nesta Casa um organismo capaz de debater a lei geral das micro e pequenas empresas, porque esses pequenos empresários precisam do nosso apoio. São eles que estão segurando verdadeiramente o nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sérgio Godinho, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, deputado Pedro Baldissera, srs. deputados, quero, primeiramente, saudar com muita alegria o sr. Orestes Golanovski, que é o maior doador de sangue do mundo; é o homem que tem o maior número de doações registradas. Quero registrar também a presença do seu filho, que é o atual presidente da associação, e saudar todos aqueles que representam os municípios de Três Barras, Irineópolis, Bela Vista, Canoinhas e Papanduva, principalmente essas cinco estrelas, pois são maiores, e todos os que estão representando os doadores de sangue.

Gostaria de lembrar que fui o fundador da Associação de Doadores de Sangue, deputado Onofre Santo Agostini, na cidade de Lages, dessa forma aprendendo o que é a falta de sangue. Sangue não se encontra em prateleiras de supermercados para comprar; quando falta sangue, falta mesmo! Fui incentivado pelo sr. Orestes, que ajudou a fundar a associação na cidade de Lages.

Então, rendo aqui as minhas homenagens ao sr. Orestes, merecidamente, por ser o maior doador de sangue e por ter a maior instituição de Santa Catarina; beneficia todo o nosso estado, divulgando o que é doar sangue e fazendo um trabalho maravilhoso na região.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado, eu perguntei há pouco para o campeão mundial de doação de sangue, se ele já possuía um ônibus, porque na época o deputado Antônio Aguiar ainda não era deputado, mas ele solicitou que eu apresentasse uma emenda ao orçamento do estado, e nós o atendemos. Graças àquela emenda de minha autoria e de outros deputados foi possível a compra de um ônibus para servir a essa entidade, que presta, sem dúvida, um serviço extraordinário em favor da vida.

Disse-me o presidente que já percorreram 50 mil quilômetros com o ônibus. Portanto, fico imensamente feliz, juntamente com o deputado Antônio Aguiar, de ter ajudado a comprar o ônibus para essa instituição tão importante em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar o deputado Onofre Santo Agostini e, principalmente, o deputado Mauro Mariani, que entregou esse ônibus na cidade de Canoinhas.

Gostaria, ainda, de parabenizar cada um dos doadores, mais uma vez, especialmente Orestes Golanovski. Esta homenagem não terá fim para você, Orestes Golanovski! Eu já o conheço há 20 anos, quando me formei médico e fui para a cidade de Canoinhas. Orestes Golanovski foi sempre um batalhador pela causa maior, que é a doação de sangue.

A você, Orestes, minha homenagem, os meus agradecimentos pelo que já fez por Canoinhas, por Santa Catarina e pelo Brasil. Quero dizer que hoje você não é o presidente da Adosarec, mas o maior doador de sangue do mundo.

Nosso muito obrigado, por Canoinhas, pelos municípios do planalto norte e pelo Brasil!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, o meu assunto é muito longo e estou preocupado com o tempo. Eu quero aqui relatar, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, uma situação muito importante para Santa Catarina, com relação ao "Lixo nosso de cada dia".

(Procede-se à execução de vídeo.)

As imagens iniciais mostram o que era Santa Catarina em 2001 com relação às cidades que tinham o lixo tratado. Em 2001, tínhamos apenas 37 municípios, ou seja, 12% dos municípios possuíam um local adequado para a colocação do lixo.

Srs. deputados, povo de Santa Catarina, verifiquem isso. No mapa do estado, os municípios que estão em azul são aqueles que tinham local adequado para colocar o lixo; os que estão em vermelho, cerca de 87%, eram os municípios que estavam em situação irregular, isto é, nos quais não existia aterro sanitário.

Através de uma ação conjunta da Fatma e do Ministério do Meio Ambiente, realizou-se um convênio, uma parceria com os prefeitos e tivemos uma mudança significativa nesse quadro.

Hoje, Santa Catarina, que estava com um problema gravíssimo, encontra-se numa posição bastante diferente. Vejam a resposta: os municípios que estão com a cor azul, são os que lançam o seu lixo em aterro sanitário e representam 94% dos municípios catarinenses.

Então, Santa Catarina, a partir de 2001, a partir de uma ação conjunta com o Ministério Público, teve uma recuperação ambiental formidável, ou seja, teve essa ação ambientalista correta, com a colocação do lixo nosso de cada dia nos locais adequados.

Eu quero ressaltar que para acontecer isso que está acontecendo lá, o município de Correia Pinto, por exemplo, deputado Veirão, leva o lixo para a cidade de Mafra; os municípios de Capão Alto, Campo Belo e Cerro Negro levam o lixo para a cidade de Canoinhas; o município de Rio do Oeste leva o lixo para Curitiba. Assim, nem todos os municípios construíram o seu aterro sanitário, mas criaram condições de remeter o lixo para local adequado.

Como muito pesar, deputado Antônio Ceron, todos podemos ver que aquela parte vermelha maior do mapa do estado é o município de Lages, que continua colocando o seu lixo em local inadequado.

Nós tivemos uma audiência pública em Lages e minutos antes da audiência eu fui ao lixão, onde colhi algumas imagens que gostaria de mostrar a v.exas. Para nós é preocupante! Queremos com essa matéria mostrar a realidade do que está acontecendo em nosso município, que é o centro da serra catarinense, mas onde ainda despejam o lixo a céu aberto, srs. deputados! Lá acontece uma situação altamente degradante, enquanto no resto do estado já não existe mais isso!

Assim, essa amostragem não é uma cobrança direta da prefeitura. Desejamos que o Ministério Público e a Fatma empreendam ações para que nós possamos diminuir ou acabar com essa situação no estado de Santa Catarina, pois apenas 15 municípios ainda têm lixão e dentre eles está a minha cidade, à qual eu amo, na qual eu vivo, onde tenho a minha família, onde tenho os meus parentes todos, que convivem com essa situação deplorável. E nessa visita que fizemos ao lixão, constatamos, inclusive, a presença de lixo hospitalar. Isso é inaceitável nos dias de hoje! E é nesse sentido, que faço esse apelo ao Ministério Público, à Fatma, pois todos são corresponsáveis por essa situação. Além disso, a prefeitura paga uma empresa para administrar esse lixão da cidade de Lages, o que até torna mais grave, pois o dinheiro público está sendo usado para esse tipo de despesa ao invés de ser colocado a serviço da comunidade.

Nesta imagem que temos no telão, vemos a presença de animais domésticos. Então, é uma coisa altamente triste que vemos nos dias de hoje. Esta outra imagem mostra aquilo que era para ser uma célula. Foi feito um buraco, colocada uma manta e podemos ver que não é uma célula, porque ela não tem fechamento. Aquela manta preta acaba ali na terra, o lixo é jogado na terra!

Eu quero mais uma vez parabenizar a Fatma e o governo do estado, que fizeram este programa "Lixo nosso de cada dia", em 2001, programa este que vem-se estendendo até ao governo de Luiz Henrique da Silveira.

Conseguimos este merecido progresso, ou seja: 94% dos municípios de Santa Catarina já colocam o lixo em local adequado com custos altíssimos, levando o lixo para outras localidades, pagando um alto preço pela adequação desse convênio entre o Ministério Público, as prefeituras e a Fatma, mas não colocando a população em situação de desespero, que é como vive a da cidade de Lages. Porque além do chorume, que corre para os mananciais de água, corre para os rios, para os riachos que existem ali perto, também há o gás emanado do lixo, que é altamente prejudicial a toda a comunidade.

Então, é triste ter que mostrar essas imagens da minha cidade, mas isso comprova que nós temos que priorizar o meio ambiente, ainda mais eu, que sou presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente! Prefeitos de pequenas cidades foram ameaçados de prisão, deputada Ana Paula Lima, quando estavam colocando o lixo a céu aberto.

Sr. presidente, estas são as imagens que foram colhidas minutos antes da audiência pública, mostrando essa situação triste que vivemos no município de Lages, que tem 160 mil habitantes, um município moderno, bonito, que está com o centro da cidade maravilhosamente bem organizado, mas onde nos deparamos com um problema seriíssimo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Parabéns, deputado Sérgio Godinho, v.exa. traz esse retrato da cidade de Lages aqui, para a Assembléia Legislativa, o que nos causa surpresa.

Outro problema que temos que enfrentar, nós, da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, refere-se à cidade de Chapecó, governada pelo prefeito João Rodrigues, onde morreu, na semana passada, um catador no lixão. Uma providência tem que ser tomada e tem que ser rápida, tanto pela questão do meio ambiente, como também para não deixar pessoas e crianças catando lixo na cidade de Chapecó.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Quero parabenizá-lo pelos trabalhos que v.exa. tem feito com relação ao lixo e dizer que esse trabalho é muito importante para o meio ambiente e para a população em geral.

Nós temos condições de aprimorar esse processo, até porque há um sistema com catalizador que acelera o processo de decomposição do lixo, transformando-o em adubo orgânico, de tal forma que se pode minimizar o impacto ambiental que o depósito de lixo gera. Comprometo-me, inclusive, a trazer material para que v.exa. possa verificar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Obrigado, deputado!

Então, este relato, esta mostra, serve para que nós possamos pressionar as autoridades, a fim de que tomem providências com relação a essa situação, que eu reputo gravíssima, do município de Lages.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, o primeiro horário está destinado ao PL.

A deputada Odete de Jesus, que é a primeira oradora inscrita, encaminhou um ofício ao presidente desta Casa cedendo o seu horário ao deputado Sérgio Godinho.

Portanto, com a palavra o sr. deputado Sérgio Godinho, por até 9 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de continuar para concluir a matéria, dizendo que isso que acontece na cidade de Lages não pode acontecer e deixo com esta Casa toda essa preocupação. Que todos os deputados vejam que não é uma questão político-partidária, não é uma agressão à secretaria do Meio Ambiente da cidade, não é uma agressão a ninguém, mas, sim, é algo que vem desde 2000, a partir do convênio assinado entre o Ministério Público e a cidade de Lages. Essa situação vem-se arrastando há cinco anos, através de liminares na Justiça conseguidas pela prefeitura.

Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de falar de outro assunto, especificamente sobre o Decreto nº 50.922, de 6 de julho de 1961. Esse decreto cria o parque nacional de São Joaquim, no estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

A partir da criação desse parque criou-se uma expectativa muito grande com relação a esse parque, que é um local maravilhoso, de uma beleza fantástica, que é um local que contempla, nos seus 49.300 hectares, milhares de espécies do nosso bioma, araucária, xaxim e outras espécies de árvores.

Então, a partir de um decreto do presidente da República, que na época era Jânio Quadros, em 1961, foi criado o parque nacional de São Joaquim, mas até hoje não foi regulamentado, deputado Dionei Walter da Silva! Faz 44 anos que o parque foi criado, mas ainda não foi regulamentado e foram indenizadas as famílias que eram proprietárias das terras.

O objetivo de criar um parque é conservar ecossistemas existentes na unidade e promover a educação ambiental, a pesquisa e a visitação pública. Em São Joaquim foi criado por esse decreto e com o surgimento do ciclo da madeira, nas décadas de 50 e 60, apareceu, então, a necessidade da criação de uma unidade naquela região para preservar as matas de araucária, já na época consideradas verdadeiramente em estado de extinção. Houve uma parceria entre o governo do estado de Santa Catarina e o IBDF para a criação do parque.

Aspecto cultural histórico, a exploração florestal continuada reduziu a pequenos fragmentos florestais a área do parque, restando a paisagem rara em beleza e que anualmente oferece um espetáculo ímpar no território nacional: a brancura de neve dos mais elevados pontos da serra do Mar são visíveis a cada ano.

Então, esse parque nacional, que possui uma área de 49.300 hectares e 114 quilômetros de comprimento, está localizado no estado de Santa Catarina, abrangendo terras dos municípios de São Joaquim, Urubici, Bom Retiro e Orleans.

O acesso, partindo-se de Florianópolis, é feito pela BR-282, percorrendo-se 147 quilômetros até a entrada do município de Urubici. Depois, pela SC-439, são mais 22 quilômetros até chegar a Urubici, onde se localiza a sede administrativa do parque. A cidade mais próxima da unidade é o próprio município de Urubici, onde fica a sede do Ibama, que dista 180 quilômetros da capital.

Então, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, esse parque foi criado, como citei, mas até hoje não foram pagas as indenizações às famílias que moravam lá. São 300 famílias que aguardam e a maioria dos proprietários da época já morreu. E as famílias estão a reivindicar a indenização, o ressarcimento, o pagamento das terras em função da criação do parque.

Então, no dia 29 de agosto, nós faremos uma audiência pública; será uma segunda-feira. E eu peço a todos aqueles que se envolvem com o meio ambiente, a todos os deputados que puderem participar, que o façam, porque o tema da discussão não é a viabilidade do parque, se o parque é necessário ou não, se a araucária está em extinção ou não, se é preciso um plano de manejo ou não. O ponto alto da audiência pública é a discussão do pagamento da indenização dessas terras que são do parque. Essas 300 famílias estarão lá reivindicando deste poder Legislativo, desta Assembléia Legislativa, que algo seja feito. Que sejam ouvidas as autoridades que nós convidamos do Ministério Público estadual, federal e de outros órgãos do governo federal lá, em Urubici, e que se discuta esse tema a fim de dar uma luz para os municípes, para todo o município e para as 300 famílias.

Esta, sr. presidente, é a maneira que nós encontramos de a Assembléia Legislativa colocar frente o governo federal com os desapropriados pela criação do parque. Hoje, na gestão do presidente Lula, que nos orientem sobre o que podemos fazer. Aguardar? Existe uma possibilidade de pagamento? Não existe uma possibilidade de pagamento? Existe uma possibilidade de, talvez, ao invés de unidade de conservação criar uma RPPN naquele local, na qual os proprietários voltariam a ser donos de suas terras, com a responsabilidade de cuidar do meio ambiente?

Então, é uma preocupação muito grande, deputado Dionei Walter da Silva, porque 44 anos passaram e as famílias não foram indenizadas. Hoje, para se ter uma idéia, não se pode instalar energia elétrica nas casas das pessoas que moram lá, porque estão aguardando a indenização. As pessoas também não podem fazer benfeitorias nem requerer a instalação de energia elétrica, porque ali foi criado um parque, a partir do decreto. Portanto, muitas famílias permanecem no parque aguardando essa solução, sem poder fazer nenhum tipo de benfeitoria.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. estava falando da beleza daquela região. Então, além de testemunhar isso, quero dizer que tenho uma preocupação com a região serrana, com a invasão do *pinus elliotis* naquela paisagem belíssima do planalto serrano.

Acho que muito do turismo de Santa Catarina, da rota serrana, do caminho das neves, perderá o encanto se não for tomada alguma medida para regrar onde se pode plantar, porque a paisagem tomada pelo *pinus elliotis* vai deixar de ser o atrativo da região.

Acho que essa preocupação de v.exa. é importante e é de se lamentar que tenham criado um parque naquela época sem a devida previsão dos recursos para a indenização.

É importante a nossa pressão como parlamentares, isto é, se criaram o parque, que indenizem as famílias ou que façam a opção de impedir o plantio de determinadas culturas, apenas como área de proteção ambiental e não parque.

Acho que é importante essa preocupação com aquela paisagem e com aquela riqueza, que é um grande atrativo turístico.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Quero pedir aos parlamentares que ajudem, porque são 300 famílias de Grão Pará, de Urubici e de São Joaquim que estão esperando a indenização; famílias que preservaram o meio ambiente, que se tornou tão rico do ponto de vista ambiental e tão belo, que agora os donos das terras são prejudicados por isso. Temos que defender aqueles moradores! Ninguém questiona a criação do parque, mas eles querem receber a indenização. Ninguém quer contestar ou discutir a questão ambiental.

Volto a pedir aos parlamentares a realização de uma audiência pública no município de Urubici, a fim de esclarecer o pagamento das terras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta presidência deseja registrar a presença nesta Casa da comunidade dos quilombolas, de Campos Novos, e da líder do grupo, sra. Lurdinha. Sejam bem-vindos a este poder Legislativo, que na realidade é a casa de todos vocês.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB. Estava inscrito o sr. deputado Francisco Küster, mas esta presidência gostaria, deputado Francisco Küster, se v.exa. permitisse, de usar o horário do nosso partido, porque há um assunto importante a tratar.

(O Deputado Francisco Küster aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, na verdade, eu queria aproveitar, já que o partido tem seis minutos nesta tarde, para fazer rapidamente um pequeno comentário.

Ontem, a Polícia Rodoviária Federal desencadeou uma operação na BR-101 denominada Pé no freio. E num espaço bastante limitado de tempo acabaram sendo registradas 344 ocorrências por excesso de velocidade.

Eu tive a oportunidade de passar por essa operação que nem sabia que existia. Como transito diariamente pela BR-101, quero deixar aqui pelo menos o meu protesto.

Primeiro, quero dizer a v.exas. que o hábito faz o monge. É um ditado antigo. Habitualmente não temos fiscalização alguma nas rodovias, principalmente nas federais, não por culpa dos brilhantes rodoviários federais, mas por falta de condições operacionais. Eles não dispõem nem de veículos, da menor condição possível de fazer uma fiscalização efetiva nas nossas rodovias. Então, não há fiscalização.

Não só eu como v.exas. devem transitar bastante pelas BRs. No meu caso, a BR-101 faz parte da minha vida. O que acontece nos dias de hoje é que cada um faz a sua velocidade. Alguns entendem que 80 quilômetros é uma velocidade de acordo com o seu limite. Ele faz para si essa velocidade, em que pesem as placas de finalização. Outros estabelecem uma velocidade de 100 quilômetros; outros de 120 quilômetros; outros de 140 quilômetros. Vemos isso diariamente nas rodovias de Santa Catarina, especialmente nas federais. Por quê? Porque não existe fiscalização.

Então, cada um, dentro da sua responsabilidade, dentro daquilo que entende ser a sua habilidade no volante, estipula para si a velocidade. É isso que acontece diariamente. Tanto que eu tenho também a minha velocidade estabelecida, principalmente nas rodovias federais. Passam por mim vários veículos com velocidade muito acima da minha porque os motoristas estabeleceram para si aquela velocidade e assim vai.

Cria-se esse hábito. Todos nós temos esse hábito. Por quê? Porque não há fiscalização. Se existisse uma fiscalização intermitente, uma fiscalização pelo menos semanal de radares ou mesmo de viaturas, etc., nós nos iríamos acostumar a isso e respeitáramos aquele padrão de velocidade preestabelecido nas placas sinalizadoras às margens das BRs. Como não existe isso, todo mundo tem a sua velocidade preestabelecida para si. De repente, aparece um revólver apontado para nós, um revólver de radar, aquele redondinho. Meus Deus do céu, e agora?! Pé no freio, coisa e tal. Há uma surpresa!

Então, no meu modo de entender, essa não é a forma de se disciplinar o cidadão que transita nas rodovias federais e sim uma forma de se arrecadar. No meu modo de entender, é uma forma muito astuta de se arrecadar. E ontem foram 344 ocorrências ou 344 autos infracionais de arrecadação, instituídos e feitos pela Polícia Rodoviária Federal na sua operação Pé no freio. Nada contra, mas se é para fazer isso, que se faça costumeiramente e assim também irá acostumar-se o cidadão a transitar dentro dos limites que a lei prevê.

É um protesto pessoal, não tem nada de especial, é apenas um protesto pessoal, porque eu ando nas rodovias e não vejo viatura alguma o tempo inteiro em que estou dirigindo.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Esta presidência gostaria, antes de prosseguir, de consultar os srs. líderes para saber da possibilidade de um dos integrantes da comunidade dos quilombolas utilizar, em parte, o horário do Partido dos Trabalhadores. São dez minutos e nós cederíamos cinco minutos para que eles pudessem colocar as suas lutas, a sua organização a esta Casa.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância das lideranças, nós cederemos cinco minutos do horário do PT aos integrantes da comunidade dos quilombolas de Campos Novos, para que possam fazer uso da palavra.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o deputado Nelson Goetten, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna, neste momento, para daqui fazer coro ao assunto importante que foi levantado e debatido pelo nosso companheiro e deputado José Carlos Vieira. Ele falava da importância da economia para a nossa região, deputado Peninha. V.Exa., que é do Alto Vale do Itajaí e que luta e trabalha pelos interesses da causa daquela gente, conhece muito bem o importante assunto que o deputado José Carlos Vieira levantava aqui com relação à nossa pequena empresa; a importância da micro-empresa para a economia de Santa Catarina, para o nosso Brasil e também para a nossa região do Alto Vale.

Mas eu preciso falar também, tal a importância da microempresa, sobre a importância fundamental da agricultura para Santa Catarina, para o Brasil e para a nossa região. Nós temos uma economia muito centrada na agricultura. Mas abrimos os jornais e vemos o ministro da Agricultura, sr. Roberto Rodrigues, fazer a seguinte declaração: "A agricultura vive a sua pior crise".

Nós constatamos, no dia-a-dia, essa realidade. A agricultura é uma geradora fundamental e importante de riqueza, mas, acima de tudo, é também uma geradora de emprego muito importante. Então, é fundamental para o Brasil. Mas estamos, hoje, agindo de duas formas diferentes. De um lado, estamos penalizando aquele que produz o alimento, que é o nosso agricultor, que se sente impotente, indefeso e abandonado, para podermos dar, do outro lado, o equilíbrio de uma inflação para satisfazer as vontades, as necessidades e a ambição dos investidores que são os especuladores, que precisam ser atraídos através dessa carga criminosa de juros que temos neste país. Não falando dos impostos!

Acabamos penalizando a agricultura com a violência, com a omissão do governo, que é o governo dos trabalhadores, que não controla e não se preocupa com o estoque regulador. Deixa entrar produtos de fora, gerando riqueza e renda aos países que exportam para o Brasil. Importamos alimentos, quando somos o berço da produção agrícola, com o único objetivo de segurar a inflação, penalizando aquele que é o mais indefeso, que é o nosso pequeno agricultor.

Esse é o protesto que fazemos aqui, desta tribuna, ao Partido dos Trabalhadores, ao governo do PT, que sempre se intitulou como o defensor da causa dos pobres, dos mais carentes e, acima de tudo, com a proposta que fez para assumir o governo de diminuir principalmente os juros ou a influência daqueles que sempre especularam na nação brasileira, que é o setor especulativo. Isso é dolorido!

E ontem eu ouvia o deputado Vânio dos Santos falar, mais uma vez, da tribuna, do PFL ou do dr. Jorge Bornhausen, uma figura extraordinária, reconhecido como um habilidoso político, um articulador político que dá uma grande contribuição à nação e também ao governo do PT, neste momento. Ele, com muita serenidade e responsabilidade, comanda um partido de oposição na busca de dar ao país a segurança e a tranquilidade em termos de governabilidade.

Ele dizia, quando falávamos dos juros altos, que nós, do PFL, não tínhamos o direito de criticar essa situação dos juros altos, hoje praticados neste governo, porque na época em que éramos governo concordávamos com esses juros altos pela razão de fazermos parte do mesmo.

É bem verdade que o PFL fazia parte do governo, assim como outros partidos, mas em nenhum momento banqueiros e especuladores ganharam tanto dinheiro neste país como no governo atual do Partido dos Trabalhadores!

Nós sabíamos desses juros altos e éramos eternamente responsabilizados pela carga de juros que impúnhamos ao nosso cidadão, ao cidadão brasileiro quando governávamos. E o PT prometia, então, que no dia em que chegasse ao poder faria as mudanças que o brasileiro sonhava e merecia.

Mas a surpresa foi grande e o que vemos, hoje, são os banqueiros divulgarem nos seus balanços, em todos os anos de governo do PT, o recorde de lucro como nunca tiveram na história. Só o Bradesco, em apenas seis meses, faturou R\$ 2.600.000.000,00!

Isso é covardia, isso é criminoso, principalmente quando temos que deixar agricultores sofrendo; pessoas sem emprego; pessoas nas filas precisando de atendimento de saúde; pessoas sem habitação, vivendo na verdadeira miséria, para contentarmos os nossos banqueiros.

Então, isso que está acontecendo agora não é por acaso. Eu acho, deputada Ana Paula Lima, que a pior notícia que o PT poderia receber veio ontem, através dos institutos de pesquisas, quando no cenário político o Ibope, num grande trabalho, deputados Antônio Ceron e Antônio Carlos Vieira, mostrava que o PT de fato começou a perder.

O governo Lula, que se mantinha forte até agora, intocável, está perdendo em todas as faixas etárias e, surpreendentemente, perde de 44% para 35%, se as eleições fossem hoje, para o José Serra. Essa é uma situação preocupante! Mas mais preocupante ainda é a evolução do governo para ruim. O governo está mais ruim do que ótimo. Está com 38% de ruim e 29% de ótimo. O governo está com 47% de desaprovação, para 45% de aprovação. O governo está com 52% de desconfiança dos cidadãos, contra 43% que confiam.

Vinte e nove por cento do povo brasileiro diz que o responsável pela crise é o PT; em segundo, com 28%, são os deputados; em terceiro, com 22%, é o governo do PT, e apenas 9% do povo brasileiro diz que o PFL e o PSDB, portanto, a Oposição, são os responsáveis pela crise política.

Então, essa realidade é dura para o PT, mostra que o PT tem que ter preocupação com o que está fazendo com a nação e tem que ter firmeza, porque são notícias como essas, deputada Ana Paula Lima, que deixam o povo revoltado e descrente. Por exemplo, o Tarso Genro, que estava tão valente até ontem, tão macho, dizia que tínhamos que tirar José Dirceu, Delúbio Soares e essa gente toda que enlameou o PT. Até ontem o Tarso Genro dizia isso, esse gaúcho macho. E hoje eu não sei o que aconteceu com ele, porque ontem ele visitou o presidente Lula e hoje mudou o discurso, afrouxou o gaúcho, com todo respeito aos valentes gaúchos, mas ele é um frouxo. E sabem por quê? Porque estão todos mentindo! É só mentira, mentira, mentira e enganação!

Numa hora destas temos que encarar com seriedade as coisas! Todo mundo pode errar! Nós não somos o dono da verdade, como disse a deputada Ana Paula Lima! Eu não sou o dono da verdade e nem sou aquele que não carrega pecado! Nós carregamos muito pecado, sim, tanto é que vocês sempre nos acusaram. Fomos acusados de todas as mazelas do país até ontem. Mas agora, que o Partido dos Trabalhadores teve a oportunidade de governar, ele não teve nem a capacidade de penalizar quem corrompeu, quem roubou, quem saqueou os cofres públicos, a exemplo desse descarado presidente do Banco Popular. Sabem quanto é que esse descarado ganhava? Ganhava R\$ 81 mil por mês! E olha que ele é um bagrinho da política. Para ele participar dos conselhos da Kepler Weber, ele ganhava R\$ 10 mil; para participar do conselho da Belgo Mineira, era R\$ 30 mil para cada reunião; para participar do conselho da Bombril, mais R\$ 18 mil por mês; para participar do conselho da Celesc, mais R\$ 3 mil por mês, e de salário mais R\$ 20 mil por mês.

Isso é coisa de cadeia! O povo tem que viver com R\$ 300,00 e essa gente fazendo isso no país. A única saída para quem corrompeu tanto, desviou tanto, roubou tanto do povo brasileiro é a cadeia! Porque eles roubaram sonhos, esperança e também a oportunidade de termos um governo que pudesse...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado João Henrique Blasi, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ontem, quando um eminente deputado fez uma referência ao infausto incêndio do mercado público, aqui na capital, eu não estava no momento no plenário, mas da parte que eu ouvi da manifestação do deputado pela TV Assembléia e até onde pude depreender daquele trecho, havia uma referência de que poderia ter havido um descuido, uma desatenção ou a falta de equipamentos necessários para o Corpo de Bombeiros Militar do estado de Santa Catarina dar o devido atendimento.

Por ter convivido intensamente com o Corpo de Bombeiros Militar, por ver nessa instituição uma das que gozam de maior credibilidade junto à população catarinense e pela excelência do seu trabalho, julguei que devesse, na tarde de hoje, ocupar pelo menos parte deste tempo para repor as coisas nos devidos lugares e fazer justiça a quem merece.

Reafirmo: se há uma instituição digna do respeito comunitário - e isso é comumente atestado através de pesquisas de opinião pública -, ela é o Corpo de Bombeiros Militar do estado de Santa Catarina.

No caso concreto, sabemos todos nós que foi um incêndio de grande monta, no dia 19, na semana passada, quando, às 8h25min, um policial militar avistou uma fumaça rompendo de uma lanchonete de uma das alas do mercado público. E esse policial militar acionou o Corpo de Bombeiros, através do 193. Quatro minutos após, repito, quatro minutos após, a primeira viatura, a BT-25 do quartel central do Corpo de Bombeiros, já estava no local. Portanto, a resposta de atendimento foi de apenas, de tão-somente, quatro minutos.

Após a chegada desta viatura que começou a dar o primeiro atendimento e constatado tratar-se de um incêndio, repito, de grande monta, outras onze viaturas foram chamadas e ao todo foram 12 caminhões de combate ao incêndio e apoio que atuaram ali, no teatro de operações.

Além dessas 12 viaturas de combate a incêndio, deputado Francisco Küster, outras três ambulâncias estavam de prontidão para atendimentos de urgência. Ficaram de prontidão no entorno para algum atendimento que, graças a Deus, não foi necessário.

Portanto, 80 bombeiros foram empregados naquela operação, com toda a tática e técnica de controle que só eles sabem empreender, inclusive com um cuidado muito grande para confinar a ocorrência, de tal sorte que o incêndio não se alastrasse para os prédios da cerceania, haja vista o volume da fumaça e o calor que chegou, inclusive, a derreter os vidros do ARS, que fica do outro lado da rua Conselheiro Mafra. E, portanto, os salvados, que é a expressão técnica usada pelo Corpo de Bombeiros, foram significativos.

Resultados mais relevantes: vítimas fatais, nenhuma; vítimas, nenhuma; acidentes em serviço, nenhum; danos materiais, claro que de elevada monta.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Ontem, cheguei à conclusão de que o colega parlamentar ia responsabilizar, no seu pronunciamento, o Corpo de Bombeiros pelo incêndio ou o governo e o governador do estado pelo incêndio, ou a prefeitura. Eu não entendi muito bem aquele pronunciamento. Não foi feliz o colega, o pronunciamento dele não esteve à altura e não foi compatível com a inteligência dele.

V.Exa. foi muito feliz ao dizer da rapidez, da competência e do profissionalismo dos nossos profissionais do fogo. Sem sombra de dúvida, depois do advento da separação da Corporação Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, eles estão cada vez mais bem aparelhados.

Portanto, é oportuno o reparo que v.exa. faz às colocações do colega, que foi, sem sombra de dúvida, infeliz. Só faltou ele dizer o seguinte: Ah! o Luiz Henrique está no Chile e é o culpado, ou o governo do estado ou o prefeito e por aí afora-, o que não é verdade. Foi um sinistro, foi um acidente, mas o profissionalismo dos nossos bombeiros evitou o pior, evitou uma tragédia. Felizmente, não houve vítimas; lamentavelmente, houve grandes prejuízos, nós sabemos disto, mas aconteceu.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a v.exa. pela sua intervenção, deputado Francisco Küster.

Prossigo dizendo, deputado Vieirão, que aqui na região da grande Florianópolis, por exemplo, na atual gestão de governo, descentralizamos o funcionamento do Corpo de Bombeiros colocando postos avançados em Rationes, Barra da Lagoa e Rio Tavares, que não tinham! Era só no Estreito e aqui no centro. O interior da ilha estava desprovido desse atendimento e nós colocamos em Rationes, Barra da Lagoa e Rio Tavares. O Corpo de Bombeiros funciona descentralizadamente na Ilha de Santa Catarina.

Além disto, foram adquiridas seis novas viaturas; além disto, na grande Florianópolis, as cidades de Biguaçu, Santo Amaro e Palhoça, nos três últimos anos, passaram a ser dotadas de guarnições do Corpo de Bombeiros, que até então não tinham. Mas essa atuação não ficou adstrita à capital ou à região da grande Florianópolis. Bombinhas, Capirari de Baixo, Três Barras, Barra Velha, Camboriú, Luiz Alves e Xaxim são apenas algumas das muitas cidades que se pode mencionar, quando o Corpo de Bombeiros Militar, que ao início do governo funcionava em 50 cidades, passou, agora, a atuar em 74 cidades de Santa Catarina.

Há um outro detalhe relevante: embora no governo anterior não tenha havido uma única inclusão de bombeiro militar, repito, no governo passado, deputado Peninha, não tenha havido uma única inclusão de bombeiro militar, neste, 184 novos soldados bombeiros militares já foram incorporados e também 27 cadetes, e mais 150 sê-lo-ão este ano. Portanto, uma recomposição do efetivo. São ações concretas para que o Bombeiro possa dar, como deu, uma resposta positiva, afirmativa, imediata e eficaz a esse evento de grande monta ocorrido aqui, no mercado público.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HERIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado João Henrique Blasi, quero cumprimentá-lo pelo seu depoimento e dizer que se o governo atual está fazendo é porque realmente a situação de caixa está-lhe permitindo. Eu quero cumprimentar o governo porque está realmente atacando aquelas áreas que são de interesse público.

Também quero cumprimentar v.exa. pelo elogio ao Corpo de Bombeiros. Eu acompanhei todo o ocorrido e constatei que o Corpo de Bombeiros se houve muito bem.

Mas eu gostaria de fazer um apelo tanto a v.exa. como ao deputado Francisco Küster, que fizeram referência a um deputado que trouxe informações um pouco desairosas ao trabalho do Corpo de Bombeiros. Como aqui são 37 deputados homens e três parlamentares mulheres, penso que é fundamental que se dê o nome ao deputado, para que essa possível crítica não seja estendida a todos os outros 39, seja ele homem ou mulher. Como ela ocorreu - e todos nós sabemos quem fez -, eu gostaria que v.exa. ou o deputado Francisco Küster dessem o nome do deputado. Não há nenhum demérito! Foi feita uma crítica, um questionamento e há necessidade de se dar nomes aos bois.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HERIQUE BLASI - Deputado Vieirão, agradeço pela intervenção de v.exa., sobretudo o reconhecimento e o apreço pelo trabalho profissional e técnico que o Bombeiro Militar de Santa Catarina desenvolve.

E respondendo a V.Exa., devo dizer que não mencionei o deputado porque s.exa não se acha presente aqui, no plenário. Quando estiver, eu farei a menção explícita, porque não entendi correto que devesse fazê-lo dessa forma, neste momento.

Mas que fique claro, sr. presidente, que no incêndio de grande monta havido na semana passada no mercado público de Florianópolis, graças à pronta, eficaz, efetiva e eficiente intervenção do Corpo de Bombeiros, não houve nenhuma vítima fatal, não houve nenhum acidente de serviço e a perda ficou circunscrita aos bens que foram incinerados, num local sabidamente predisposto àquela situação, por se tratar de um edifício muito antigo, onde se sabe que as condições são ruins para a preservação de situações como essa.

Mas, graças à atuação do Corpo de Bombeiros Militar, a quem fiz questão de, neste momento, trazer um depoimento, um testemunho, não houve consequências muito mais desastrosas ainda do que aquelas que efetivamente aconteceram.

Mudando de assunto, sr. presidente, no dia de ontem o eminente líder do PP fez uso da palavra e trouxe uma questão a esta tribuna. E no momento eu não me manifestei porque é preciso ter conhecimento da situação, conhecimento de causa, como se diz, para poder trazer alguma resposta.

O deputado Joares Ponticelli mencionou um concurso público havido na semana passada, se não estou equivocado, na área da educação, em que um dos muitos quesitos, das muitas perguntas, das muitas indagações, ali formuladas diziam respeito a uma obra do governo, a uma rodovia, a uma SC na região do Alto Vale do Itajaí.

Devo aqui, de público, em alto em bom som, reconhecer que a escolha desse tema para uma prova num concurso público foi absolutamente equivocada, desastrosa e politicamente incorreta. Não há a menor sombra de dúvida, e nisso tem toda a razão o

deputado Joares Ponticelli, que agora chega ao plenário, de que foi um equívoco, foi uma atitude, repito, desastrosa. Esse tipo de questão não pode ser veiculada num concurso público, sob pena de se associar essa indagação a uma eventual propaganda de governo.

Mas penso que não se pode avançar dessa premissa, desse fato concreto, objetivo, portanto, da materialidade de uma situação para atribuir a ela a autoria de alguém que não a tem. Esse concurso, como sói acontecer muitos anos no estado de Santa Catarina, em várias administrações pretéritas, não foi realizado diretamente pelo governo. Foi contratada uma instituição, no caso concreto a Fepese, uma fundação de credibilidade, respeitada e respeitável, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina. E foi ela quem elaborou, sob a sua inteira responsabilidade, sem a mínima participação do governo do estado, no caso da secretaria de Educação, as provas do concurso.

Portanto, deputado Joares Ponticelli, quero cumprimentar v.exa. pela vigilância crítica que é fundamental ao regime democrático, quero reconhecer que v.exa. tem absoluta razão quanto à impertinência daquela indagação, mas não se pode, estou convicto eu, atribuir ao governo do estado, muito menos ainda ao governador do estado, alguma responsabilidade sobre esse fato lamentável que ocorreu.

E até menciono uma situação histórica. Na primeira gestão de governo do sr. Esperidião Amin foi feito também um concurso público para, na época, fiscal da fazenda, deputado Antônio Carlos Vieira, hoje fiscal de tributos estaduais. Tanto quanto agora, a realização daquele concurso foi contratada a terceiros, no caso o Itag - Instituto Técnico de Administração e Gerência -, órgão também respeitado e respeitável vinculado à Esag, a nossa Escola Superior de Administração e Gerência, da Udesc. E o tema da redação do concurso foi: "Prioridade aos pequenos. Sonho ou realidade"? Um tema oportuno, não fosse a coincidência de que o slogan "Prioridade aos pequenos" era a logomarca do primeiro governo do sr. Esperidião Amin.

Eu pergunto: era de se condenar na oportunidade o governador porque uma instituição outra, contratada especificamente para fazer o concurso, colocou como tema de redação algo que tinha a ver com o seu lema de governo? Penso que não! O governador Esperidião Amin não teve a mais mínima participação naquele episódio, como o governador Luiz Henrique da Silveira não tem a mais mínima participação no episódio de agora.

O sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado João Henrique Blasi, gostaria exatamente de fazer uma referência ao que v.exa., no final, concluiu, ou seja, exatamente no sentido de que o governo - e o governador menos ainda - não tem responsabilidade porque ele se exime nas questões de concurso público e passa para uma instituição independente. E essa instituição é que tem a prerrogativa de fazer as provas e de inserir as perguntas.

Portanto, com toda certeza, o governo e, principalmente, o governador Luiz Henrique, de quem conhecemos a integridade e sabemos como ele age em questões iguais a esta, absolutamente não têm nada a ver.

Parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Muito obrigado, deputado Peninha.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o Deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, gostaríamos, neste momento, conforme acordado pelas nossas lideranças presentes, que, rapidamente, fosse feita a suspensão da sessão para que os quilombolas possam usar este microfone durante cinco minutos. É questão regimental...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - A exemplo do que foi feito no início da sessão, por requerimento do deputado Antônio Aguiar, o Regimento Interno não prevê. A sugestão (penso ser o melhor encaminhamento que atende ao pleito) é suspender a sessão por cinco minutos para o pronunciamento e depois retomarmos a sessão normal.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, por conta do tempo do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sim, cumprindo a exigência do deputado Antônio Carlos Vieira.

Então, está suspensa a sessão por cinco minutos, para ouvirmos o pronunciamento da sra. Vanda Gomes, que representa a comunidade dos quilombolas de Campos Novos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Declaro reaberta a sessão ordinária.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Só para registrar que fui o autor do projeto de lei que resultou na Lei Complementar nº 0263, que prevê atendimento em educação básica nas comunidades quilombolas. E pelas informações que tenho, o governo ainda não está atendendo a essas necessidades.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente. Eu, como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, recebi essa reivindicação da sra. Vanda Gomes e também da sra. Lourdinha, juntamente com a comunidade. A comissão estará atenta, inclusive fazendo uma audiência pública para resolver essas questões tão importantes que afligem esse povo da comunidade quilombola. (Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Celestino Secco - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Concedo um aparte ao deputado Celestino Secco.

O Sr. Deputado Celestino Secco - Obrigado, deputado Joares Ponticelli, mas é apenas para fazer um registro.

Presidente deputado Julio Garcia, em 2003 o deputado Onofre Santo Agostini ofereceu a Assembléia Legislativa para sediar o Fórum do Corredor Bioceânico Central, que aconteceu nos dias 28 e 29 de abril deste ano, com a presença de três governadores do Chile, dois governadores da Argentina e mais de 150 parlamentares da Argentina, do Chile, do Paraguai, do Uruguai e do Brasil.

Mandei, na condição de presidente da União de Parlamentares do Mercosul e do fórum, convite para o sr. governador do estado, para o sr. vice-governador; fiz visita ao secretário de Relações Internacionais pedindo que o governo apoiasse esse evento que era importante para Santa Catarina. Sequer representante encaminharam! Não emprestaram nenhum apoio, nenhum prestígio! Mas hoje a imprensa divulga que o governador foi buscar apoio do presidente do Chile ao corredor bioceânico. Quem não empresta apoio, não merece ter apoio!

Nós vamos encaminhar, sim, o CD do Fórum do Corredor Bioceânico com seus resultados ao governador, dizendo que nós, do Parlamento de Santa Catarina, realizamos, e realizamos muito!

Ontem, apresentei um projeto de lei, que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, autorizando a constituição de sociedade por ações da Companhia Transcaterinense e dá outras providências, assegurando para Santa Catarina a condição do corredor bioceânico. É assim que se faz!

Espero que um dia a imprensa dê também ao Parlamento a oportunidade da divulgação de suas ações.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Celestino Secco! Certamente tinha que se produzir alguma notícia sobre o corredor bioceânico. E numa contradição, porque aqui o governo não prestigiou! Talvez em decorrência de toda a polêmica dessa viagem ao Chile, já que na agenda havia muita visita a cantinas, vinícolas, vinhos e outras *cocitas*, fosse importante falar alguma coisinha do corredor bioceânico. Cumprimento v.exa. pelo esclarecimento.

Eu quero, sras. deputadas, srs. deputados, cumprimentar o deputado João Henrique Blasi pela manifestação aqui feita. Que bom que não coube ao deputado Manoel Mota fazer a defesa, ou a tentativa de defesa, desse absurdo que foi o concurso da secretaria da Educação.

Ontem, eu tive que sair tão logo me manifestei porque tinha um compromisso fora da Casa, mas soube, deputado Antônio Carlos Vieira, e quero agradecer a v.exa. pela defesa, que o deputado Manoel Mota veio à tribuna e fez uma confusão muito grande; disse que eu vim aqui para tentar destruir a Universidade Federal de Santa Catarina. Em nenhum momento eu citei a Universidade Federal de Santa Catarina desta tribuna. E que eu vim aqui falar da prova de geografia do concurso público. Ele entendeu tudo errado!

Primeiro, não foi prova de geografia, foi de língua portuguesa. E geografia para língua portuguesa tem uma diferença enorme. Segundo, eu não falei em Universidade Federal! Quem denegriu a imagem da Universidade Federal, aqui ontem, foi o próprio deputado Manoel Mota. Tanto que hoje, na reunião da Comissão de Segurança, ele voltou a insistir que quem fez o concurso foi a Universidade Federal. Quem fez o concurso foi uma fundação vinculada à Universidade Federal, a Fepese, a qual foi contratada pelo governo para esse fim.

Mas o deputado Manoel Mota não conseguiu diferenciar essas coisas. Por um

lado foi bom, pois veio o deputado João Henrique Blasi e assim deu para compreender a defesa que foi feita. Foi que bom que o deputado João Henrique Blasi veio aqui dizer, deu a mão à palmatória (e quero cumprimentá-lo por isso) que o governo não admitiu o que realmente aconteceu, que foi um absurdo, que o governo não gostou. Mas não anunciou quais as providências que o governo vai tomar, deputado Paulo Eccel.

Eu estava pensando, deputado Francisco Küster, já imaginou v.exa. se no concurso que o governo não sabia, a Fepese tivesse colocado a seguinte afirmação: o projeto de descentralização falu; as 30 secretarias regionais são cabides de emprego. Será que o governo só ficaria chateado ou iria tomar alguma providência mais enérgica? Se o concurso tivesse falado mal do governo, deputado Francisco Küster, eu acho que haveria uma reação mais positiva, mais contundente.

Por isso que nós, mesmo com o pedido de desculpas aqui feito pelo líder do governo, opositores responsáveis que somos, não vamos deixar de tomar as providências que anunciamos aqui, ontem. E não só mais uma representação ao Ministério Público vamos fazer; vamos também ingressar com uma se manifestar-se.

Ah, mas não foi o governo quem fez o concurso, podem dizer. Mas quem contratou o concurso? Nós não podemos entrar com uma ação ou com uma representação contra a Fepese, que é uma instituição que respeitamos. Nós temos que entrar com a ação contra quem contratou a Fepese para fazer o concurso público. E o governo, se achar que não tem responsabilidade, vai ter que chamar a Fepese à lide. Então, os procedimentos que vamos adotar são esses.

Queremos a responsabilização, porque se nós não tivéssemos trazido o assunto para cá, deputado Dionei Walter da Silva, a propaganda, o uso da máquina, a propaganda eleitoral ia passar, tanto que o concurso foi feito dez dias atrás! Foi a nossa bancada que, diligentemente, trouxe o assunto para cá, para dizer: olha, vamos parar! É muito abuso no uso na máquina pública. E agora queremos responsabilizar os culpados por isso.

O secretário Diomário de Queiroz se diz surpreso e diz que realmente é um absurdo o que aconteceu. Mas não basta pedir desculpas, porque senão o delegado de polícia faz festa para lançar a sua candidatura, pede desculpas, fica tudo bem; o secretário de Brusque usa a marca do governo para se promover, pede desculpas, fica tudo bem; o secretário de Videira usa a máquina, lança a candidatura, pede desculpas e fica tudo bem; usam o concurso público, fazem campanha, mentirosa, repito, porque a obra, deputado Nelson Goetten, quero invocar o testemunho de v.exa., o trecho Braço do Trombudo/Trombudo Central não tem nada a ver com descentralização! V.Exa. foi o grande baluarte daquela obra para incluí-la no programa rodoviário BID IV. Ela foi iniciada em março de 2002 e concluída pelo atual governo, mas porque estava no programa rodoviário BID IV. V.Exa., inclusive, numa oportunidade, cobrou aqui que a coisa estava muito lenta. Não tem nada a ver com descentralização!

Então, veja que propaganda enganosa ia ficar a campanha eleitoral se não tivéssemos tomado providências. Mas não basta o pedido de desculpas, tem que haver a punição dos responsáveis, porque senão uma ação, e mais uma, e mais outra, e vão fazendo a campanha utilizando-se da máquina pública.

E aí, deputado João Henrique Blasi, se for para entrar, também v.exa. fez um questionamento de uma ação de vinte e tantos anos atrás! Eu também poderia questionar uma de dez anos atrás. Eu não acredito que foi o governador Paulo Afonso quem mandou trocar as placas dos carros do estado por placas com as iniciais MDB. Lembram quando o governo Paulo Afonso mandou trocar as placas dos carros oficiais e colocar as iniciais MDB? Eu não acredito que tenha sido ordem do governador, mas foi o governo quem fez. E aí podemos entrar no governo do Casildo Maldaner, do Pedro Ivo. Se for para furungar o passado, como se diz, temos muita coisa para buscar. Mas eu estou falando do que está acontecendo agora, do uso e abuso da máquina pública.

Por isso, estamos conclamando todos os integrantes desta Casa. É nosso dever fiscalizar. Não é possível que o governo use e abuse da máquina pública desse jeito e fiquemos calados. E por isso estamos oportunizando ao Ministério Público, ao diligente Ministério Público de Santa Catarina, e ao poder Judiciário que possam manifestar-se para responsabilizar aqueles que usaram descaradamente, de forma inédita, a máquina pública em favor da campanha de reeleição de sua excelência, o governador candidato.

O Sr. Deputado Celestino Secco - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Celestino Secco - Nem a v.exa., nem a nenhum de nós da bancada do Partido Progressista assistiria razão se houvesse um tema de redação na prova dizendo: Descentralização administrativa, o novo jeito de governar. Não haveria a menor possibilidade de contestarmos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Celestino Secco!

É assim que nós vamos continuar com o nosso trabalho, de forma diligente, cumprindo com o nosso papel. As urnas nos conferiram essa condição. E sempre que viemos, viemos com documentos para confirmar aquilo que dissemos. E, repito, fico muito feliz quando vem o deputado João Henrique Blasi fazer a defesa do governo, porque tem a humildade, acima de tudo, para reconhecer o equívoco, diferente daquilo que foi dito aqui por outro deputado. Mas às vezes é melhor poupá-lo da defesa para não termos que ver, no dia seguinte, algumas bobagens ditas à sociedade catarinense, quando a emenda fica pior que o soneto.

Então, é bom que o governo tome esse tipo de cuidado para evitar que no dia seguinte troque-se prova de língua portuguesa por prova de geografia; Fepese por UFSC, porque são coisas diferentes. É bom que na defesa do governo se tenha cuidado para não se misturar alhos com bugalhos, porque foi o que aconteceu aqui, ontem. Mas, hoje, o deputado João Henrique Blasi praticou o gesto de reconhecimento. Agora o que nós queremos é a punição de quem fez essa propaganda política eleitoral.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação na redação final do Projeto de Resolução nº 0009/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0062/2005, de procedência do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Itapema (construção de um quartel do Corpo de Bombeiros Militar).

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0184/2005, de procedência do governador do estado, que autoriza a doação de imóvel no município de São Miguel d'Oeste (regularização da ocupação pelo município).

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0185/2005, de procedência do governador do estado, que autoriza a reversão de imóvel no município de Ibirama.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda aditiva.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0186/2005, de procedência do governador do estado, que autoriza a reversão de imóvel no município de Paineira.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0187/2005, de procedência do governador do estado, que autoriza a reversão de imóvel no município de Paineira.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0107/2005, de autoria do deputado Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública a Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular, de Fraiburgo - Apafec.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0116/2005, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a banda marcial Cidade das Crianças, de Maravilha.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0206/2005, de autoria do sr. deputado José Serafim, que declara de utilidade pública o Instituto Girassol, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0210/2005, de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública a Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0212/2005, de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública o Provita - Projeto Vida Itapema -, com sede e foro no município e comarca de Itapema.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0221/2005, de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública o Instituto Sílvio Pléticos, com sede no município de São Pedro de Alcântara e foro na comarca de São José.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0223/2005, de autoria do sr. deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Anjos Mineiros, de Lauro Müller.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0224/2005, de autoria do sr. deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da rua Emil Wehmuth e transversais, da cidade de Blumenau.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0226/2005, de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, que declara de utilidade pública o Centro Cultural Egon Frey, de Fraiburgo.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0227/2005, de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores das ruas Ricardo Georg, Carlos Krueger e transversais, do município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0229/2005, de autoria do sr. deputado Paulo Eccel, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores Residencial Vila Isabel e Ruas Adjacências, de Gaspar.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0230/2005, de autoria do sr. deputado Lício Silveira, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Esportiva e Recreativa Veterano Santos Futebol Clube - Acervs FC -, do município de Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0236/2005, de autoria do sr. deputado Wilson Vieira, que declara de utilidade pública o Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz, de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0250/2005, de autoria do sr. deputado Clésio Salvaro, que declara de utilidade pública o Sindicato da Indústria do Vestuário de Criciúma - Sindvest.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0257/2005, de autoria do sr. deputado Nelson Goetten, que declara de utilidade pública o Hospital e Maternidade de Santa Cecília, com sede no município de Santa Cecília.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0259/2005, de autoria do sr. deputado Francisco de Assis, que declara de utilidade pública a Associação Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais - Cemear -, de Presidente Getúlio.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0267/2005, de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Caminho Novo, com sede e foro no município de Palhoça.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0276/2005, de autoria do deputado Sérgio Godinho, que declara de utilidade pública a Associação Comunidade Unida Loteamento Jardim das Laranjeiras, de Palhoça.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0288/2005, de autoria do deputado Gelson Sorgato, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Fragosos, no município de Campo Alegre.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0289/2005, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Freud Schmetterlinge Volkstanzgruppe Aus Seara, do município de Seara.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0295/2005, de autoria da deputada Simone Schramm, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Samaritanos de Maria - Sesma -, de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0017/2005, de origem da Procuradoria-Geral de Justiça, que cria na estrutura organizacional do Ministério Público, como órgão auxiliar, a Ouvidoria do Ministério Público do estado de Santa Catarina, em consonância com as disposições do art. 130-A, § 5º, da Constituição da República, criadas pela Emenda Constitucional nº 0045/2004.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0017/2005, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que institui o Dia do Bacharel em Agronegócios no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0113/2005, de autoria da deputada Simone Schramm, que denomina de prefeito Aci Ferreira de Oliveira o pronto atendimento da saúde do município de Araquari.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda modificativa.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0209/2005, de autoria do deputado Manoel Mota, que denomina professora Célia de Souza o centro cultural da escola de educação básica, no município de Araranguá.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0215/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina Egídio Tambosi o ginásio de esportes da escola de educação básica Tereza Cristina, de Laurentino.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda modificativa.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0218/2005, de autoria do deputado Francisco de Assis, que institui o Dia Estadual do Gestor Público.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0225/2005, de autoria do deputado Gelson Merísio, que concede o título de Cidadão Catarinense a João Rodrigues.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0264/2005, de autoria do deputado Gelson Merísio, que concede o título de cidadão catarinense a Ulisses Antônio Vicenzi.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulto os srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei nº 0117/2005, de autoria do deputado Gelson Sorgato, que denomina Arduino Antonioli o Centro de Polícia Civil de Xanxerê.

Conta com parecer favorável das comissões competentes.

Pela importância do projeto consulto os líderes.

(As lideranças aquiescem.)

Qual a manifestação do Deputado Antônio Ceron?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Com certeza, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0117/2005, de autoria do deputado Gelson Sorgato, que denomina Arduino Antonioli o centro de Polícia Civil do município de Xanxerê.

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Trabalho, Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa com o seguinte teor:

"Na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 0117.2/2005 onde se lê Arduino leia-se Ardoino."

Em votação o projeto com a emenda.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Nelson Goetten da Silva, quero dizer, Nelson Goetten de Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Mas também é uma honra para mim ser chamado de Nelson Goetten de Lima e Silva, porque os Silva neste Brasil ajudaram a fazer uma bonita história.

E agora, deputada Ana Paula Lima, estou sem nada, sem revista, sem nada, sem cópia de jornal, desarmado, então. Mas agora eu venho não para falar com a responsabilidade que tenho quando falo pelo meu partido, pelo PFL. Eu venho aqui para dar uma explicação pessoal. E por isso eu permaneci até este momento aqui, deputados Joares Ponticelli e João Henrique Blasi. Aliás, deputado João Henrique Blasi, eu queria fazer uma citação aqui.

Para quem está no plenário assistindo aos debates, é importante ver quando alguém que cometeu um equívoco ou um erro vai à tribuna e de forma clara e incisiva repara esse erro. Pode, como diz o deputado Joares Ponticelli, não justificar, mas que fica bem para quem assiste fica.

Então, aí fica aquele sentimento de como é importante uma posição, quando ela é firme, como é importante reconhecermos o erro, até porque ninguém é perfeito e todos estão sujeitos a erro. Imaginem um governante, uma estrutura de governo, como pode ser muitas vezes tomado pelo erro, pelo equívoco e, às vezes, até pela má intenção. E o governo fica exposto, mas é natural isso.

Agora, é bonito quando se vê uma atitude de grandeza como essa dos parlamentares Joares Ponticelli e João Henrique Blasi, num bonito debate, num importante debate democrático da tribuna desta Casa.

Deputado Onofre Santo Agostini, um dia eu até brinquei, dizendo que aprendi a odiar muito o deputado Onofre Santo Agostini e o deputado Julio Garcia também. Por isso é bom desmamar, desgrudar um pouco, sair de um bloco, porque isso nos dá oportunidade de olhar de fora, porque quem olha de fora vê as coisas de uma forma diferente.

E confesso (e aproveito esta tribuna, porque parece que está virando um confessionário) que cometi por muitas vezes grandes injustiças contra esse parlamentar que tão bem representa o planalto e a gente catarinense, como é v.exa., deputado Onofre Santo Agostini. Hoje eu conheço bem v.exa. Tive a oportunidade de conhecê-lo, de saber dos seus valores, da sua preocupação e das suas qualidades. E também foi assim que aconteceu com o presidente, deputado Julio Garcia.

Tenho que reconhecer, porque eu tinha um conceito. Muitas vezes o conceito é formado sem conhecermos a pessoa. Quando conhecemos a pessoa e passamos a conviver com ela, ou nos igualamos a ela ou acabamos por avaliá-la com muito mais critério. E o critério que eu tenho hoje de v.exa. é de um parlamentar extraordinário e um bom amigo.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Agradeço pela colocação de v.exa. Pode ter certeza de que a recíproca é verdadeira. Também tenho uma grande admiração pelo trabalho que v.exa. tem desenvolvido nesta Casa.

V.Exa. tem razão quando cita aqui o exemplo dos deputados João Henrique Blasi e Joares Ponticelli. Como é difícil quando somos acusados sem ter chance de defesa.

Há pouco ouvi o pronunciamento da representante de Campos Novos defendendo os seus interesses, que é justo. Mas ela fez uma acusação, na minha opinião, de forma totalmente equivocada, porque falar mal dos outros sem dar chance de defesa é terrível.

Ela falou que o PFL é o grande responsável, queira o PFL ou não. Isso não está certo, deputado. O PFL usou de uma prerrogativa legal, consultou o seu corpo jurídico e entrou com uma ação. Legalmente, não fizemos nada escondido.

Não estamos aqui dizendo que eles não têm direito, queremos que a Justiça diga. A Justiça que diga que eles têm direito. Mas nós somos acusados. Não, não é que o PFL não queira. Espera aí! Vamos devagar com o andar que o santo é de barro! Nós somos a favor. Hoje tenho certeza absoluta de que o PFL defende os interesses do povo, mas principalmente do setor que produz.

Não foi o PFL que concedeu os títulos de propriedade desses fazendeiros que produzem em toda a região. Se alguém errou, que pague por esse erro, mas não o PFL. Não foi o PFL que concedeu o direito, que registrou o documento. Então, foi injusta a forma como foi colocado aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Incorporo ao meu pronunciamento a importante colocação do nobre companheiro e amigo, deputado Onofre Santo Agostini. Quero dizer aqui que isso é uma coisa de ordem pessoal, deputado Dentinho. Por algumas vezes venho sendo questionado: afinal de contas, deputado Nelson Goetten, por que v.exa. não se manifesta mais contra o governo do estado de Santa Catarina e só bate no PT? Por que está só batendo no PT? Acho que esse é um bom questionamento. É um questionamento que, no mínimo, merece que eu venha até esta tribuna dar uma explicação.

Quero, nesta minha explicação, primeiro dizer uma coisa: vejam como as pessoas mudam de posição e como é fácil questionar os outros.

Lembro que tivemos duas grandes e importantes oportunidades para Santa Catarina. Uma vez foi quando a dona Angela Amin foi para o segundo turno. Ela foi a melhor prefeita do Brasil por cinco vezes e o PT fechou questão contra dona Angela e impôs a ela uma derrota. Não permitiu que uma valorosa mulher catarinense pela primeira vez governasse este estado.

Na segunda vez, depois de um grande esforço realizado para organizar as finanças do estado de Santa Catarina - e aí está o deputado Antônio Carlos Vieira, que fez um grande trabalho, que se tem revelado como um grande parlamentar, mas muito mais competente como administrador, e o Deputado Celestino Secco, que fazia parte do governo e trabalhou diuturnamente para ajudar a resgatar a credibilidade do estado de Santa Catarina -, Esperidião Amin candidatou-se à reeleição. E o que o PT faz? Ele consegue, tendo todo o Brasil para percorrer, trazer o candidato a presidente da República a Santa Catarina, olhar nos olhos dos catarinenses e dizer que "este aí" não merece ser o governador dos catarinenses; que eu e o meu partido não estamos a favor de que Santa Catarina tenha Esperidião Amin como governador dos catarinenses.

Sr. presidente, quem falou isso foi o PT. Hoje, o PT muda o discurso e vem a esta tribuna questionar. Eu quero dizer, com toda a franqueza que me cabe: sabem por que eu mudei o meu discurso, catarinenses que estão me ouvindo? Foi porque aprendi a conhecer o governador dos catarinenses.

Luiz Henrique da Silveira foi uma das mais gratas surpresas que aconteceram na minha vida. A pessoa do governador dos catarinenses surpreendeu-me pela sua forma gentil, educada e preocupada com as coisas de Santa Catarina e especialmente do Alto Vale. Tirou-me o discurso, de fato, o governador dos catarinenses, eis que nunca na história nem eu nem o povo do Alto Vale vimos um governo tão presente quanto o de Luiz Henrique da Silveira. Só neste ano, por certo ele deve ter ido mais de 30 vezes ao Alto Vale, e no comparativo de obras, eu nunca vi no Alto Vale a realização de tantas obras num governo só.

Então, se isso vale para o resto de Santa Catarina, eu não sei, porque eu não conheço toda Santa Catarina. Tenho andado muito, mas não conheço toda. Mas lá no Alto Vale, sem precisar mudar de partido, de posição ou de cara, cabe a grandeza do reconhecimento em nome do meu povo e em nome da gente de bem que quer o bem e faz o bem, que trabalha pelo bem e que sabe reconhecer, porque assim é o nosso povo, sabe reconhecer quem tem valor, quem tem qualidade e quem faz.

O governador Luiz Henrique da Silveira tem dado essa contribuição para o Alto Vale, acredito, não fazendo mais do que o seu dever, porque ele é o governante dos catarinenses, mas dá uma boa lição quando não discrimina e atende todos os prefeitos, independentemente são do PP, do PPS, do PDT, do PT ou de qualquer outro partido!

Isso me surpreende. E eu tenho que vir aqui, meu líder, deputado Antônio Ceron, neste momento, falar em Explicação Pessoal que temos na figura de Raimundo Colombo a esperança de oferecer para Santa Catarina a renovação como candidato a governador, mas também temos que ter a grandeza, e preparados estamos para essa eleição, do reconhecimento.

Então, eu não mudei por acaso, eu mudei por um gesto e a pedido da minha gente, por um gesto do governo, que está fazendo a sua parte pelo Alto Vale do Itajaí, fazendo a sua parte, no meu entender, por Santa Catarina. E eu tenho que fazer justiça neste momento e dizer obrigado ao governador e torcer para que ele continue sempre lutando, sem discriminação e tentando dar o melhor de si em favor desse povo maravilhoso, dessa gente que trabalha e luta, dessa gente que tem fé e coragem, que é a gente de Santa Catarina, da qual eu, com muito orgulho, faço parte.

Então, para isso e para reconhecer isso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários deste poder, telespectadores da TVAL, quero aproveitar, sr. presidente, para falar um pouco sobre a Lei Complementar nº 0263, de minha autoria, sancionada pelo governador em 2004 e que prevê atenção à reivindicação da comunidade negra em todo o estado e que torna obrigatório o ensino de conteúdo afro-brasileiro nos currículos escolares e no atendimento em educação básica para as comunidades remanescentes de quilombos.

Na verdade, essa lei busca a formação do ensino fundamental dado pelo estado dentro das comunidades que lá moram, de tal forma que elas não precisem sair de lá, que as suas crianças não precisem ser deslocadas para outras regiões próximas de onde estão alojadas.

Outra questão que eu quero abordar é o projeto de lei que regulariza a situação do terreno em que se encontra o ginásio de esportes Ivan Rodrigues, de Joinville. O terreno pertence ao estado atualmente. Sobreposto a esse terreno temos um ginásio de esportes, que é histórico para a nossa cidade. Muitas atividades esportivas e culturais lá foram realizadas. O ginásio é de grande importância para o município de Joinville. O projeto que está na Assembléia para ser aprovado trata de doação do estado para o município.

O ginásio também foi sede, sr. presidente, do primeiro festival de dança de Joinville, um festival histórico que hoje se tornou um grande festival e que transformou Joinville na capital nacional da dança. Por muitos anos se realizou o festival de dança no ginásio Ivan Rodrigues, até que, é claro, o espaço começou a ficar pequeno e tivemos que criar o centro de eventos para dar conta da demanda e da grandiosidade do festival de dança de Joinville.

O projeto prevê a transferência e a regularização, possibilitando também que o município invista no ginásio, recuperando-o, porque ele está precisando de uma certa reforma, colocando-o em perfeitas condições de atendimento ao público. Embora esteja funcionando e atendendo satisfatoriamente, com certeza o município deverá provocar melhorias que deverão resultar em um ginásio ainda melhor, já que a doação prevê que o município invista naquele ginásio. O estado, por sua vez, vai deixar de ter o ônus de fazer a manutenção do ginásio ou qualquer tipo de serviço.

Desta forma, quero solicitar aos nobres pares que aprovelem esse projeto que é de relevância para o município de Joinville. É mais um instrumento que poderá ser utilizado para atividades esportivas pelo município, pelos joinvilenses, principalmente, e para atividades culturais, pois tem um modelo que serve também para atividades culturais. Então, o município vai ganhar com esse ginásio. É uma obra que o estado deverá transferir para o município, a fim de que possa melhorar os serviços na área cultural e esportiva para Santa Catarina e para Joinville, principalmente.

Quero pedir aos nobres pares para que aprovelem o projeto, a fim de que possamos dar a Joinville mais um ginásio de esportes que vai dar condições de a cidade desenvolver melhor as suas atividades esportivas, principalmente amadoras, que normalmente acontecem lá, notadamente as atividades culturais que são realizadas em grande quantidade, ou seja, mensalmente.

Quero ainda aproveitar o tempo que me resta para falar um pouco da penitenciária de Joinville, a qual visitamos recentemente. Constatamos lá algumas irregularidades, algumas coisas necessárias a serem feitas para melhorar as condições de segurança do preso ou do reeducando, como disse o governador, que deverá utilizar aquele estabelecimento penitenciário.

As portas da administração estão soltando a lâmina e isso mostra que o material utilizado foi de péssima qualidade, de tal forma que quando foi aplicado o verniz já descolaram as lâminas e estão lá, embotadas, prontas para serem descascadas naturalmente.

O quadro de luz, o terminal principal está dentro da área de trabalho dos detentos. O quadro geral de força da área industrial está dentro da área de acesso aos detentos, onde eles vão receber sua formação e vão prestar o serviço industrial dentro do presídio. Então, é uma condição de risco, que faz com que qualquer detento possa aproximar-se daquele quadro e desligá-lo ou provocar um curto circuito, deixando todo o presídio sem luz.

A construção também não prevê nada para portadores de deficiência física, nem portas, degraus, rampas ou banheiros, nem para os detentos ou para os advogados dos detentos. É uma falha grave. Parece que se está desprezando a lei que este poder aprovou, que previa atendimento ao deficiente físico nas mesmas condições que o cidadão normal é atendido pelo governo, em todas as suas necessidades constitucionais, conforme prevê em a lei federal e a lei estadual.

As travas das grades que fecham a área de passagem principal foram mal instaladas no concreto, apresentando fragilidade nessas trancas, ou seja, já há rachaduras provocadas pelo mau chumbamento dessas portas no concreto, na parede e nas colunas.

Falta reboco em diversas paredes que foram feitas com blocos de cimento, que foram apenas pintadas, o que demonstra que há risco, inclusive, de os detentos que atuarem naquela área poderem, com os pés, arrombarem a parede e escaparem daquela penitenciária. É claro que não é uma área de detenção, mas é uma área onde haverá também circulação de presos.

O sistema de abertura de água e de registro para banhos é deficitário e permite uma proximidade muito grande entre o carcereiro e o presidiário. Além disso, constatamos também - espero que já tenham solucionado isso - um problema na área de lazer daquela penitenciária, de tal forma que possa ser resgatado preso com serviço de helicóptero, pois na época não havia nenhum sistema de proteção cruzada em cima da área de lazer, em cima da área onde o pessoal pratica esportes.

Acredito que isso já tenha sido resolvido, com a instalação do cabo de aço em "x", que possibilita que o helicóptero desça e possa resgatar presos dentro do presídio.

Outra coisa que me chamou atenção também naquele presídio, sr. presidente, foi o fato de constatar que muitos materiais lá aplicados são materiais de segunda e de terceira categoria. Pelo contrato que o governo do estado fez, juntamente com o dinheiro que recebeu da União para execução daquela penitenciária, com certeza era previsto material de primeira qualidade e não de segunda qualidade. No geral, ainda falta a instalação do sistema de monitoramento, que não deve ter sido instalado ainda. Naquela oportunidade, não havia sido instalado, pois é um sistema relativamente caro, que não garante segurança total à penitenciária.

Então, srs. deputados, quero pedir, mais uma vez, a v.exas. que aproveem a doação que o estado está fazendo desse imóvel, para que Joinville ganhe mais equipamentos comunitários a serviço da população joinvilense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, quero, primeiramente, conceder um aparte ao deputado Vieirão, que questionou durante a Ordem do Dia o resultado da reunião da Mesa com relação aos pedidos para processar sua excelência, o sr. governador do estado.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Realmente, deputado Joares Ponticelli, foi tão rápido que eu também não cobrei do presidente a reunião da Mesa com relação aos processos em que o Supremo Tribunal Federal pede autorização para processar o sr. governador do estado. Inclusive, chegou mais uma correspondência, agora em agosto, pedindo novamente autorização ou não para processar o sr. governador do estado.

Eu acho que o sr. presidente Julio Garcia trará, tranquilamente, no primeiro momento, este processo para a decisão que esperamos que seja a melhor dada pela própria bancada do PMDB, para que o Plenário da Assembléia Legislativa possa tirar isso das costas dos deputados e decidir pela cabeça do sr. governador e dos parlamentares. E o que ele desejar, nós faremos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, foi dada alguma decisão pela Mesa, hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Joares Ponticelli, na reunião de hoje não foi tratado esse assunto.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Então, precisamos voltar a cobrar, deputado Antônio Carlos Vieira.

Deputado João Henrique Blasi, quero fazer um apelo a v.exa., que é um diligente deputado e sabe do respeito que tenho pelo mandato que empreende nesta legislatura. Em maio deste ano, um colega meu, de Tubarão, que atua no ramo da eletricidade, participou de uma das maiores feiras de eletricidade do mundo ocorrida na cidade de Milão, na Itália.

Nos estandes daquela feira havia um painel apenas que retratava imagens de Santa Catarina. Era o estande da empresa Fael Luche, uma empresa italiana que tem uma filial no estado do Paraná, na grande Curitiba. Penso que em São José dos Pinhais.

Para orgulho dos catarinenses, naquele grande painel, que era o maior da feira, estava a imagem da serra do Rio do Rastro toda iluminada, o painel que decorava o estande da empresa Fael Luche. Mas ao ter o prazer de subir a serra no sábado e descê-la no domingo, constatei, deputado João Henrique Blasi, que, apesar dos apelos que estamos fazendo aqui há quase três anos, a serra do Rio do Rastro continua no escuro. O atual governo sequer está fazendo a reposição das lâmpadas daquele que é o principal cartão postal de Santa Catarina.

Não custa nada fazer a manutenção. Aquelas lâmpadas estão todas queimadas, deputado Vânio dos Santos. É uma beleza a serra do Rio do Rastro, mas a iluminação está completamente abandonada! Eu não sei qual a razão disso. Não é possível que o estado não tenha dinheiro para repor as lâmpadas, deputado Valmir

Comin, da serra do Rio do Rastro. A não ser que seja o fato de aquela serra ter muita vinculação com o ex-governador Esperidião Amin.

No primeiro mandato foi ele quem pavimentou. No segundo mandato foi ele quem iluminou. Talvez por isso alguém tenha dado a seguinte ordem: como aquilo lembra muito o Esperidião Amin, deixa queimar as lâmpadas. Deixa no escuro. Vamos escurecer a serra.

Eu já apresentei, nesta Casa, deputado Vânio dos Santos, três requerimentos, que foram aprovados, pedindo providências nesse sentido. Infelizmente, neste final de semana, passei por lá novamente e as lâmpadas quase que na sua totalidade encontram-se queimadas.

Eu gostaria de uma tomada de posição rápida para que aquele patrimônio catarinense volte a ser iluminado e fique tão belo e orgulhe-nos como nos orgulhou naquela feira de Milão.

O segundo assunto, deputado Antônio Carlos Vieira, que também considero extremamente grave, é a matéria que estampada no Diário da Manhã, de Chapecó, do último dia 19 de agosto.

(Passa a ler)

"OAB mantém suspensão da Defensoria Dativa."

A OAB também, em Chapecó, está suspendendo a defensoria dativa. Esse filme nós já vimos passar no governo do PMDB. No governo Paulo Afonso, quem não lembra que a defensoria dativa não foi paga? Aliás, eu acho que tem remanescente, ainda, deputado Antônio Carlos Vieira, daquele período, porque durante praticamente todo o governo não foi feito o pagamento. E agora, novamente, a OAB suspende o trabalho por falta de pagamento.

E aí, deputado Antônio Carlos Vieira, recordo-me dos discursos que foram feitos aqui para justificar a aprovação da Lei nº 13.186, de 12 de dezembro de 2004, que foi aquela lei através da qual o governo avançou na Conta Única dizendo, no inciso II do art. 5º, que os recursos seriam utilizados para o pagamento da defensoria dativa.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado, inclusive já foi aprovado, nesta Casa, um pedido de informação de minha autoria, dirigido ao Tribunal de Contas do Estado, pedido àquele órgão que me informasse qual o valor da quantia em dinheiro que saiu dessa Conta Única para o cofre do Tesouro do estado e quanto já foi pago, nos termos da própria lei, para precatório, para defensoria dativa, e quanto foi investido em estradas e segurança. Porque a informação que eu tenho é que desde novembro de 2003 não se paga um tostão em precatório.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Antônio Carlos Vieira, o art. 5º da Lei nº 13.186, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 5º - Os recursos disponibilizados ao Poder Executivo, na forma do caput do art. 1º desta lei, serão utilizados, exclusivamente:

I - no pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza;

II - no pagamento da Defensoria Dativa;

III - em investimentos de custeio em segurança pública."

(Cópia fiel)

Para onde foi o dinheiro, sr. presidente? Para onde foi o dinheiro, deputados governistas, ausentes maciçamente desta sessão? Fica a pergunta.

A OAB está suspendendo a defensoria dativa em Chapecó. O dinheiro saiu da Conta Única. Para onde foi? E a lei não está sendo cumprida.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. deputado, tranqüilamente esse dinheiro da Conta Única serviu para outras coisas. Evidentemente que não foi para qualquer outra coisa que não tenha sido a aplicação em despesas públicas, em publicidade, por exemplo. Certamente que para fazer publicidade o governo tem que pagar. E como as despesas estão elevadas, o governo investe, cada vez mais, em recursos públicos, e por aí talvez entrem também esses recursos da Conta Única que vêm do poder Judiciário.

Desta forma, comprova-se a sociedade, o descumprimento do que estabelece a lei que autorizou o saque da Conta Única. Essa informação estou aguardando do Tribunal de Contas do Estado, para que possamos informar a toda a sociedade o que foi feito realmente com esses recursos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Vieira.

Por último, quero anunciar que a nossa bancada, a partir do momento em que deixarmos esta tribuna, deputado Valmir Comin, já contará com a presença do nosso ex-governador Esperidião Amin, do nosso presidente Hugo Biehl, de lideranças de nosso partido na sala da imprensa, para fazermos o lançamento do *site* da nossa bancada.

A partir de hoje, deputado Vânio dos Santos, o nosso informativo da bancada, que é um jornal mensal, com 11 mil exemplares distribuídos para as principais lideranças de todo o estado, será atualizado diariamente através do *site* que estamos lançando agora. Vamos ter então notícias *on line*, vamos ter uma prestação de contas também *on line*, diariamente, de todas as ações que os seis deputados da bancada do Partido Progressista empreendem nesta Assembléia.

Estamos aqui cumprindo com o nosso papel, como sempre tenho dito, fazendo oposição com coerência e responsabilidade. E a partir de hoje a sociedade catarinense conta com mais esse instrumento de transparência, de prestação de contas das nossas ações.

Portanto, queremos convidar todos para comparecerem à sala de imprensa e prestigiarem este momento que considero extremamente importante para a nossa bancada, que é o lançamento do nosso *site* oficial.

Quero aproveitar, também, para agradecer a todos os funcionários da bancada pelo empenho, a todos os colaboradores da empresa que elaboraram este trabalho. Tenho certeza de que a sociedade catarinense, a partir de agora, irá disponibilizar demais esse instrumento de prestação de contas do mandato da nossa bancada do Partido Progressista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente deputado Vânio dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e amigos que nos assistem através da TVAL e que nos estão acompanhando nesta tarde de quarta-feira, quero, em primeiro lugar, registrar que apresentei uma proposta que está sendo, inclusive, aprovada por esta Assembléia, nesta semana, para que o poder Legislativo de Santa Catarina possa conceder o título de Cidadão Catarinense ao músico Arthur Moreira Lima.

Ele veio do Rio de Janeiro e escolheu Florianópolis para residir - ele, que é uma figura muito querida e reconhecida não somente no Brasil, mas também no exterior. E ao prestarmos essa homenagem, entendemos que estamos também valorizando a nossa cultura, a nossa música e a dando possibilidade de que a arte possa chegar a todos. Eu, em momento posterior, irei novamente falar sobre este assunto.

Gostaria, sr. presidente, mais uma vez, de convidar todos os parlamentares, todos que nos assistem através da TV Assembléia e dos veículos de comunicação desta Casa, para participarem, na próxima segunda-feira, da sessão solene em homenagem ao Dia do Bancário. Como o Dia do Bancário é 28 de agosto, domingo, realizaremos a sessão solene na próxima segunda-feira, dia 29, às 19h. Também aproveito este momento para reforçar o convite.

Além disso, sr. presidente, como tenho dito em outras oportunidades, como candidato a presidente do PT em Santa Catarina, tenho percorrido várias cidades do nosso estado. O partido realiza um conjunto de debates em todas as regiões de Santa Catarina. Hoje, quarta-feira, às 19h, estarei na cidade de Itajaí e amanhã à noite, na cidade de Indaial, para um debate com os companheiros e companheiras da região de Blumenau.

Queremos, antecipadamente, agradecer pela acolhida que estamos tendo. Sabemos que esse debate é um momento muito importante, deputado Dentinho, para o nosso partido. Sabemos, também, que hoje existem problemas, denúncias e questões que estão sendo discutidas, que envolvem não apenas dirigentes do nosso partido, mas também de outros partidos, e queremos reafirmar o nosso compromisso em defesa da ética, da apuração de todo e qualquer deslize que porventura quem quer que seja tenha cometido. Queremos reafirmar a importância da trajetória do Partido dos Trabalhadores, do seu papel histórico e da defesa de um partido cada vez mais democrático, transparente e com compromisso por transformações e justiça social.

Quero também, sr. presidente, registrar que ontem, quando falei em nome do partido, logo fui sucedido pelo deputado Nelson Goetten, que me questionou acerca de colocações feitas na defesa do PT e do governo Lula. Quero continuar este debate no plenário desta Casa; quero discutir procedimentos e responsabilidades com o nosso estado e com o país; quero aprofundar um debate sobre mensalões, favorecimentos e generosidades, como foram ditas hoje aqui, de que o governador de Santa Catarina é generoso; quero conhecer melhor essas generosidades.

É importante dizer que não se pode vir aqui questionar que no Congresso Nacional mais de 200 deputados mudaram de partido, levantarem questionamentos sobre isso e, às vezes, aqui mesmo, dentro desta Casa, repetirem este tipo de gesto de mudar de partido e, acima de tudo, deputado Paulo Eccel, de posição política.

O deputado Dionei Walter da Silva lembrou muito bem dos pronunciamentos do deputado Nelson Goetten, quando ele era de outro partido, e não da base do governo, o que dizia sobre o governador, sobre seu autoritarismo, sobre o desmando, sobre o uso de dinheiro público e outras coisas mais que estão por aí registradas.

Por que mudar de posição tão radicalmente? Aliás, isso é que é radicalismo. Não é o radicalismo do PT. Radicalismo é este tipo de mudança que vai do norte para o sul não se sabe bem por que, e depois se sente no direito de vir questionar o Partido dos Trabalhadores!

O deputado Nelson Goetten, com quem eu quero continuar este debate, vem aqui discutir a política econômica do governo Lula, dizendo que ela é igual à governo anterior, que ela é excludente, que ela é concentradora de renda, deputado Paulo Eccel, que ela não cumpre com os compromissos com os quais o governo assumiu responsabilidade. Mas o deputado Nelson Goetten, quando apoiava a política do governo anterior, que, segundo ele, agora estamos copiando... E ali, sim, ocorreu exclusão porque gerou desemprego, miséria, fome e concentração de terra.

Então, antes de se falar aqui sobre determinado assunto de forma genérica em relação ao partido "a", "b", "c" ou "d", é preciso que se faça uma reflexão e, acima de tudo, muitas vezes, até uma autocrítica.

Mas quero continuar este debate porque às vezes vimos aqui discutir projetos e temas que devemos tratar - do orçamento, de políticas públicas para a saúde, para a educação, para o saneamento, para a habitação, para o transporte, enfim, para aquilo que é o dia-a-dia da população -, e muitas vezes um ou outro veículo de imprensa diz: ah, mas a bancada do PT está fugindo do tema principal. Não! Quero abordar o tema principal, com toda a responsabilidade e humildade que devemos tratar.

Todos sabem que há pessoas importantes do Partido dos Trabalhadores envolvidas em denúncias e que a posição do conjunto da nossa bancada é: apurem o que tiver que ser apurado doa a quem doer. Mas não queremos que isso seja só em relação ao PT. É só esse o problema. Só não queremos que o PT seja o bode expiatório ou que se pense que nós também não avaliamos que por trás de um processo de denúncias - porque se

elas existem, as provas vão aparecer, e se elas aparecerem, os responsáveis vão-se defender, e se não convencerem, vão ser punidos... Mas por trás de tudo isso há o *animus* sobre o processo eleitoral do ano que vem. Estão buscando, de forma atordoadada, deputado Dionei Walter da Silva, provas para tentar enlamear o Partido dos Trabalhadores de forma generalizada.

Os nossos filiados não merecem isso. Todos os meus colegas - sete deputados estaduais e mais a deputada - não merecem isso; os nossos prefeitos, e vice-prefeitos e vereadores também não, e não aceitaremos isso! Mas aceitaremos, deputado Nelson Goetten, o bom debate. Queremos comparações de governo a governo, e queremos, acima de tudo, entender por que v.exa., ainda nesta tarde, disse que o governador de Santa Catarina é tão generoso com v.exa.!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Pois não! Concedo um aparte ao meu líder, deputado Paulo Eccel.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Deputado Vânio dos Santos, quero parabenizar v.exa. por esta manifestação que, com certeza, todos os deputados do PT e os nossos militantes assinam embaixo.

Agora, o que me preocupa e estranha-me em todos estes momentos de crise é a amnésia de vários setores nacionais das práticas dos outros partidos. Nós, a nossa base, a nossa militância, a nossa bancada não comungam com a atitude de uma parte da cúpula nacional do nosso partido. Agora, e as práticas dos demais partidos? E as malas do deputado do PFL? Acabaram e ninguém mais fala nisso?! E o caixa dois da campanha do presidente do PSDB, ninguém fala nisso?! Mas nós, do PT, estamos sendo submetidos à investigação desde a hora em que acordamos até a hora em que vamos

dormir! E, quem sabe, até em nossos sonhos!

Então, é inadmissível que isto esteja acontecendo, e parabeno v.exa. por estar trazendo novamente esta discussão a Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Nos sonhos e também nos pesadelos!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Quero parabenizar o nobre colega pelo debate que está fazendo em nome do partido, em relação aos desmandos que têm acontecido em nível nacional, e dizer também que é importante esta sua colocação, até para deixar claro que o PT é composto por milhares brasileiros que não têm nada a ver com esta história.

Quero dar um exemplo: por esses dias eu vi, na frente de uma igreja, um cidadão comum e disse-lhe: "Jesus Cristo teve doze apóstolos e entre os doze Ele encontrou um maldito traidor. Não é o PT, com milhares de trabalhadores que fazem parte do partido, que não vai ter nenhum traidor aí dentro".

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Eu agradeço, deputado Dentinho. Há uma diferença entre o PT e outras organizações na forma como tratamos a corrupção: é que dentro do nosso partido, ela é praticada como exceção. Mas há partido que adota métodos escusos como regra.

Quero deixar um forte abraço a v.exas. e dizer que eu tenho orgulho de participar desta bancada!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir

Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, eu preparei toda uma fala com dados e elementos para desmascarar um certo deputado que vem aqui falar um monte de bobagens e depois vai embora, não dando quórum para falarmos. Então, lamentavelmente, por falta de quórum, não vou poder falar novamente.

Eu gostaria somente de fazer um convite, com a permissão de v.exa.: amanhã, às 14h, na cidade de Santa Terezinha, no Alto Vale de Itajaí, estará acontecendo uma audiência pública da Comissão de Agricultura desta Casa, assim como também na sexta-feira, no município de Pouso Redondo, às 14h. E no sábado, às 9h, em Rio do Sul, haverá uma grande audiência sobre crédito fundiário, em virtude de um problema sério que está acontecendo no financiamento das terras no estado de Santa Catarina.

Portanto, todos os agricultores interessados estão convidados para estarem no auditório da Unidavi, em Rio do Sul, no sábado, às 9h!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Quero registrar a presença, no recinto desta Casa, do presidente do Partido Progressista, Hugo Biehl, e do ex-governador Esperidião Amin.

Esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 1143, de 31/08/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Fazer Cessar os efeitos do Ato nº 1408, de 10/09/03, que colocou à disposição da APAE - Turvo/SC, a servidora **MARIA DE FÁTIMA R. SIMON**, matrícula nº 1362, a partir de 01/09/05.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 005/2005

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dispõe sobre a criação das Frentes Parlamentares no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam criadas as Frentes Parlamentares no âmbito da Assembléia Legislativa com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir a estudos relativos a temas de interesse social, econômico e político.

Art. 2º A constituição das Frentes Parlamentares dar-se-á por ato do Presidente da Assembléia Legislativa, mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um décimo da totalidade dos parlamentares.

Art. 3º A direção dos trabalhos de cada Frente Parlamentar será exercida por seu presidente, que será o primeiro deputado subscrito no requerimento que lhe deu origem.

§ 1º O presidente da Frente Parlamentar manter-se-á no cargo até a extinção desta, que ocorrerá obrigatoriamente ao final de cada Legislatura.

§ 2º As Frentes Parlamentares poderão ser extintas, a qualquer tempo, por decisão unânime de seus integrantes, mediante comunicação à Mesa.

Art. 4º A composição das Frentes Parlamentares será pluripartidária, ficando assegurado a todos os deputados o direito de integrá-las, bem como de desligar-se das mesmas, mediante Termo de Adesão próprio encaminhado ao seu presidente.

§ 1º Quando do afastamento temporário do presidente, será escolhido um deputado dentre os demais integrantes da Frente Parlamentar, que tomará a direção dos trabalhos.

§ 2º Ocorrendo a vacância do cargo, será escolhido novo presidente, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 5º Ao final de cada Sessão Legislativa, será entregue ao Presidente da Assembléia Legislativa um relatório das atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar que, juntamente com os deputados integrantes, tomará as providências cabíveis para sua divulgação.

Art. 6º Compete à Mesa adotar as providências necessárias à implementação de medidas cabíveis para o assessoramento técnico das Frentes Parlamentares.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de agosto de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Silveira - 1º Secretário

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS COMISSÕES DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA DE SAÚDE PARA DEBATER SOBRE OS EFEITOS CAUSADOS PELA TECNOLOGIA INSTALADA NAS ESTAÇÕES RÁDIO-BASE - ERB, REALIZADA NO DIA 04/08/05, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Boa-tarde a todos.

Nos termos dos artigos 162 e seguintes do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, damos por aberta esta audiência pública, atendendo requerimento formalizado por este Deputado, com a finalidade de discutir os efeitos causados pela tecnologia instalada nas estações de rádio-base e os danos à saúde humana, ao meio ambiente e aos equipamentos eletro-eletrônicos.

Dando início a esta audiência pública, chamamos para compor a mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: Sérgio Grandó, Diretor-Geral da Fatma; Gláucio Lima Siqueira, professor Ph.D. da PUC do Rio de Janeiro, neste ato representando a Telecom; Jacson Correa, Promotor Público, neste ato representando o Ministério Público; e Robson Spinelli Gomes, físico, mestre em Ciência Ambiental pela USP e doutorando em Ergonomia na UFSC.

Registramos, ainda, a presença nesta audiência pública do Vereador João Vequi, Presidente da Câmara Municipal de Itajaí; do Vereador Rogério Tadeu Martins, Presidente da Câmara Municipal de Campo Belo do Sul; da Vereadora Iara Maria Martinez, representante da Câmara Municipal de Içara; do Vereador Marino Madruga dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Capão Alto; do Vereador Alan Bittencourt Carpes, 1º Secretário da Câmara Municipal de Içara; do Sr. Rafael Micheletti de Souza, Consultor Jurídico da Telecom; do Sr. Nilton Leitempergher, Diretor do Procon do Município de Blumenau; do Sr. José Doroteu Fábio, Diretor de Assuntos Corporativos da TIM SUL SA; da Sra. Maria Isabel Topanotti, Presidente do Centro de Estudos Integrados e de Promoção do Meio Ambiente e da Cidadania; do Sr. Antônio Luiz Ramos, assessor jurídico da Associação de Proteção e Defesa dos Consumidores do Rio Tijucas - Aprovati; do Sr. Nelson Castello Branco Nappi Junior, advogado da Claro/Telet SA; do Sr. Ramizio Francisco Corrêa da Costa, representante da Indústria de Aparelhos de Ondas Eletromagnéticas e Radiação, do Município de Maravilha; do Sr. Estevão Hoboldt, Gerente Comercial da Anatel; do Sr. André Luiz Sander, da Athepa Engenharia SA; do Sr. Vilmar de Ataíde Gerent, Presidente do Conselho Regional de Medicina; e da Sra. Leda Maria Dauer, síndica do Condomínio Residencial JR, de Barreiros, São José.

Estamos muito satisfeitos com a presença de todos vocês, o que demonstra um interesse muito claro em defender e representar o povo catarinense, principalmente os Vereadores e líderes comunitários que aqui estão, e esperamos que esta audiência pública seja bastante proveitosa para todos nós. Temos uma lei que já está vigorando em todo o Estado de Santa Catarina, mas o objetivo desta audiência é aperfeiçoar essa lei, caso julgemos necessária a sua mudança.

Assim sendo, concedo a palavra ao Sr. Gláucio Lima Siqueira, professor Ph.D. da PUC do Rio de Janeiro, neste ato representando a Telecom, para falar tecnicamente sobre a questão das antenas de rádio-base transmissoras de telefonia celular, por até dez minutos.

O SR. GLÁUCIO LIMA SIQUEIRA - O meu boa-tarde a todos e os meus agradecimentos, Deputado Dentinho, pelo convite para aqui estar.

Inicialmente gostaria de me apresentar. Meu nome é Gláucio Siqueira, sou da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, especificamente do Centro de Estudos em Telecomunicações. Eu trabalho com telecomunicações há trinta e poucos anos e com telefonia celular desde 1984, quando fiz o meu doutoramento na universidade de Londres. A minha área é exatamente a de rádio propagação e o interesse pelo efeito da irradiação ou da emissão eletromagnética sobre a saúde da população é um assunto que me tem interessado e venho trabalhado nisso, junto com meus alunos, assim como venho atendendo muitos chamados de entidades, de comissões e de auditorias para prestar alguns esclarecimentos sobre a telefonia celular e as suas conseqüências.

Como tenho um tempo bastante resumido - e professor tende a falar muito -, vou tentar ser o mais breve possível, chamando a atenção para os pontos que considero mais importantes.

Primeiro ponto importante: onda eletromagnética é uma transmissão de energia, e essa energia interage com todo a matéria e todo o corpo. Quando a energia eletromagnética interage com o nosso corpo, ela causa efeitos e esses efeitos têm conseqüências. As conseqüências que essa energia eletromagnética causa no nosso corpo dependem de uma coisa chamada frequência dessa energia, ou seja, o quão rápido essa energia oscila no tempo. Se essa frequência é muito alta, o efeito dessa energia no nosso corpo é capaz até de quebrar ligações químicas e destruir moléculas de DNA, causando uma série de efeitos nocivos à saúde. Essas radiações são chamadas radiações ionizantes, que são ondas que irradiam em frequências acima da luz visível, da luz que todo mundo conhece - a luz também é uma onda eletromagnética.

As frequências abaixo da luz nós chamamos de ondas não ionizantes, que são ondas que não têm energia suficiente para quebrar essas ligações químicas. A principal ação de uma onda não ionizante no corpo humano é a de aquecer o corpo humano - claro que a frequência varia numa gama muito grande -, e as frequências que nos interessam aqui, que são as frequências da telefonia celular, são tais que, ao atingirem o corpo humano, parte é refletida, porque o corpo humano é muito condutor, e parte penetra na ordem de milímetros ou centímetros no nosso corpo, sendo rapidamente absorvida.

Como nós vamos irradiar energia eletromagnética para fazer comunicação, para fazer telecomunicação, a preocupação do efeito dessa energia sobre o corpo humano ficou evidente e o mundo todo, a partir de 1983, quando o primeiro sistema de comunicação celular foi testado, começou a se preocupar com esse tipo de coisa: cientistas desenvolveram pesquisas, organismos nacionais e internacionais tomaram a frente, foram fundadas comissões para estudar esses efeitos.

Como eu já disse, o efeito mais importante é o chamado efeito térmico, efeito de aquecimento. Então, uma dessas comissões estabeleceu um limiar, que seria um limiar de risco, no qual a energia poderia aumentar a temperatura do nosso corpo em um grau centígrado. Nós estamos sujeito à variação de temperatura todo dia. Eu, por exemplo, vim com três casacos achando que iria enfrentar um grande frio no dia de hoje, e está um calor de verão, mas o meu organismo, apesar de eu estar com casaco, é capaz de se adaptar a esse tipo de coisa, os meus vasos sanguíneos têm uma capacidade circular de dissipar mais quando está muito quente ou dissipar menos quando está muito frio. Então, esse aumento de um grau na temperatura é um limiar mínimo para se garantir uma segurança.

Então, aplicando o princípio da precaução, os legisladores dessa Comissão resolveram definir como limite de segurança um nível dez vezes menor do que esse e adotar esse nível dez vezes menor do que o estabelecido como referência. Posteriormente, em novas versões dessa legislação, distinguiu-se entre a pessoa ficar sujeita à irradiação como um trabalhador ou como uma pessoa comum. E esse nível dez vezes ficou associado àquela pessoa que ia trabalhar próxima a antenas, etc., e para a população em geral colocou-se um nível cinco vezes abaixo desse nível estabelecido por essa Comissão chamada Icnirp. Essa legislação, então, combate o chamado efeito térmico a um nível extremamente seguro. Garante-se que se as emissões de ondas eletromagnéticas estiverem dentro desse padrão, as pessoas não terão efeitos térmicos.

Essa é a norma adotada pela Embratel, seguindo a Resolução do Icnirp, na sua Norma 303. E para minha satisfação, acabei de ler a lei que vocês têm implantada aqui no Estado de Santa Catarina e vi que de uma maneira bastante consciente, de uma maneira correta vocês interpretaram, na devida forma, essa norma. De maneiras que a Organização Mundial da Saúde, que o Icnirp, engloba pessoas de muita responsabilidade, cientistas do mundo inteiro que se preocupam com esse fenômeno, e periodicamente essas normas são atualizadas.

As pessoas que têm alguma coisa contra, alegariam o efeito não-térmico. O que é o efeito não-térmico? É um efeito onde essa energia afetaria nossos órgãos diretamente, sem se preocupar com o aumento de temperatura. Esses efeitos não-térmicos têm sido reportados por uma série de pesquisadores. Porém, uma experiência científica é reportada ao nível científico. O que eu quero dizer é que a pessoa faz uma experiência e produz o resultado. Se você é cientista, você se preocupa com intensidades, com quantidades que foram emitidas, com a situação das cobaias que foram submetidas a essa irradiação etc., uma coisa que o cidadão comum não se preocupa.

O que acontece, então, é que se um leigo lê um artigo científico que diz que ele vai poder ter um grande problema chamado não-térmico de radiação, ele entra em pânico. A linguagem científica não está dizendo isso, mas ele não tem essa leitura daquele texto. E isso acontece nesse tipo de debate, as pessoas começam a ficar preocupadas: nossa, isso vai acontecer comigo! E isso não é a verdade, porque uma descoberta científica, para levar alguma ação, tem que ter uma replicabilidade, tem que ser obtida com uma periodicidade, os efeitos maléficos têm que se tornar uma epidemia ou alguma coisa comprovada para que atitudes possam ser tomadas.

As experiências... Pegam ratos, submetem esses ratos, tratam esses ratos para eles ficarem mais susceptíveis à radiação, irradiam uma alta potência para você ter uma resposta rápida, você publica o resultado, houve um efeito. Se não houver um efeito, você não associa à causa; se houver, você tem que pegar uma quantidade de ratos normais, colocar nos níveis de radiação normais e ver se a sua experiência vai se repetir. Mas o leigo, quando lê, não entende isso e começa a postular coisas que na realidade não fazem muito sentido.

É fundamental esta Casa entender que a Resolução 303, da Anatel, obedece a um órgão de altíssima responsabilidade que continua a investigar todo o experimento científico nessa área, sendo que os níveis adotados por esse organismo são sérios, pois não se brinca com isso.

Um segundo ponto importante que tenho que falar rapidamente para vocês diz respeito ao sistema celular, talvez a maior revolução de telecomunicações do século passado, um benefício que está totalmente incorporado à nossa sociedade. Não se concebe hoje a nossa sociedade sem a velocidade da comunicação que a telefonia celular nos permite.

O que há de tão interessante na comunicação por onda de rádio - e isso existe há dois séculos? Só que quando você transmite televisão é uma informação para todas as casas. Coloca-se uma antena transmitindo no alto do morro, uma antena que transmite para todas as direções, com uma altíssima potência, mas ela está lá em cima do morro para chegar em todas as casas. Com isso, a telefonia celular móvel não funcionaria. Então o que se fez? Vamos dividir em células a área de cobertura, a cidade, e em cada célula vamos colocar uma torre com uma antena e transmitir potência suficiente para cobrir apenas aquela célula.

Então, quando se tem uma torre de rádio-base numa região, não se está transmitindo potência como a torre de televisão transmite lá de cima do morro, porque senão esse sistema não funcionaria. Eu estou dizendo isso, gente, porque a tendência é a demanda pelo sistema aumentar, e isso acontecendo nós temos que diminuir o tamanho dessas células, aumentar o número de antenas, diminuindo a potência que cada uma delas transmite. Esse mecanismo, meus caros, é essencial que vocês entendam: nós temos que diminuir a potência quando se acrescentam novas antenas.

Então, eu vejo positivamente a legislação de vocês nesse ponto, mas alguma crítica eu tenho que fazer, porque nós temos que enfrentar a evolução desse sistema. E a evolução, num futuro breve, se já não existe, é nós termos uma estação rádio-base nesta sala, assim como no corredor - e eu fui informado que neste ambiente existem oito antenas transmitindo agora. Isso é para que todos vocês possam usar o telefone celular, quer dizer, a demanda pelo sistema cresce quando diminuímos as células.

Agora, é fundamental vocês não confundirem em ter a antena... porque a antena não faz mal a ninguém, o que faz mal é a quantidade de energia que essa antena está transmitindo. O sistema celular não funcionaria se nós enchessemos de antena e todas transmitindo potências elevadas. As potências não são elevadas. Qual é o meu trabalho? Dentre outros, eu faço medições, eu projeto sistemas, eu faço experiências. Tenho feito medições desde que estou na PUC do Rio, 1989, quando voltei do doutorado fui para lá, e essas medições têm mostrado que os resultados, como eu esperava, são muito baixos, graças a Deus, porque isso garante o funcionamento do sistema. Os níveis têm que ser baixos, porque senão o sistema não funciona.

Se você comparar com os níveis de segurança do Icnirp, da 303, eles são muitos menores, são muito melhores. Mas, obviamente, nós vamos ter que conviver com antenas de estações rádio-base mais próximas da gente. Isso a gente vai ter que conviver, porque o sistema tem que crescer, a demanda é muito grande.

A minha fala não é tirar de vocês, principalmente dos Legisladores, nenhum tipo de responsabilidade. Eu acho que a responsabilidade mais importante, tanto de operação, dos operadores, quanto dos legisladores, é tentar mostrar à sociedade, ao leigo, o conceito de risco que ele tem. O leigo interpreta uma situação, uma experiência científica de uma maneira totalmente... Quando é dito a ele que existe um risco, a percepção desse risco é diferente para o cientista e para o cidadão comum. E o legislador e as operadoras têm que dar uma informação séria, não uma informação alarmista, porque várias pesquisas estão sendo feitas no mundo afora. Todas as pesquisas epidemiológicas com relação ao câncer têm confirmada a não-existência de correlação, e os níveis, por decisão da Organização Mundial de Saúde, são seguros.

Então, o que eu gostaria de deixar para vocês nesta tarde é essa minha mensagem de otimismo em relação ao fato de que as normas de segurança realmente nos protegem. O sistema de telefonia celular é uma revolução fantástica, com benefícios importantes para nós! E eu digo isso porque o cidadão comum, quando tem muito benefício, não se preocupa tanto com o pânico de alguma coisa, porque como ele tem um benefício, ele não se importa tanto.

O problema, então, que eu estava tentando formular é exatamente essa: existe, na realidade, essa percepção do risco, por exemplo, que a televisão irradia quando você está na sua sala assistindo-a, mas vocês nunca leram nenhum artigo técnico dizendo que a circulação da veia x da sua cabeça vai ficar um pouco afetada na densidade, pelo fato de você estar assistindo televisão. Nunca se falou isso, mas é uma irradiação igual a de telefonia celular!

Então, meus caros, vamos entender a telefonia celular como um bem para a sociedade, continuar respeitando as decisões dos organismos internacionais, dos quais o Brasil faz parte, com relação ao efeito da radiação, e, obviamente, vamos nos preocupar com coisas realmente importantes. Eu acho importante o paisagismo e o urbanismo, pedir para se disfarçar, pois estrutura de torres é muito complicado, mas tem que se ter a seguinte coisa em mente: essas antenas estarão cada vez mais próximas da gente, mas como eu disse, sem com isso dizer que alguém vai sofrer consequências danosas pela presença dessas antenas.

Muito obrigado e estarei à disposição para as perguntas que vocês desejarem fazer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado, professor, pelo seu pronunciamento.

Agora ouviremos o físico Robson Spinelli Gomes, mestre em Ciência Ambiental pela USP e doutorando em Ergonomia na USFC.

O SR. ROBSON SPINELLI GOMES - Boa-tarde a todos. Agradeço ao Deputado Dentinho por esta oportunidade de estar aqui mais uma vez dando um testemunho profissional, não de quem trabalha na área, mas de quem estuda a área de saúde ocupacional. Eu sou funcionário de carreira da Fundacentro, tenho 22 anos de trabalho no serviço público federal e atualmente estou no Ministério da Ciência e Tecnologia, cedido às Indústrias Nucleares do Brasil, gerenciando a parte de meio ambiente, qualidade e saúde ocupacional do setor nuclear.

Como já foi dito aqui pelo meu antecessor, de fato as radiações não ionizantes têm propriedades distintas, que de certa forma a gente não pode generalizar para qualquer tipo de radiação. Se nós falarmos de baixa frequência, temos que nos ater à baixa frequência, se nós falarmos de alta frequência, temos que nos ater à alta frequência, assim como ultravioleta, radiação ionizante e assim por diante.

Em nível internacional, não se tem a menor dúvida, pelo menos nos últimos 32 anos, data em que a norma da Icnirp foi publicada e adotada no Brasil, na qual reconhecia o efeito térmico, base essa que norteia essa norma que está em vigência em nosso País. O efeito térmico, de fato, é o efeito conhecido das chamadas radiações não ionizantes. E os efeitos não-térmicos? Parece que a gente vive uma polêmica ao tentar acreditar que alguma coisa pode acontecer, já que é tão óbvio que essas radiações não têm poder de penetração na pele humana, já que é tão óbvio que elas não têm energia suficiente para ionizar a matéria - o efeito físico seria ionização, a radiação não ionizante tem o efeito físico de excitação dos átomos.

Então, o que estaria acontecendo para que os efeitos não-térmicos, de certa forma, estivessem ligados? O primeiro trabalho publicado em nível internacional foi em 79, um trabalho sueco, que associou leucemia infantil para crianças que moravam num bairro próximo de linha de transmissão. Diga-se de passagem, em transmissão estamos falando de baixa frequência, não é alvo desse tema daqui, mas desde então esse trabalho foi contestado, foi discutido, sobre (ininteligível) metodológico, uma série de questões foram colocadas e, de lá para cá, gerou-se uma necessidade de investigar se de fato havia ou não efeitos não-térmicos às pessoas que residiam perto, que usavam ou que trabalhavam com sistemas geradores de radiação não ionizante, em particular de alta frequência.

Sem sombra de dúvida, a telefonia celular... E quero que fique claro aqui que eu não sou contra o sistema de telefonia celular, até porque tenho dois aparelhos celulares, o meu pessoal e o do meu trabalho, que me ajudam bastante nos negócios, nas comunicações. Isso, inclusive, está refletido na revista Época desta semana, que fala da nova geração conectada, só que traz a imagem de uma criança, de um bebê com telefone celular. Acho que houve um certo exagero aí, porque bebê não tem ainda cognição para saber o que é celular.

Mas o que está por trás desse significado, desse símbolo, dessa imagem passada na revista? Está colocado que não tem problema nenhum, que qualquer pessoa pode usar, e aí não é verdadeiro! Para o efeito térmico, criança tem diferença em relação ao adulto? Tem, isso é comprovado e não precisamos ir para fora do Brasil para encontrar isso, basta procurar o professor Sales, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que desenvolveu pesquisa científica, publicada, produzindo fantoma e associando efeito térmico na cabeça de um usuário, por exemplo, à telefonia celular. Essa foto é propriedade dele e vou mostrar aos senhores aqui.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Aqui nessa ilustração vemos gradiente de temperatura para o usuário de telefone celular. Nós sabemos que se o usuário for orientado que o uso do celular tem condições preestabelecidas sob o ponto de vista inclusive do efeito térmico, então nós estaríamos orientando para que ele evitasse exposições prolongadas, porque na medida que se tem uma continuidade do uso do telefone celular, você pode estar potencializando o conhecido efeito térmico. Um adulto tem uma anatomia e uma geometria da caixa craniana totalmente diferente da de uma criança e de um adolescente. Então, essa interação com a frequência da radiação, que se dá quando o comprimento de onda da radiação está próximo da metade do tecido que eu estou observando, pode-se ter a chamada frequência de ressonância, que está na faixa de 30 a 300 megahertz, faixa em que o efeito térmico é muito apreciado no corpo humano. E não podemos esquecer que estamos falando de ondas eletromagnéticas, que refletem, difratam, absorvem, ou seja, possuem uma série de propriedades que, de certa forma, vamos estar discutindo aqui.

A grande questão é que o efeito não-térmico não está balizado na norma da Icnirp. Eu participo de grupos de estudo no Brasil e é uma luta árdua chegarmos a uma definição de um limite para o Brasil. Nós não estamos fazendo apologia do contra a Icnirp, estamos falando que o Brasil deveria, ao invés de copiar, ter o seu próprio limite. Essa é a orientação dos países internacionais, e eu posso dizer isso de carteirinha, porque fui representante do Brasil, até 2003, numa comissão internacional da Associação Internacional de Segurança Social, na Alemanha, que estuda os efeitos da radiação não ionizante; é o Comitê de Eletricidade.

Eu representava o Brasil nessa comissão e em todas as reuniões que tínhamos eles falavam que o Brasil deveria ter o seu próprio limite, porque ao copiar o limite internacional você está dizendo que o indivíduo tem altura e massa igual ao europeu. Não é fato! A (*ininteligível*) da estrutura são diferenciadas. É fato! Então, você (*ininteligível*) os nossos limites. E eu estarei aqui elencando n exemplos na área do trabalho em que os limites considerados seguros não foram tão seguros assim, como o caso do benzeno. Havia limites altos para o benzeno e a indústria siderúrgica falava que podia trabalhar com benzeno, tranquilamente. Só que se percebeu que qualquer concentração de benzeno podia produzir ação mutagênica, e hoje qualquer concentração de benzeno é cancerígena.

Agora, as coisas só ocorrem na medida em que as pessoas debatem, na medida em que as pessoas publicam, na medida em que as pessoas convençam a comunidade científica da validade disso. E é fato que nesse campo das radiações não ionizantes de alta frequência nós caímos num campo de incertezas científicas.

Faço menção a uma pesquisadora americana que esteve no Fórum Social de Porto Alegre, em que colocou dados dos Estados Unidos: 70% das pesquisas dizem que as altas frequências só produzem efeitos térmicos, não têm efeitos, e 27% de pesquisas independentes dizem que têm efeito, mas essas 70% são financiadas pelas operadoras.

Não estou aqui criando nenhum constrangimento, mas se você tem um financiamento privado, a questão fica um pouco complicada, e exatamente 70% dessas pesquisas é que vão ser colocadas na mídia. E aí basta buscar audiências públicas pelo Brasil afora que vocês vão encontrar inclusive depoimentos de professores de universidade dizendo que foram patrocinados para fazer pesquisas e hoje recebem pró-labore para não publicarem as suas pesquisas. Então, temos problemas sérios em relação a isso.

Eu não concordo quando dizem que a norma da Icnirp tem o princípio da precaução. Com isso eu não concordo, e por quê? Porque o limite de segurança adotado na norma, em dez vezes para os casos da exposição ocupacional e em cinquenta vezes para a população, era fator de segurança. Naquela época, em 73, ninguém falava em precaução, mas hoje isso está no nosso dicionário não só em função das radiações não ionizantes, está no nosso dicionário por vários outros fatores que não conhecemos pelo que essas novas tecnologias podem trazer para as pessoas que usam ou que fazem uso dela.

Então, o princípio da precaução baseia-se não em termos de limites, mas em termos de cuidados, de intenções, de preservação, como preservar áreas sensíveis, minimizar a exposição, orientar para que a exposição não seja acentuada. Isso é princípio da precaução. E nós temos, produzido no Fórum Social aqui no Brasil, uma carta na qual foram elencadas várias informações sobre o chamado princípio da precaução.

Eu morei em São Paulo por vinte anos, há dois anos resido no Rio, e lá as pessoas perguntavam: professor, por que aqui na cidade as antenas estão sendo colocadas de tal forma? Porque na medida em que os municípios não regulamentam esse assunto, ficam à mercê do critério técnico das empresas que vão estabelecer esses sistemas. Nas áreas mais mobilizadas, nos bairros mais nobres, a população conseguiu mobilizar-se e algumas até via Ministério Público tiraram as antenas; antenas essas que não tinham licença ambiental, não tinham licença da Prefeitura para funcionar em determinadas áreas.

Eu, no momento, estou junto com o Ministério Público do Rio de Janeiro observando a questão do Rio de Janeiro, porque me chamou a atenção - e até o que o professor colocou aqui é interessante, saber qual é a quantidade de energia que está sendo transmitida, porque talvez essa possa ser a justificativa - que na Zona Sul postes de iluminação pública tenham antenas de celular.

Falando das avaliações ambientais, e aqui eu quero chamar a atenção de todos, sejam técnicos ou não: o Brasil não tem uma metodologia de avaliação ambiental definida. Então, por mais que os técnicos obedeçam à orientação, de acordo com pessoas que têm conhecimento do assunto, o que está acontecendo por este Brasil afora não é homogêneo. Inclusive ontem cheguei de Salvador, estava dando aula na Federal da Bahia, e lá uma aluna do curso de pós-graduação disse que haviam colocado uma antena no seu prédio, que estavam recebendo um aluguel de R\$3 mil por mês, que teve 100% de aprovação dos condôminos, que estava tudo direitinho, e aí no dia seguinte levou os documentos e o laudo, o levantamento radiométrico chamou-me a atenção, porque lá constava características da antena, metodologia, conclusão... e os resultados? Não tinham resultados nesse laudo! Não tinham medições! Foram feitas, mas não foram indicadas. E é assim que a gente vê laudos radiométricos pelo Brasil afora.

Então, tomem muito cuidado com os valores, não só na forma como esses dados são apresentados, mas também como eles são avaliados. O técnico sabe muito bem que ao posicionar uma sonda em direção à antena, se ele posicionar fora do (*ininteligível*) principal, ele estará medindo um nível muito menor do que na frente. Também se sabe que qualquer radiação, seja ela ionizante ou não ionizante, a sua intensidade varia inversamente (*ininteligível*) à distância, o que representa que quanto mais distante da fonte estiver, menor será a exposição. Daí essa preocupação efetiva do distanciamento dessas antenas do nosso convívio.

Quanto à questão de saúde ocupacional, gostaria de colocar que me incomoda muito um caso real no Brasil - não colocado nas pesquisas, não colocado na mídia - do César Martucci. É um brasileiro de quarenta anos, que está aí andando com uma mala para cima e para baixo, com a perna direita amputada, mas quando trabalhava a sua equipe de trabalho era formada por dez técnicos que faziam alinhamento de transmissão de microondas. Dos dez, oito morreram com câncer, na faixa etária dos 28, 30, 40 anos, e os dois sobreviventes já estão com câncer, só que um está no Japão e o César Martucci está aqui no Sul do Brasil, no Paraná, brigando. E ele já nos disse: eu sei que não tenho mais condições de sobreviver, que estou caminhando para a morte, mas eu quero evitar que os meus colegas de trabalho sejam expostos a isso.

E lá em São Paulo, consultando os trabalhadores que fazem manutenção nas antenas onde têm as estações de transmissão, eles dizem: olha, eu sinto um calor, uma coisa de dentro para fora, um calor, um calor que me incomoda. Se nós formos aprofundar, é exatamente a característica da propriedade das microondas - microwaves, ondas pequenas. E na verdade eu estou falando aqui de efeito térmico, não estou falando de efeito não-térmico. Então nós temos que, de certa forma, ter um certo controle do que isso representa no País.

Para completar essa imagem da criança, essa simbologia, esse símbolo que se dá para a radiação no caso da telefonia celular, pode de certa forma também funcionar como alguma coisas que banalize a questão da necessidade de prevenção, de precaução. E aí me chama a atenção o que diz essa matéria na capa: o celular vai mudar o amor, o trabalho e a economia global. Fala, inclusive, que o celular já está medindo, em algum lugar na Coréia do Sul, a taxa de glicose no sangue. Em breve, o celular não vai precisar mais de operadora, ele vai ser acionado de um aparelho para o outro, e vai ser o fim das operadoras. A matéria coloca uma série de coisas que o celular faz e no final, no pé da última folha, fala o seguinte: "Ficar com o celular próximo às temporas pode causar câncer?" A resposta dada: "Não! Com base em mais de 1.700 estudos científicos, a Organização Mundial da Saúde - OMS - afirma que as ondas de rádio emitidas pelos

aparelhos não apresentam conseqüências adversas à saúde". Eu gostaria de saber a fonte da OMS que disse isso, porque contraria o projeto que está na OMS desde 1996, chamado EMF - Campos Eletromagnéticos.

A OMS, dentro do princípio da incerteza, dentro das polêmicas geradas fora do contexto da Incirp, resolveu financiar instituições de pesquisa e ensino para estudarem essa área. Esse trabalho começou em 96 com a proposta de terminar em 2003, o que não foi possível, foi para 2007 e já tem uma discussão para 2010. Por quê? Porque o estudo epidemiológico, para poder ter uma sindicância, para poder dizer que tem relação causa e efeito, em média vai precisar de pelo menos uns cinco anos, dez anos, para poder perceber isso.

E aí eu finalizo com uma questão que a gente sempre coloca - e aqui eu posso citar vários outros professores que também batalham por essa área em termos da sensibilização - que é a questão de alguns efeitos não-térmicos, como, por exemplo, ação catalítica sobre enzimas, troca de cargas de cálcio, que tem a ver com o sistema imunológico, influência no sistema nervoso central por atividades elétricas... E não precisamos ser muito *expert* para entender que os sistemas do corpo humano, seja para audição, visão, tato, olfato, têm a ver com os neurônios que estão, por cargas elétricas, transmitindo um sinal e permitindo-nos visualizar no meio externo. Então, é óbvio que o campo elétrico e o campo magnético podem de alguma forma ter associação.

Na Organização Mundial da Saúde já tem inclusive casos relatados de pessoas que são sensíveis à eletricidade, que têm sensibilidade à eletricidade. Mas aí eu tenho que pensar nessas pessoas, da mesma forma que eu penso nos usuários de marcapasso, que quando saem com o marcapasso implantado recebem um guia, uma cartilha na qual são citados os cuidados que se tem que ter, inclusive fazendo menção a telefone celular, à área de campo elétrico e campo magnético. Então, na verdade, esses efeitos chamados biológicos não-térmicos são efeitos que estão aparecendo em muitos trabalhos publicados, e de instituições internacionais, inclusive.

Assim, dentro desse critério de não se ter certezas sob o ponto de vista de efeitos não-térmicos, é que se fala no chamado princípio da precaução. E eu fui consultado por um advogado da área ambiental de São Paulo, que foi inclusive Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, ele estava sendo contratado para gerar um parecer sobre o chamado princípio da precaução, e ele resolveu conversar comigo para saber a minha opinião sobre o texto que estava ali.

Na área jurídica pode-se dar várias interpretações, e a gente vive esse processo no País em que a lei dá dupla interpretação, dá a possibilidade de um lado ou de outro ter o seu argumento. Mas fora essa questão do argumento jurídico da coisa, eu fico perguntando quem será que vai estar aqui nos próximos dez anos, vinte anos falando para esse público aqui: Ah! meus amigos, as pesquisas publicadas mostraram evidências dos efeitos não-térmicos, então vamos agora tomar cuidado! Quem vai responder para essas pessoas que podem estar com problemas de saúde daqui a alguns anos?

Então o nosso compromisso não é só com o aqui e o agora! O nosso compromisso é com o aqui e com o para frente, inclusive, porque gerações e gerações estão acessando cada vez mais cedo a telefonia celular... Anteriormente eu estava comentando com os alunos na Federal da Bahia que o celular entrou para a família, e aí logo em seguida eu vi essa matéria, quer dizer, confirmou o que eu já estava percebendo, faz parte da nossa família, está mais integrado a nós do que a própria família, de tal forma que mexe até nos valores. Hoje em dia a maioria das crianças, no Dia das Crianças, pede um celular, não pede um brinquedo. A mãe vai dar um presente? Dá um celular! É óbvio que existe uma série de coisas que está por trás do benefício, da facilidade, mas e os nossos valores?

Não vamos perder a nossa capacidade de pensar, de raciocinar e de reagir perante as coisas, não podemos ficar de forma passiva vendo o processo vir para nós e nós tendo que engoli-lo. Não é bem assim, não! Eu acho que nós temos sociedade, nós temos Parlamentares, e para isso esta Casa, por exemplo, preocupa-se com essa questão, que vem para defender os interesses da população e para restringir, porque se não tivesse problema nenhum, se os limites encontrados são tão baixos, então qual é o grande problema em aceitar limites menores do que o da Incirp?

E detalhe, os limites da Incirp são feitos para curta exposição, está escrito na norma, os limites da Incirp não levam em consideração os efeitos não-térmicos, os limites da Incirp não levam em consideração as interferências eletromagnéticas, e o que nós vamos fazer com isso, quem vai dar as respostas para essas coisas? Era isso o que eu queria colocar para vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Quero convidar para fazer parte da mesa o Dr. Vilmar de Ataíde Gerent, Presidente do Conselho Regional de Medicina, e o Sr. Hugo César Hoeschl, Secretário do Instituto de Geração de Oportunidade de Florianópolis, neste ato representando o Prefeito de Florianópolis.

É com prazer que registramos a presença nesta reunião do engenheiro civil Gustavo de Paula Souza, Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Ipatinga, Minas Gerais; do Sr. Júlio Figueiredo, representando a Rede Record; da Sra. Cláudia Fernandes, representando a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Itajaí; do Sr. Luiz Gustavo Vailati, Gerente Executivo da ADVB; e do Sr. Giancarlo Tomelin, Presidente Executivo da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB.

Quero informar para as pessoas que têm faixas, placas ou cartazes que aqui é permitido utilizar esse tipo de material, assim sendo, quem quiser expor, está perfeitamente aceita essa proposta.

Dando continuidade aos trabalhos, eu passo a palavra ao Dr. Jacson Correa, Promotor Público, neste ato representando o Ministério Público.

O SR. PROMOTOR JACSON CORREA - Gostaria de pedir licença ao Deputado Wilson Vieira para falar aqui da mesa, porque como bom descendente de italianos eu preciso ter as mãos livres para falar.

Queria agradecer pelo convite formulado ao Ministério Público, e eu aqui represento a Coordenação Geral como Procurador de Justiça do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente de Santa Catarina, que foi autor de uma sugestão de recomendação endereçada a todos os Promotores de Justiça ambientais do Estado de Santa Catarina, em agosto de 2004, para que os municípios adotassem cada qual parâmetros legislativos que pudessem disciplinar o licenciamento das estações de rádio-base das antenas de telefonia móvel. Sugerindo também observância plena aos parâmetros ditados pela legislação de regência estadual em face até da ausência de uma legislação federal a esse respeito.

Aproveito para iniciar esse diálogo com todos os senhores aqui presentes, representantes das operadoras de telefonia, professores universitários, órgãos ambientais, mas quero me dirigir com especial relevo aos cidadãos que neste momento se fazem presentes. Evidentemente que a palavra do cidadão precisa ser ouvida em primeiro plano, porque é uma palavra imparcial, é uma posição de imparcialidade, e, felizmente, há muito tempo neste país que o conceito de cidadania deixou de ficar restrito a um conceito meramente político: direito de votar e ser votado. Hoje, exercer cidadania, é sobretudo um compromisso com os destinos da nossa sociedade.

Pelo que foi dito até aqui, e eu procurei ouvir atentamente as duas posições que foram aqui levantadas, porque são posições do nosso maior interesse, uma vez que a fala saiu de professores que se têm dedicado ao longo dos anos a estudos profundos sobre essa matéria que tanto nos tem afligido nos últimos tempos. E a única certeza que eu tenho até agora é que há uma incerteza científica. Se fizemos um resumo das palestras dos dois oradores que me antecederam, a conclusão a que nós chegaremos é exatamente essa. E onde há incerteza científica, há necessidade de que haja segurança jurídica, e é isso que o Ministério Público está se propondo a realizar, com apoio na legislação de regência que, no Estado de Santa Catarina, foi votada nesta Casa.

Se fôssemos abrir um pequeno histórico do Direito Ambiental brasileiro, vamos lembrar que no início da década de 70, quando a ONU convocou a primeira conferência internacional sobre o meio ambiente em Estocolmo, em 1972, a comissão brasileira que lá se fazia representar não estava lá para defender a questão ambiental, e sim para defender interesses meramente econômicos. Vivíamos uma época do desenvolvimento a qualquer custo. A legislação ambiental brasileira era fragmentada. Tínhamos um código de águas de 1934, um código de proteção à flora de 1965, um de proteção à fauna de 1967, um de combate à poluição industrial, um de parcelamento do solo urbano etc.

Juridicamente, começa haver uma mudança a partir dos anos 80.: em 1981 é promulgada a lei de política nacional do meio ambiente. Então, já temos aí uma política nacional do meio ambiente com uma visão holística da questão ambiental, com um caminho preparado para aquilo que seria desejável e que foi alcançado somente oito anos depois com a promulgação da Constituição de 1988. Logo em seguida, como um marco importante no Direito Ambiental brasileiro, cito a Lei 7.347, a Lei da Ação Civil Pública, que instrumentalizou a sociedade, de início, para dar efetividade à lei de política nacional que trouxe avanços significativos na questão ambiental, que ainda hoje é modelo em nível internacional.

A Lei da Ação Civil Pública instrumentalizou não apenas o Ministério Público mas os órgãos públicos e segmentos das sociedades representadas pelas suas ONGs. E aí temos um marco mais importante, advindo da Assembléia Nacional Constituinte, que resultou em um capítulo próprio inteiro dedicado ao meio ambiente. Ali se inseriram diversos princípios que já haviam sendo adotados nas convenções internacionais, dos quais o Brasil era e é signatário. Adotou-se o meio ambiente como um princípio fundamental do ser humano. Mais que isso: a norma matriz consubstanciada no artigo 225 estabelece a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, um bem de uso comum do povo, o que já exclui a possibilidade de utilização exclusivamente privada, porque é um bem que

pertence a todos indistintamente e é indispensável à sadia qualidade de vida, impondo-se (e aí vem um outro princípio do Direito Constitucional Ambiental, que é o princípio da intervenção obrigatória do Poder Público na defesa do meio ambiente) ao Poder Público e a todos o dever de preservá-lo para esta e para as futuras gerações.

No parágrafo primeiro estão elencados outros princípios mais, mas ficaria com esse princípio, que é o princípio *mater*, que, através de outros subprincípios, se espraia por todo o corpo constitucional. E destaco, então, um princípio que considero, no elenco, um dos mais importantes para que possamos conduzir o debate nesta audiência pública, o qual já foi mencionado aqui por ambos os palestrantes: o princípio da precaução.

Uma coisa eu aprendi muito cedo na minha atuação como Promotor de Justiça Ambiental durante mais de dez anos na Comarca de Criciúma. E quem conhece Criciúma sabe dos problemas ambientais a que ela está afeta; é a décima quarta área crítica nacional para fins de combate à poluição, e pode servir de um retrato vivo do que representou o descaso durante longuíssimos anos para com a questão ambiental. Ainda hoje enfrentamos essas dificuldades. Não temos como prioridade a questão ambiental entre as políticas públicas. Se nós ficarmos com dados do IBGE do ano passado, vamos verificar que o Estado brasileiro, e o Estado de Santa Catarina em particular, não é muito cioso com a questão da política ambiental.

Eu aprendi muito cedo na minha atuação profissional que o Direito Ambiental somente se mostra eficiente se chegar antes da ocorrência do dano. Se ele chegar depois da ocorrência do dano, nós podemos falar então em Direito Penal, Direito Processual, Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Econômico ou seja lá o que for, menos em Direito Ambiental. Quanto custa a devastação de uma floresta de araucárias, como aconteceu aí recentemente, em que cinco hectares de araucárias foram devastados? Qual é o custo social disso? De que adianta você ir lá autuar o degradador ambiental, aplicar-lhe uma multa - e pode ser uma multa pesada - e impor a ele a recuperação da floresta? Quanto tempo leva para uma floresta de araucárias chegar à idade adulta? Cinquenta, sessenta anos?

Então, temos que tomar todas as medidas que são necessárias e indispensáveis para evitar a ocorrência de um dano maior. Esse é o princípio basilar do princípio da prevenção, do princípio da prudência e, como foi falado aqui, do princípio da precaução.

A ausência de certeza científica não retira dos órgãos e da sociedade a responsabilidade para tomar todas aquelas medidas necessárias para se evitar a ocorrência do dano. E nós estamos tratando, agora mais detidamente, também... E esse é um princípio que, felizmente, está começando a ser resgatado pelos operadores jurídicos, mas durante muito tempo ficou abandonado, quase que esquecido pela Constituição. Eu entendo, os juristas entendem e o Supremo Tribunal Federal muito recentemente entendeu como um megaprincípio de Direito Constitucional o princípio da dignidade da pessoa humana, que está elencado no artigo primeiro como um dos fundamentos da República. Foi também com base nesse princípio que o Supremo Tribunal, muito recentemente, ao julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade de uma lei de Criciúma, entendeu que permanecer muito tempo em fila de banco fere o princípio da dignidade da pessoa humana.

Eu fico imaginando o que o Supremo irá dizer quando se deparar com essa incerteza científica, que ainda domina os meios acadêmicos, em se saber se a sujeição demasiada a campos eletromagnéticos causa ou não causa câncer.

Nós precisamos entender que estamos diante de uma sociedade de risco. Quanto mais a sociedade evolui tecnologicamente, mais aumenta o medo pelo não conhecimento. Esse é o grande temor do século XXI: o medo do desconhecido tecnológico. Porque o conhecimento tecnológico, por conta de interesses econômicos, tem sido apropriado pela iniciativa privada. Grandes conglomerados, grandes empresas transnacionais desenvolvem as suas tecnologias, patenteiam essas tecnologias e, depois, querem submetê-las aos povos dos mais diversos países.

Para não entrar na questão da telefonia móvel, vou citar o exemplo dos transgênicos. Quem é que detém a patente da maior parte dos organismos geneticamente modificados? A Monsanto. E até hoje nós não temos também uma certeza científica, não temos elementos científicos de certeza que nos garantam que o consumo de OGM causa ou não causa mal à saúde.

Eu cito outro exemplo: os países que detêm patentes de remédios para combater doenças. O Brasil teve a coragem de quebrar algumas patentes de remédios que hoje são utilizados no controle e no combate à Aids. Mas é um conhecimento que não está sendo dividido com a sociedade.

E na medida em que avança o desenvolvimento tecnológico - e aí nós vamos entrar em outras áreas muito mais complexas, não só da biossegurança, mas da clonagem, da utilização de órgãos, do desenvolvimento da utilização de embriões humanos para pesquisa -, toda essa complexidade precisa ser repartida com a sociedade.

Há uma informação que não me surpreende mas que não deixa de me causar indignação: que boa parte das pesquisas que estão sendo realizadas é bancada pela iniciativa privada. Ora, aí já há um conflito de interesses, e esse conflito de interesses coloca sob suspeição esses resultados.

No âmbito do Ministério Público, nós temos algumas certezas. Primeiro, que é preciso dar segurança jurídica, e essa segurança jurídica passa necessariamente por uma normatização, pelo desenvolvimento de leis que possam atender ao interesse social e ao bem comum, como está previsto na Lei de Introdução ao Código Civil desde os anos 40. Segundo, que nós precisamos de precedentes positivos. Cada vez mais necessitamos de precedentes positivos, sejam doutrinários, legislativos ou jurisprudenciais.

Em Santa Catarina temos uma lei que, se não é a melhor das leis, é a que temos hoje. Tivemos a coragem de enfrentar esse problema, o que muitos Estados não tiveram. Hoje nós temos leis semelhantes nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, enfim, em diversos Estados brasileiros. E é em razão disso que o Ministério Público, no dia 2 de setembro, vai realizar um seminário com uma reunião de trabalho para cuidar exatamente da problemática envolvendo as estações de rádio-base. Ainda no mês de setembro, vamos lançar um programa de nível estadual, Deputado, chamado Programa de Prevenção e Repressão à Poluição Atmosférica, que contempla, entre outras, essa questão das estações de rádio-base.

Então, a posição do Ministério Público é clara. Nós continuaremos evitando todos os esforços, continuaremos orientando o Ministério Público de Santa Catarina para que continue recomendando aos municípios que, dentro das suas competências... E o município tem competência para isso, porque vai disciplinar não só a questão ambiental, mas a de ocupação do espaço urbano, a paisagística, e aí o município detém legitimidade exclusiva.

Nós continuaremos orientando o Ministério Público, primeiro, para que dê aplicação à norma de regência estadual; segundo, para que incentive os municípios a criar, dentro de regras de peculiar interesse local, as suas próprias legislações.

Vou concluir, Deputado, fazendo a leitura (e já fiz isso muito recentemente nesta Casa, vou repetir porque eu acho apropriado para os debates de hoje) do que disse o professor Roberto Ramos Aguiar: "É preciso lembrar a necessidade de reencontrar a relação perdida entre cidadania e direito. O direito, do modo que encaramos, é expressão das lutas sociais e não se constitui dádiva ou outorga do Estado. O direito é fruto do exercício da cidadania, que se traduz pela organização dos mais diversos segmentos sociais no sentido da defesa dos seus interesses e de seus projetos. Uma lei não será legítima se não responder às reais demandas sociais. Por outro lado, quanto menos eficaz for o exercício da cidadania, menos justos e legítimos serão a lei, os legisladores e aplicadores de (*inaudível*)."

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado, Dr. Jacson.

Eu quero citar a presença do engenheiro Moacir da Silva, representando neste ato o Prefeito Municipal de São José. Obrigado pela presença.

Com a palavra o Sr. Sérgio Grandó, Diretor-Geral da Fatma, por até dez minutos.

O SR. SÉRGIO GRANDÓ - Boa-tarde. Desejo muita saúde e felicidade a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de discorrer da forma mais simples possível a questão da radiação. Vamos pegar um exemplo da Física bastante simples. Eu estou viajando num carro, e se quero saber a velocidade em que ele está, o que eu faço? Divido o espaço pelo tempo e tenho a velocidade em que estou andando.

Agora, se em vez da velocidade do carro eu quero saber a velocidade de uma onda, eu vou pegar o espaço, dado através do seu comprimento, pelo seu tempo, que é o período, o tempo gasto para uma oscilação completa. E a frequência é o inverso do período. Então, eu tenho o comprimento da onda dividido pelo inverso do período, que é um sobre frequência. Resultado: inverte e multiplica. Portanto, velocidade de uma onda, que é constante em todas as ondas eletromagnéticas (e isso é uma característica) é comprimento vezes frequência (porque a frequência estava no inverso do período, passa para cima multiplicando).

Por isso que as rádios, as televisões têm o seu prefixo dado em hertz, que é unidade de frequência. Por quê? Porque se a velocidade é constante, 300 mil quilômetros por segundo, eu aumento a frequência, que é uma característica básica (e posso fazer isso com meu aparelho), mas tem que dar o mesmo resultado. Então, diminuí a velocidade. Por isso que muitas vezes atrás de um morro é mais fácil captar a rádio, porque a rádio trabalha com menor frequência, portanto, tem um comprimento maior, difrata mais, a onda contorna mais o morro. A televisão tem frequência maior, isso significa um comprimento menor, difrata menos o morro, e é difícil de pegar, tem que se regular a antena.

As radiações eletromagnéticas são as mais variadas possíveis. Tem uma benéfica, que nós conhecemos e nem percebemos: a luz. A luz opera como onda eletromagnética; tem um campo elétrico e um campo magnético que vibram perpendicularmente, e isso faz com que ela se desloque com uma velocidade constante de 300 mil quilômetros, com uma frequência de 10 na 15 hertz. Essa frequência permite que a luz, ao incidir em nossos olhos, mande uma mensagem para o nervo ótico e para o cérebro, que é transmitida em forma de visão. Ai eu enxergo! A frequência da luz permite que eu enxergue.

Claro que nós temos ondas eletromagnéticas com frequências acima da luz. Um exemplo disso que o homem criou é o raio-X. Com frequências menores que a da luz temos o ultravioleta, a televisão, a rádio. Então, nós temos abaixo da frequência da luz e acima da frequência da luz, como alfa, beta, como foi mostrado aqui na questão inicial.

Então, agora observem, como é uma onda... E aí é interessante os senhores entenderem a luz, que é uma coisa magnífica da Física moderna. Agora, em 2005, faz cem anos que Einstein ganhou, através de seu estudo da célula fotoelétrica, o primeiro Prêmio Nobel. Einstein descobriu que luz, que tem frequência, incidindo sobre certos corpos produz corrente elétrica, e ele aproveitou isso sobre o molibdênio, sobre outros elementos e fez a célula fotoelétrica, que estamos usando todo dia.

Segundo a Mecânica Quântica, ao se tratar a luz como uma onda e como *quantum*, como energético, as duas chegam ao mesmo resultado, chamado dualidade da onda, através das equações de Schroeder. Ande eu quero chegar com isso? A onda tem alguns fenômenos: a reflexão, que é quando ela bate no espelho, volta e eu me vejo; a refração, quando ela penetra na água; a difração, quando ela contorna os obstáculos; a interferência, quando duas fontes de luz intercedem, produzindo faixa branca e com luz; e a dispersão, quando se passa a luz através de um prisma. Na natureza temos esse efeito no arco-íris, que começa com a cor alaranjada, sempre da mesma forma, até a violeta, cada cor com a sua frequência. O branco reflete todas as cores e o negro produz o aquecimento, por isso que roupa preta aquece mais.

Tem um fenômeno que é fundamental para se entender aquele momento em que a pessoa está com um aparelho no ouvido, o fenômeno da ressonância, que produz diretamente a hipertermia. Isso é característico da onda; ela tem o fenômeno da ressonância. Quando várias pessoas passam sobre uma ponte marchando, a onda dessa marcha entra em ressonância com a frequência da ponte e destrói a mais resistente ponte possível.

Quando uma pessoa está cantando perto de copos de cristal, a tonalidade da voz dela entra em ressonância com a estrutura cristalina e rompe a questão dos cristais. E quando as ondas entram em ressonância com o aparelho receptor que está transmitindo, produzem o efeito de hipertermia, o aquecimento, e aí pode prejudicar a saúde, sim.

Isso é um pouco do que eu quis mostrar como é fácil de entender esse processo. Não é tão difícil. Na linguagem dos físicos é fonte irradiadora; outros falam energia. Para nós, físicos, energia também tem a mesma concepção, é correto pensar em irradiação e radiação, mas é mais para a transformação, porque você modifica, altera. A irradiação e a radiação são o *quantum* dessa transmissão, que tem como função a frequência, que é a mais fácil para se mudar. Por isso que, sendo alta a frequência, pode produzir isso.

Como é que nós, órgãos ambientais, estamos vendo isso? Primeiro, queremos parabenizar o Estado através dos seus legisladores por constituírem a Lei 12.864, sancionada em 12 de janeiro. Pelo menos o nosso Estado tem uma lei. Portanto nós, órgão ambiental do Estado, temos que saber que o Conama, que é um órgão nacional, ainda não regulamentou isso. Vejam como nós, de forma pioneira, estamos colocando isso em discussão, e é importante que possamos avançar.

Mas tem algo mais importante que queremos alertar: o próprio texto estadual está baseado no princípio físico. Isso não é demérito, porque a Física cada vez mais está na Biologia, na Medicina, e implica qualidade de vida, está interferindo. Está aí o DNA, que é um processo físico hoje em estudo; estão aí os raios-X, as análises, enfim, cada vez mais está alterando. Claro que nós, órgão ambiental, nos preocupamos mais com a questão do impacto ambiental decorrente dessa radiação, que é um princípio físico. Não é somente analisar o impacto da poluição hídrica, do ar, do solo ou decorrente do desmatamento, nós temos que pensar isso.

O próximo assunto diz respeito aos aparelhos de raios-X nos consultórios de médicos, de dentistas, que constantemente estão emitindo radiação, e nós, órgão ambiental, temos que ver se estão corretos, temos que fiscalizar e ver se eles têm licenciamento, assunto muito mais grave, talvez, do que tudo isso que estamos colocando.

Bom, mas o que nós queremos colocar? Que o EIA/Rima pedido na lei, se for único para uma empresa ou para várias empresas... Porque não pode ser feito para cada antena. Os senhores sabem quantas antenas estão instaladas no Estado? Não nos dizem, porque tem um passivo já daquelas que foram instaladas. O que nós vamos fazer? O impacto visual, ambiental sobre a natureza, vocês estão vendo todo dia. Agora, tem um passivo. Como é que nós vamos, então, viabilizar na prática? Porque não é uma empresa, são várias.

E aqui foi muito bem colocado o princípio da intensidade de qualquer força em física: o produto constante vezes o produto das suas massas inversamente proporcional ao quadrado da distância. Nem sempre. Se for radiação, pode ser que não funcione. Mas, em princípio, seria isso. Quer dizer, quanto mais se aumentar as antenas, como foi muito bem colocado aqui, as células têm que diminuir de tamanho, para poder atender bem esses serviços. E são várias empresas.

Então, o que nós estamos propondo para viabilização da lei? Porque você não pode exigir o cumprimento da lei que não o exequível; não tem como. Então, nós temos que nos unir, fazer seminários, discutir. Já temos uma lei, nós suspendemos e vamos discutir (está suspensa, todo mundo sabe, a questão do licenciamento). E nessa discussão, a proposta do órgão ambiental é fazer por região, mesmo que eu saiba que a antena não é uma visão do impacto regional, porque ela é ligada a outras antenas e se associa, numa comunicação mundial. Mas seria um princípio, através das nossas coordenadorias, de viabilidade.

Essa discussão vai acontecer agora no início de setembro, como falou o Promotor, e vamos envolver a universidade e técnicos para viabilizar, porque nós não podemos sair correndo atrás do EIA/Rima de cada torre. Os senhores imaginem a implicação que dá isso. O pessoal de Lauro Müller vai dizer: "A Fatma proibiu a instalação da antena e nós não temos celular aqui; a culpa é da Fatma". Isso ocorre, claro, e está lá na Fatma para analisar.

Como aqui foi dito, o celular é uma tecnologia do mundo moderno e deve ser usado dentro de parâmetros, de forma benéfica. Como fazer isso? Nós não temos essa análise, como muitos órgãos técnicos não a têm. Nós nos dispomos a fazer um esforço muito grande - e está suspenso o licenciamento em função da exigência da lei - de como fazer esse EIA/Rim: se vamos fazer por região, em função de cada empresa que tem que apresentá-lo, e quantas já o têm, para nós sabermos o passivo. É essa nossa realidade.

Era isso que tínhamos para transmitir. Fiquem tranquilos, não nos resta outra maneira que não seja o cumprimento da lei, e queremos contribuir para a "exequidade" da lei, para que a lei realmente possa ser praticada.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira Dentinho) - Nesse momento vamos abrir a palavra ao público. Quem quiser fazer uso da palavra, deve fazer a sua inscrição.

Com a palavra a Sra. Maria Isabel Topanotti, representante do Centro de Estudos Integrados e de Promoção do Ambiente e da Cidadania, de Criciúma.

A SRA. MARIA ISABEL TOPANOTTI - Primeiramente, boa-tarde a todos. Gostariamos de agradecer ao Deputado a oportunidade que nos deu ao convocar esta audiência pública, aos presentes e a todos os palestrantes.

Nós entramos em contato com a problemática da poluição eletromagnética em 2001 através de um município vizinho, e desde então não paramos de trabalhar com esse tema. Em Santa Catarina já temos quatro operadoras: TIM, Vivo, Claro e Brasil Telecom. Em 2001 nós falávamos das antenas da TIM, da antiga Global, e logo na sequência, mesmo conquistando a promulgação de leis municipais, que não vêm sendo respeitadas, hoje já temos mais duas operadoras trabalhando. A Claro e a Brasil Telecom muitas vezes estão compartilhadas, mas algumas vezes estão sozinhas em estações de rádio-base separadas.

Considerando que o número de terminais móveis habilitados no Brasil e no Estado aumenta mês a mês; considerando que em decorrência do número de terminais móveis habilitados também cresce o número de instalações de estações rádio-base; e considerando que o momento da instalação dessas estações rádio-base é carregado de irregularidades... Por quê? Porque não se cumprem posturas municipais ou então não se está cumprindo a lei estadual.

A visão do Ceipac é a seguinte: nós não somos contra a telefonia móvel celular, somos contra o jeito como ela está sendo imposta para aqueles que vão ser vizinhos das estações rádio-base.

As empresas, ao instalarem seus equipamentos, ao darem condições para os usuários usarem o seu sistema, não estão respeitando a gestão democrática das cidades. A gente tem o Estatuto das Cidades, a Lei federal 10.257, e lá diz que quando se tratar de empreendimentos que sejam de interesse urbano, tanto em nível federal, estadual ou municipal, tem que haver um debate. E isso não ocorre. Infelizmente, só debatemos isso depois que as antenas são instaladas, depois que as estações são instaladas e depois que a comunidade começa a gritar lá no seu bairro que alguma coisa está acontecendo, e queríamos que esse processo fosse inverso.

Quando fizemos uma audiência pública em Criciúma no final do ano passado, tínhamos a expectativa de que representantes de todas as operadoras estariam lá. No dia, fomos avisados de que um outro representante estaria indo lá, um representante da Siemens, e não das operadoras. Então, a gente gostaria que elas debatesses mais com as comunidades.

Para não me alongar, gostaria de dizer que já são inúmeras as instalações de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Mais um minuto.

A SRA. MARIA ISABEL TOPANOTTI - ... e que as comunidades, que os órgãos municipais se encontram em situação de total despreparo para lidar com os empreendimentos desse porte, seja no processo de instalação, seja no de fiscalização, e também pelo desconhecimento da nocividade das ondas eletromagnéticas.

Para nós, o tema em questão está deixando de ser considerado polêmico à medida que aumentam em todo o mundo estudos e pesquisas afirmando que o excessivo uso do aparelho celular é realmente nocivo ao ser humano e ao meio ambiente. Assim, os moradores vizinhos das estações rádio-base, e há vários deles hoje aqui, querem exercer o seu direito de voz para relatar rapidamente as suas experiências.

Na seqüência, algumas comunidades poderão deixar mais claro o que eu tentei passar para vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra agora ao Sr. Vilmar Gerent, do Conselho Regional de Medicina, porque ele tem um motivo inadiável que o impede de permanecer aqui conosco.

O SR. VILMAR DE ATAÍDE GERENT - Boa-tarde a todos. Eu estou representando o Conselho Regional de Medicina, e fomos convidados anteontem para participar desta audiência pública.

É um prazer escutar o professor Grandó. Eu não tive o prazer de ser aluno dele, mas ele continua sendo um brilhante professor. E é claro que ele agradece à Medicina catarinense devido a um grande problema de saúde por que passou há dois anos, tendo sido internado no Hospital de Caridade. Hoje está aqui, com a vida salva, e bem salva, porque é uma grande pessoa.

A Medicina se preocupa realmente, assim como a comunidade, com os campos eletromagnéticos desenvolvidos pelas antenas. Isso já vem de muito tempo; a Medicina só se preocupou depois de as coisas ocorrerem.

Vamos só fazer uma revisão rapidamente. Na Revolução Industrial, na Inglaterra, lá pelos idos de 1700, 1800, os limpadores de chaminés das indústrias ganhavam um câncer do testículo, porque lá existia um resíduo que dava lesão nos testículos. Vocês, de Itajaí, provavelmente ao salgarem os peixes, ao deixarem a tainha "escalada", correm grande risco de ter câncer no estômago. No Chile, na Rússia e em grande parte da Espanha há um grande índice de câncer no estômago porque o sal em contato com o peixe dá isso aí.

Alimentar-se de enlatados, que vocês lá em Itajaí também produzem, é um grande problema para os ingleses, porque se alimentar de enlatados durante algum tempo pode desenvolver tumores no intestino grosso. Quem planta milho do oeste sabe que os transgênicos na mão da Monsanto... Nós não sabemos no que vai dar isso ainda, ninguém sabe. A dipirona, descoberta na Itália, os americanos não usam, porque acham que causa um problema grave na parte do sangue. Aqueles bronzeadores de inverno, que as moças usam porque querem ficar bronzeadas, também são um grave problema para a pele, podem desenvolver melanomas, tumores. O amendoim guardado pode causar um fungo que causa câncer do esôfago. Excesso de flúor também, que os dentistas usam e é colocado na água. Temos, ainda, o gás mostarda, que foi largamente utilizado nas guerras. Então, são coisas que estão acontecendo e que, infelizmente, só são descobertas depois.

A talidomida, que as mulheres usavam porque tinham náuseas e enjoos nos primeiros meses de gravidez, causou problemas aos seus filhos: muitos nasceram sem braços, sem membros. Outro problema grave ocorreu em Goiânia, quando um indivíduo derrubou material radioativo de um aparelho de raios-x, o césio.

Então, eu fico bastante contente pelo fato de o Conselho Regional de Medicina estar aqui e escutar as comunidades, escutar a parte interessada. É claro que nós não vamos fugir mais do telefone celular, nem das antenas, por isso acho que tem que haver bom senso em relação a onde colocá-las, como colocá-las, e preservar áreas para isso, porque essa é a nossa orientação.

Nós, da Medicina, ficamos sempre em observação, e sempre que pudermos alertar a população, estaremos alertando. No momento, de medicina real, não há nada. Até agora nada foi comprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra a Sra. Mariléia Giassi Zanette, vizinha de estação de rádio-base, moradora no Município de Içara, por três minutos, com prorrogação de mais um.

A SRA. MARILÉIA GIASSI ZANETTE - Boa-tarde a todos. O que nós queríamos colocar aqui em poucos minutos são as experiências que a gente fez em dois anos. O professor da Universidade do Rio de Janeiro tem falado que há níveis de segurança, e nós queremos comprovar que não existe segurança absoluta. Todos os nossos vizinhos estão ficando doentes, há em torno de quinze casos de tumores, além de mortes súbitas.

Para comprovar isso, durante dois anos nós fizemos experiências com aves, que nascem com deformação e há um alto índice de morte dessas aves. Por falta de tempo, infelizmente não vamos poder colocar fotos de pessoas com envelhecimento excessivo de pele. Os pesquisadores podem ir até a nossa região e fotografar as pessoas para verem o que está acontecendo.

Nós nos baseamos na afirmação do cientista Vitor Baranaus de que há rompimento da fibra de colágeno no olho da pessoa que é irradiada porque mora próxima às antenas de telefonia celular. Nós queremos comprovar também que a fibra do colágeno da musculatura está se perdendo totalmente, provocando um envelhecimento hiperacelerado.

Não sei se vamos conseguir passar alguma coisa, mas depois, no final, a gente pode passar imagens de deformação de aves, envelhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Mariléia, de quanto tempo você precisa para expor as fotos?

A SRA. MARILÉIA GIASSI ZANETTE - Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Então, concedemos o tempo de cinco minutos, com prorrogação de mais um.

A SRA. MARILÉIA GIASSI ZANETTE - O que nos entristece, senhores, é que durante mais de quatro anos pesquisas mundiais e livros comprovam... Por que não se consegue junto com as operadoras dizer que isso é verdadeiro? Isso é verdadeiro! E não só baseando-nos em pesquisas, Sr. professor, mas comprovando o que está acontecendo com os nossos vizinhos. Vejam:

(Procede-se à exibição de imagens.)

Experiência com aves. Deformações. Dois anos de pesquisa.

Se houver mais tempo, gostaríamos de mostrar as fotos de envelhecimento. E gostaria que o professor observaSse quanto a radiação envelhece e apodrece as pessoas.

Obrigada a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Sr. José Dagostim, morador de Criciúma e vizinho de estação rádio-base, por três minutos, mais um minuto de prorrogação.

O SR. JOSÉ DAGOSTIM - Boa-tarde a todos. Algumas coisas que os cientistas falaram chamaram minha atenção, e acho importante a gente clarear isso um pouco mais.

Existe o campo eletromagnético natural, como o da terra, do sol, e existem os campos eletromagnéticos artificiais, produzidos por torres de celulares. É bom que fique bem claro isso.

E foi consenso aqui entre os cientistas de que há um efeito térmico, um aquecimento. Ora, gente, eu acho que todo mundo sabe, a Medicina também sabe, que quando você sofre um choque térmico há efeitos. Ora, gente! Como não há efeitos? E se não tiver pesquisa que comprove esses efeitos, então estou dizendo que há efeitos, e quero que as pesquisas me desmintam! Por favor, cientistas, façam! Eu provoço os senhores cientistas a fazerem levantamentos epidemiológicos e me provarem o contrário, que não existe! Provem-me o contrário! Eu desafio os cientistas nisso!

E penso mais: os cientistas estão preocupados, um cientista me falou aqui. Os cientistas estão preocupados, por isso estão fazendo estudos a esse respeito. Ora, e eu, cidadão? Como é que estou? Moro no meio de duas torres de celular. Como é que eu me sinto? Agora, tem um setor que não está preocupado, não! O das empresas. O do capital. Esse não está preocupado, não!

Uma questão importante é em relação ao respeito à lei. Eu, cidadão, que estou em dia com as minhas obrigações, todas elas - e tem jurista aqui... Vamos imaginar que eu não pague os meus impostos, o meu imposto de renda. Serei notificado, serei cobrado, serei punido, serei preso, irão confiscar o meu patrimônio, mas o que vejo são as empresas não respeitando as leis! Existem torres de celular em Criciúma irregulares, clandestinas. E aí? Não acontece nada! Comigo, acontece; com eles, não! Por quê? O capital. Quem é que manda? O capital!

A pesquisa científica está sempre vencida, haja vista a mudança do meio ambiente a cada momento. A ciência não se apodera do meio ambiente, não alcança o momento do meio ambiente, porque ele se altera a cada momento. Isso é um desafio. Isso é questionar, é pensar!

Um cientista falou aqui que há necessidade de diminuir a potência. Ora, então quer dizer que atualmente a potência está alta? Ou não é? Essa é outra pergunta que eu deixo.

Mas eu vi aqui um consenso: que a lei estadual deve ser mantida, deve ser aperfeiçoada. E a questão do princípio da precaução, que está fundamentado em lei, deve ser levada a sério, principalmente pelos órgãos fiscalizadores. E nós, como cidadãos, eu, como cidadão, vou estar ativamente empenhado para que isso aconteça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o advogado Antônio Luiz Ramos, representando a Aprovati, Associação de Proteção e Defesa dos Consumidores do Vale do Rio Tijucas, por três minutos e mais um minuto de prorrogação.

O SR. ANTÔNIO LUIZ RAMOS - Vou ser bem breve, Deputado e caros presentes.

Eu represento a Associação de Proteção e Defesa dos Consumidores do Vale do Rio Tijucas. Entramos nessa seara aí da radiação eletromagnética porque várias pessoas da comunidade de São João Batista e agora de Canelinha têm nos procurado por estarem sentido efeitos em função de antenas que foram instaladas na circunvizinhança de suas casas. Pessoas humildes que reclamam de dores de cabeça, pessoas que criavam aves no entorno da antena, pássaros, cujos filhotes agora não mais sobrevivem.

Então, em quem eu vou acreditar? Olha, uma pessoa que é financiada pelas empresas, que vem confortavelmente no seu avião e recebe polpudo honorário para estar aqui, para defender, sem qualquer imparcialidade, eu não vou acreditar nessa pessoa. Eu acredito nas pessoas humildes, lá da comunidade, que estão sofrendo com esse descaso das empresas, inclusive dos órgãos de fiscalização, que não estão fazendo cumprir a lei.

A Assembléia cumpriu o seu papel. E digo, Sr. Deputado, tem que ter cuidado. As empresas tentaram esta audiência pública, mas o tiro saiu pela culatra, porque só fortaleceu o movimento das pessoas que puderam se encontrar aqui hoje, que são, com certeza, uma formiguinha lutando contra um elefante. Cada um teve de pagar a sua passagem de ônibus para estar aqui, financiar a sua vinda, enquanto as operadoras estão aqui confortavelmente, nos seus carrões, recebendo muitos honorários para estar presentes. Mas nós estamos aqui, uma formiguinha contra um elefante.

Mas se eles não conseguirem modificar a lei, vão tentar por outras maneiras, assim como as Telecoms estão tentando por todo o Brasil fazer com que o sistema mude através da negociata. Mas eu tenho certeza de que a Assembléia Legislativa vai resistir. O Sr. Deputado já recebeu muito apoio em função da iniciativa da lei. Muitos gostariam de estar aqui, mas não podem, só as pessoas do litoral, porque, logicamente, não podem custear as despesas. Mas muitos estão presentes aqui para mostrar que as pessoas lá da comunidade de São João Batista não foram influenciadas por matéria na televisão, por reportagem na revista Veja ou na RBS. Elas estão sofrendo, sim, os efeitos!

E eu acredito nelas, sim, porque não estão sendo pagas (*ininteligível*) as pesquisas pagas e fraudadas pelas operadoras que resistem, como é o caso lá de São João Batista, como é o caso da Global. Tentamos tirar a antena. São mais de vinte ações judiciais de moradores contra uma antena que foi plantada em cima da casa, a bem dizer, num terreno, cujos aparelhos de ar-condicionado estão localizados a três metros do quarto do vizinho, fazendo barulho 24 horas do dia, enquanto outras empresas já estão tendo mais consciência. Recentemente, conseguimos que a Brasil Telecom se mudasse para um local distante do centro da cidade, o que mostrou alguma consciência.

Então, Srs. Deputados, continuem firmes, porque depois eles vão querer, de outras maneiras, modificar a lei, assim como fizeram em São Paulo, financiando campanhas para (*inaudível*) subsídios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - O senhor dispõe de mais um minuto.

O SR. ANTÔNIO LUIZ RAMOS - A Vivo financiou vários empreendimentos lá em São Paulo para tentar fazer com que a lei municipal não fosse aplicada.

Então, eu conclamo V.Exas. para que se mantenham firmes, resistam a essa investida do capital contra os interesses da população. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra a Sra. Leda Maria Dauer, síndica do Condomínio Residencial JR, de Barreiros, São José.

A SRA. LEDA MARIA DAUER - Boa-tarde a todos.

Primeiramente, quero dar os parabéns ao senhor, Deputado, por essa iniciativa.

Faz um ano que nós encaminhamos para o Ministério Público um abaixo-assinado em nome do Bairro Santos Dumont e em nome do nosso edifício. Nós moramos em frente ao Shopping Itaguaçu e tem uma torre enorme da Telecom, da Vivo, dentro do nosso quintal praticamente, a um metro de distância - aqui está a prova, uma senhora de idade, que mora no meu prédio.

Eu já tive problema de deslocamento de retina, superaquecimento. Eu me sinto mal dentro do meu apartamento. É incrível o que eu estou sentindo! Eu nunca tive problema de saúde na minha vida e estou sentindo agora! Inclusive, há um ano, um dos donos da empresa dessa torre entregou para mim esta cartilha aqui e disse que não faz mal. Claro que não faz mal! Para eles, não é? Para o bolso deles! Mas aqui tem uma frase que diz que se houver aquecimento excessivo na área corporal, aí sim, faz mal para a saúde. E eu senti esse problema! Eu estava limpando o meu apartamento e senti como se estivesse dentro de um caldeirão. Eu tive problema de um coágulo, uma dor de cabeça, assim, parece que os meus miolos iam estourar! Estou sofrendo as consequências até hoje, Deputado, por causa dessa porcaria dessa torre!

E tem mais uma: quero perguntar para aquele senhor do Rio de Janeiro que se pronunciou se aceitaria que fosse colocada uma torre ao lado da sua casa, a um metro de distância. Faço a mesma pergunta ao Presidente do Meio Ambiente. O Ministério Público comunicou que já intimou a Prefeitura de São José e já intimou o Meio Ambiente já faz um ano, e nós estamos esperando. Mas não vamos cruzar os braços, não! Nós vamos pegar a televisão todos os dias! Nós queremos que essa torre saia imediatamente da nossa região!

Está fazendo mal? Está! Faz mal? Faz, sim! Não adianta esconder, não! É como aquele moço ali falou: são os grandões atrás disso! Nós não queremos saber se é a Vivo, se é a Telecom, seja lá quem for, o que nós queremos é que a sociedade, que está passando por esses problemas todos, não seja prejudicada na sua saúde.

Parabéns, Deputado. Estaremos com o senhor até o fim!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Sr. Ramizio Francisco Corrêa da Costa, representante da empresa de receptores Natisul.

O SR. RAMÍZIO FRANCISCO CORRÊA DA COSTA - Boa-tarde, público presente e autoridades.

Inicialmente quero parabenizar esta Casa pelo espaço cedido para a realização desta audiência pública, porque, afinal de contas, o País está aqui muito bem representado em todos os segmentos, e nós temos que evoluir.

Eu venho do Município de Maravilha trazendo um abraço do nosso Prefeito.

Quero pedir permissão para me estender um pouquinho, senão a minha viagem não valeu. Viajei a noite inteira para estar aqui, com muito orgulho, para ver as autoridades exercendo o papel democrático, cada um fazendo a sua parte. Acho que é por aí o caminho.

Eu gostaria de dizer que hoje sou um inventor, graças a Deus, depois de 41 anos de luta e pesquisa. Quero registrar que até o final deste mês estaremos definindo um receptor de ondas eletromagnéticas e radiações, aprovado pelo INPI e pelo Inmetro, inclusive com o acompanhamento da Medicina (daremos às autoridades o endereço para que possam se certificar disso), o qual estaremos industrializando em larga escala.

Esse receptor trabalha com três elementos básicos: espaço, ar e terra, eliminando e neutralizando a maioria das partes em 99,9%, mas logo estaremos chegando em 100% de funcionalidade, com duas operações: recepção e aterramento.

As radiações, gente, fazem mal para qualquer ser vivo, não somente para o ser humano. A Organização Mundial da Saúde está com um grupo de cientistas a cada ano na França e no Canadá. Eu estou há dois anos viajando por este país, de lá para bater em Maravilha, para a minha família, mas desde os seis anos de idade eu detecto toda e qualquer energia do subsolo. Detectei minas de cobre, alumínio silicato, tudo o que reflete, e mais a água, 20 a 30 metros de profundidade. Levei o laudo de autenticidade na UFRGS para o professor Pedro verificar e dar autenticidade - ele é professor de gemologia e mineralogia. A nossa região é de derrame vulcânico.

Além do receptor, com a mesma tecnologia inovada, está aí para ajudar a sociedade e não para brigar, mas para fazer uma parceria com o ser humano, valorizando a vida, um contêiner, com patente pronta e aprovada, que vai eliminar o lixo radioativo, porque nós temos que resolver os problemas e não criá-los. A evolução está aí, e é através da evolução tecnológica que o País evolui e faz com que as pessoas tenham uma maneira mais fácil de viver. Os problemas existem? Então vamos amenizar, vamos neutralizar. Nós somos positivos!

O jovem Galileu deu dons para todos, basta querer desenvolver. E isso é um querer profundo. Criticar é fácil. Na mente humana passam três milhões de informações por segundo. Fica fácil vir aqui justificar o meu receptor, mas ele está passando, sim, por uma perícia muito criteriosa. Foi feita uma pesquisa pelo Inmetro em nível do G8, Grupo dos oito países com potência maior do que o nosso, e não existe tecnologia igual.

Agradeço pela oportunidade. Quem quiser me procurar, estou à disposição.

A Natisul - Natureza, Terra e Sul, está promovendo o meio ambiente, trabalho, saúde e bem-estar. Não se preocupem somente com as ondas de celulares. Todo equipamento eletroeletrônico propaga ondas e proporciona uma sobrecarga elétrica no ser humano, provocando uma série de resultados negativos para a saúde. Isso eu garanto para vocês. Eu faço avaliação e interação de campo eletromagnético negativo com incidência de acidentes no mesmo local em BRs, com incidência de falências em empresas e com incidência de doenças no ser humano de pé no chão, na terra. Quem quiser fazer uma avaliação comigo, estou à disposição. De pé no chão, na grama, mostrarei a energia de dez ciclos do ser vivo, árvore, ser humano e animal.

Obrigado pela oportunidade. Procurem-nos em Maravilha. Entrem em contato com o Prefeito Vicari. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Ramízio, qual é a função do teu receptor, o que ele faz de fato?

O SR. RAMÍZIO FRANCISCO CORRÊA DA COSTA - A função do receptor é neutralizar toda carga eletromagnética. Há dois anos estou viajando o País, de Norte a Sul, fiz quarenta mil quilômetros, visitei Bahia, Rio, São Paulo, Minas, Goiás, Porto Alegre, Caxias, e o Estado de Santa Catarina estou fazendo hoje. Eu não tenho tempo nem para pensar, entendeu?

Esse aparelho é cientificamente comprovado. Eu peço o apoio do Estado.

Independentemente das situações que estão aí, eu quero dar os parabéns ao Governo Luiz Henrique por estar fazendo um governo descentralizador. Gostaríamos que esse exemplo de governo fosse seguido por todo o País. Que se descentralize esse Governo Federal em várias regiões, aí haveremos de ter administradores.

Parabéns a vocês. Procurem-nos em Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado.

Com a palavra o Sr. Rodrigo Azevedo, do Município de Itajaí, por até três minutos.

O SR. RODRIGO AZEVEDO - Boa-tarde a todos.

Podemos ver aqui duas posições bem claras e bem distintas: uma que acusa, dizendo que faz mal, que é o nosso professor lá da ponta; e na ponta do lado direito o professor que alega que essas radiações não fazem mal.

Eu, leigo no assunto, vou acreditar em quem? No nosso professor lá, porque todas as comunidades aqui presentes alegam que faz mal para alguma coisa. Ninguém estaria aqui alegando um mal... Se uma pessoa fala que faz mal, por exemplo, essa pessoa é chata, mas se uma segunda pessoa também falar, eu já vou ficar de olho aberto. Agora, quantas comunidades estão aqui presentes alegando que faz mal?

Há sete anos tem uma torre localizada ao lado da minha residência, com toda a comunidade de Itajaí lutando, mas não conseguimos dar um passo à frente. Este ano, com o apoio do Vereador João Vequi e do Deputado Dentinho, conseguimos ir à frente. O Ministério Público já está há sete meses e não dá conta do recado. Tem lei? Tem. A lei exige licença ambiental para instalar as torres? Sim. Pois em Itajaí essa lei não está sendo cumprida, porque lá não existe licença ambiental. Todas as torres em Itajaí têm problemas de licença ambiental. Se existe uma lei, lá em Itajaí essa lei não está sendo cumprida!

Agora vou mostrar algumas fotos não muito atuais. (Mostra fotografias.) Se existe meio ambiente, eu sou parte desse meio ambiente. Eu não quero que a minha família acorde às sete horas da manhã e veja imagens desse tipo a menos de um metro da minha casa, quando poderia estar vendo o céu azul, passarinhos etc. Inclusive, tenho fotos mostrando um contêiner que está a cinquenta centímetros da extrema, produzindo um barulho insuportável.

Eu sou leigo, mas sou obrigado a acreditar no nosso professor. Em 95% das pesquisas em *Internet* são relatados problemas com o uso das antenas. Inclusive alguém comentou que a potência é de trezentos megahertz. Como podemos ver nas fotos, essa já é a terceira torre ao lado da minha casa, e varia de 800 megahertz a 1.3. Isso é inaceitável. Eu pago imposto, mas no Brasil só tem lei para 3P.

Outra coisa que está acontecendo com relação a essa lei, Deputado Dentinho, é que ela tem uma brecha, e nós, contribuintes, não podemos aceitar uma lei com brechas. Tem um artigo da lei que diz que são necessários trinta metros de distância do ponto de radiação. As empresas, principalmente a Vivo, que não tem nenhuma responsabilidade social, com certeza, vai ligar o quê? Que são trinta metros a partir da torre dessa antena, mas essa torre tem quarenta metros. Essa torre, com essa lei, nunca vai sair de perto da minha casa. Tem que ser trinta metros da base, com cinco ou seis metros de segurança. Se essa torre cair por qualquer motivo, como aconteceu lá em Itajaí há dois anos, quando caíram duas torres dessa, que por sorte estavam localizadas num morro... Porque essa antena aí está completamente irregular. Ela está entre a minha casa e uma vala. Onde está a estrutura do solo? A Fatma até hoje não foi lá fazer um teste, por exemplo, de radiação, de solo, nunca foi feito isso, foi aberta sindicância no Ministério Público para verificar o pé dessa torre.

Tenho algumas fotos aqui do pé (*ininteligível*). Essa torre aqui, por exemplo. Estou viajando há dois anos para identificar fotos e fatos com essa minha antena, essa é, praticamente, a única antena que conheço no Estado que tem essas dimensões. Todas as outras antenas têm a base enorme e vão afinando no final, mas essa não. Nós estamos em Santa Catarina. A gente sabe que este mês agora é frio, eu deveria estar vestindo uma jaqueta, mas estou de manga curta. É o *El Niño* chegando! São furacões, ventos fortes. Essa antena não dura! O nosso amigo ali falou em dez anos, mas nós não vamos esperar nem dez anos, daqui a uns três, quatro anos, quando der ventos fortes e tudo isso aí cair, eu não vou estar aqui para contar essa história. (Palmas.)

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Sr. Hugo César Hoeschl, Secretário do Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis, neste ato representando o Prefeito de Florianópolis.

O SR. HUGO CÉSAR HOESCHL - Muito obrigado pelo convite, Deputado Dentinho.

Gostaria de cumprimentar o nosso ex-Prefeito Sérgio Grando, que demonstra saudades da cátedra, já que nos deu uma aula aqui hoje - excelente professor.

Embora eu esteja representando a Prefeitura de Florianópolis, também me sinto à vontade para falar como cientista. Fiz doutorado e pós-doutorado na área de tecnologia aqui na nossa Universidade Federal, onde leciono até hoje. Mas na época fiz mestrado exatamente sobre legislação na área de telecomunicações. A gente vê que o nosso País tem uma legislação com boa qualidade, porém, o problema que se vê aqui é um problema recorrente, as leis nem sempre são cumpridas. Uma das questões que envolvem esse cumprimento é que a certeza científica, perseguida pelo nosso ilustre representante do Ministério Público, meu ex-colega, não existe - tive a oportunidade de integrar o Ministério Público do Estado do Paraná, atualmente milito nas carreiras da Procuradoria da Fazenda Nacional aqui de Santa Catarina, temporariamente licenciado para colaborar com o Prefeito Dário Berger, de quem trago o fraterno abraço a todos os presentes aqui.

Um dia os cientistas acreditaram que a Terra era chata, que era o centro do universo. Enfim, essa certeza não existe. O que nós vamos buscar, obviamente, são alguns pontos de consenso. E nesse assunto alguns pontos existem, outros ainda não. Uns dos pontos que busca a ADVB, na brilhante iniciativa do nosso amigo Tomelin, é identificar o sanduíche, o recheio desse sanduíche, que é de um lado a sociedade querendo falar mais ao telefone, precisando das antenas, e de outro lado os problemas que aqui estão sendo relatados.

O que acontece é o seguinte: sempre que existe um avanço tecnológico... Quando surgiu o automóvel, falava-se que todo mundo ia morrer quando passasse a velocidades superiores a sessenta quilômetros por hora. E hoje isso não acontece mais.

O que nós temos que fazer é eliminar as questões casuísticas. Essas antenas que foram relatadas aqui... provavelmente existe relação de causalidade entre os problemas aqui relatados e a presença daqueles equipamentos lá. São questões casuísticas que devem ser resolvidas casuisticamente. Deve-se ir lá hoje mesmo para fazer uma medição, interditar essa antena e assunto encerrado. O que não pode acontecer é a sociedade pagar o preço, breçar sua evolução por causa de problemas individuais que não estão bem resolvidos. E aí chamo a atenção para um ponto importante: a telefonia celular está sendo apontada como um dos principais instrumentos de ampliação da cidadania neste milênio que estamos iniciando. Na semana que vem vai acontecer aqui em Florianópolis uma conferência internacional sobre governo eletrônico, que terá como palestrante uma professora da PUC do Paraná, uma doutora, que vai falar exatamente da integração entre cidadão e Poder Público através do telefone celular, porque hoje no Brasil, principalmente no Terceiro Mundo, esse é o meio mais barato de se estabelecer contato entre o cidadão e o Poder Público.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar que essa nossa conferência não tem nada a ver com a Prefeitura de Florianópolis, é um grupo de cientistas da Universidade que está organizando. E uma coisa curiosa: ela já teve divulgação em nível nacional, na Folha de São Paulo, no relatório da Unesco, no IDG Now, mas a nossa mídia local não dedicou uma linha sequer. Às vezes abrimos o jornal e está lá estampado que a Universidade de Meriland relata que é perigoso dormir depois do almoço. Alguém conhece aqui a Universidade de Meriland? É um negócio pequenininho, uma tílica de universidade, não se compara com a nossa Universidade Federal, que é ponta mundial em vários assuntos, principalmente na área de tecnologia. Às vezes a nossa mídia publica a opinião de alguém lá do além-mar achando que é uma opinião muito balizada e deixa à margem os nossos cientistas, que são muito importantes.

Finalizo essa observação para dizer o seguinte: o nosso desafio é estabelecer um ponto de contato. O cidadão tem mecanismos para se defender, principalmente das emissões do aparelho, deixando de utilizar alguns recursos, mas os casos extremos, como nós relatamos, têm que ser fiscalizados individualmente. O que não pode acontecer é eles gerarem o retrocesso no avanço, que é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado.

Com a palavra a Sra. Ana Cristina Brandt, engenheira da Fatma do Município de Itajaí.

A SRA. ANA CRISTINA BRANDT - Boa-tarde.

Parabéns pela iniciativa desta audiência pública, Deputado!

Eu trabalho no órgão ambiental de Itajaí que está elaborando a sua lei municipal, mas por enquanto estamos tentando utilizar a lei estadual na sua íntegra. Eu trabalho no departamento técnico e estou diretamente ligada aos processos de licenciamento ou solicitação de licenciamento, quando é competência apenas da Fatma. E fiquei surpresa ao saber aqui hoje que a Fatma suspendeu os licenciamentos ambientais das antenas de celular.

Então eu questiono, principalmente ao Presidente da Fatma e ao Procurador da República, como é que nós, como órgão ambiental, podemos trabalhar para agir corretamente. Nós temos solicitado das empresas que têm feito as consultas para instalarem antenas no município o cumprimento da lei estadual, temos solicitando o licenciamento ambiental pela Fatma, mas hoje fico sabendo que a Fatma não tem recebido os pedidos de licenciamento! Então, fiquei um pouco confusa, e o órgão municipal sofre diretamente essa pressão da sociedade, e é nosso dever atendê-la e também atender à legislação.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Dr. Rafael Micheletti de Souza, advogado da Telecomp.

O SR. RAFAEL MICHELETTI DE SOUZA - Boa-tarde a todos.

Vou ser breve. Sou advogado, não sou cientista, não sou engenheiro, não sou físico. Então, vou falar como advogado de empresa de telecomunicações, vou fazer aqui um pouco o papel de advogado do Diabo.

As empresas de telecomunicações, todas as celulares, hoje, na verdade, chamadas serviço de comunicação móvel, passaram por um processo licitatório, que foi aberto pela União Federal, pela Anatel, que é uma autarquia federal. Foi uma política pública do Governo Federal leiloar bandas, o que acabou gerando quatro operadoras, quatro bandas diferentes. Temos a banda A, a banda B, a banda E e a banda D.

Houve um processo licitatório e o número de empresas que existem hoje é em função do número de licitações abertas pelo Governo Federal. Houve duas outras licitações para duas outras bandas que acabaram não surtindo efeito porque não houve interessados, ou seja, era para haver mais duas operadoras de serviço celular.

Todas as empresas assumiram compromissos de abrangência, ou seja, compromissos de atendimento, no mínimo, de municípios. Pelos contratos de autorização, considera-se atendido um município quando 80% da área desse município está sendo atendida pela operadora. A operadora tem que expandir a rede e garantir 80% da área do município. Se a operadora não faz isso, ela está sujeita à multa, está sujeita a sanções que estão previstas na lei geral de telecomunicações.

Então, em função disso, as operadoras são obrigadas, com contrato assinado com a União Federal, a expandir as redes. E mais ainda: elas são obrigadas a garantir um fluxo de tráfego, garantir níveis de qualidade, tempo que o usuário demora a completar uma ligação. Se há uma área congestionada, as operadoras têm, por obrigação contratual e regulamentar, que aumentar o número de células que permitam o aumento do tráfego.

Por isso não adianta criar entraves burocráticos. As empresas estão obrigadas, pelo regulamento, por contrato, pela lei, a expandir a rede. O entrave burocrático criado que seja inexecutável, como é o caso aqui... o Presidente da Fatma acabou de assumir que do jeito que está a norma a Fatma não tem como atender as solicitações de licença. Vira uma ficção jurídica. Se é necessário segurança jurídica, que é o contraponto à incerteza científica, é necessário um processo de licenciamento que seja realizável, que seja factível na prática. As empresas têm que cumprir, ao mesmo tempo, a norma federal e fazer o licenciamento estadual. Então, o licenciamento estadual tem que ser possível. Obviamente que tem que ter as normas de segurança. Eu não estou falando de não haver normas de segurança ou descumprimento de normas de segurança. Mas tem que ser. Não adianta essa solução à brasileira de ficar criando normas em cima de normas, regulamentos em cima de regulamentos, licenças em cima de licenças se os próprios órgãos públicos não estão suficientemente aparelhados para atender.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Sr. Jean Borges Bertoldo, acadêmico do curso de Biologia da Unesc.

O SR. JEAN BORGES BERTOLDO - Primeiramente, boa-tarde aos senhores, boa-tarde aos presentes.

Eu sou acadêmico do curso de Ciências Biológicas da Unesc e trabalho na área de genética e bioquímica, no laboratório de bioquímica da Universidade, mais especificamente na área de genotoxicologia, e estamos fazendo testes de DNA, testes (inaudível) DNA a exposições com radiação em ratos de laboratório. Mas eu queria abrir um ponto aqui, uma prévia discussão com os presentes, com os professores que aqui estão. A dificuldade de encontrar artigos relacionados a problemas biológicos decorrentes das radiações é muito grande, tanto é que nós, acadêmicos, que nos dedicamos a essa área de estudo, que é uma área muito nova e de difícil acesso a esses artigos científicos que possam nos dar referência para provar alguma coisa perante algum juiz... Temos aqui acadêmicos e doutores e sabemos que no meio científico não há como provar alguma coisa sem dados concretos, dados objetivos.

Como vocês podem ver, todas as discussões que foram levantadas sugerem que há certos danos ao DNA. Nós estamos fazendo esse teste, vamos ter resultados e vamos publicar esse artigo na Universidade. Como eu falei para vocês, os artigos são poucos e quando são publicados são estrangeiros, americanos, espanhóis, europeus. Então, um artigo só que eu tenho, que é recente, de março de 2005, prova, com os resultados obtidos, que as radiações causam disfunções uteroplacentárias. Eles fizeram esse teste com ratos preparados para isso, e através de uma faixa de frequência de 900 megahertz, que é uma das frequências que alguns celulares utilizam, conseguiram comprovar que essa faixa de frequência acarreta sérios danos na liberação de um hormônio responsável pela sustentação do feto dentro do útero, comprovaram com 34% a 83% de abortos nos ratos testados. Então, isso é só um parâmetro que eu trouxe para vocês terem uma idéia. Este artigo é super-recente, é de março deste ano.

Eu quero dizer a todos que estão me ouvindo que esse é um problema que necessita ser trabalhado: um problema que necessita estímulo, que necessita incentivo. Porque, como eu disse para vocês, não há como provarmos nada se não tivermos quem nos incentive a trabalhar em relação a esse assunto para poder trazer dados concretos e objetivos para que esses problemas sejam tratados e resolvidos.

Eu agradeço pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado pela participação.

Passamos a palavra agora, para finalizar, ao Sr. Giancarlo Tomelin, Presidente Executivo da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB.

Em seguida, vamos abrir um espaço para os membros da mesa se manifestarem com relação aos questionamentos feitos a eles ou mesmo algumas dúvidas que queiram esclarecer.

O SR. GIANCARLO TOMELIN - Deputado Dentinho, muito boa-tarde. Em nome da ADVB quero manifestar os parabéns ao senhor por conduzir esta audiência pública e cumprimentar todos os presentes.

Querida, inicialmente, colocar uma questão. A ninguém é dedicado o monopólio da preocupação com o meio ambiente. Eu tenho absoluta convicção de que todos que estão aqui têm preocupações com o meio ambiente, absolutamente todos.

Quero dizer que as empresas de telefonia e as empresas em geral cada vez mais trabalham um conceito chamado responsabilidade social, ou seja, responsabilidade com o meio ambiente. Sabem por quê? Porque se não tiverem, se porventura um caso for comprovado técnica e cientificamente, a ação dessa empresa despenca na bolsa. Além disso, ela corre o sério risco de ter todas as licenças cortadas.

Então, essa preocupação é uma preocupação conjunta, por isso que este fórum tem que ser um fórum de discussão e não de conflito. A pior coisa que pode acontecer para a sociedade é uns se postarem à esquerda e outros à direita e não haver um fórum de discussão permanente. A ADVB de Santa Catarina, ao propor isso, está propondo o seguinte: que haja diuturnamente um fórum de discussão e de reivindicação de ambos os lados, para que nesse diálogo possa se construir o futuro.

Aristóteles, no livro A Política, diz que a virtude está no meio. A virtude está no meio, no diálogo, na discussão. Quando não há diálogo e quando não há discussão contínua, permanente, educada, respeitando todas as partes, Deputado Dentinho, caímos numa coisa chamada populismo, e isso é extremamente perigoso para o andar do desenvolvimento social e econômico das sociedades.

Um poeta russo chamado Maiakovski, em plena revolução russa, fez uma poesia que faço questão de repetir aos senhores. Ele dizia assim: "Nada há de novo no rugir das tempestades. Não estamos felizes, é verdade, mas por que razão haveríamos de estar tristes? O mar da história é agitado! Devemos cortar as ondas da história, assim como um barco e a quilha cortam as ondas do mar".

Então, a ADVB de Santa Catarina, Deputado Dentinho, quer, sim, um momento diuturno de debate, um fórum de discussões. E que V.Exa., que fez esta audiência, possa continuar a capitanear essa discussão do ponto de vista positivo, sem conflito, sem espaço para populismo e discurso que não gera desenvolvimento. Porque se existe algo que realmente nos deixa preocupado, Deputado Dentinho, é o subdesenvolvimento.

Eu tenho convicção absoluta de que o subdesenvolvimento é hoje mais uma questão subjetiva do que objetiva. O subdesenvolvimento leva à pobreza, leva à dificuldade de você realmente propiciar ao cidadão cidadania.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o professor Sérgio Grandó, para responder os questionamentos feitos a ele e também para as suas considerações finais, por até cinco minutos.

O SR. SÉRGIO GRANDÓ - Serei bastante rápido.

Primeiramente quero dizer que a Fatma tem por princípio a democracia ambiental. Através da constituição da lei, que podemos dizer ser recente, começou-se a ter algumas contradições. Em que sentido? Não é o único órgão responsável pelo meio ambiente. Todos são responsáveis em cada instância: dentro do Sisnama, em nível nacional, através das resoluções do Conama; em nível estadual, através das resoluções do Consema; e em nível de município, através do Conema, para pequenos impactos.

Então, por que nós suspendemos? Primeiro, por precaução que é o nosso dever; segundo, para que possamos ter uma solução o mais rápido possível sem ser conflitante. O que significa isso? É que muitos promotores, e de forma sábia pela interpretação da lei, estavam suspendendo e interrompendo construções de torres no interior porque não estavam dentro da nova lei que foi referenciada e aprovada nesta Casa.

É dever nosso, sim, porque é o único órgão licenciador do Estado, o Ibama somente de forma supletiva. Constitucionalmente é a Fatma o único órgão licenciador que tem o dever de estabelecer as instruções normativas para poder construir essa torre, nós temos que elaborar essas instruções normativas. E a que conclusão chegamos? Para a exiguidade da lei que todos nós queremos, de que forma vamos fazer essas instruções normativas? Exigindo o EIA/RIMA de cada torre das quatro bandas, das quatro empresas, ver o passivo já existente. Nós precisamos de que estrutura, de que forma?

Então, estamos discutindo com a Promotoria Pública, que é a nossa referência na interpretação da lei, e vai ter esse seminário no início de setembro, para que saídas as instruções normativas elas possam agradar a todos, e que realmente se cumpra a lei.

A instrução normativa é a questão técnica, é como se levanta um voo, é como se pouso. Você levanta um avião tanto faz aqui quanto na China, em qualquer lugar; tem lá as instruções, você lê os instrumentos no momento que vai puxar a alavanca, pousar e assim por diante. Você não precisa saber chinês para pousar um avião na China.

O licenciamento da Fatma vale aqui em Santa Catarina, vale no Brasil, no Banco Mundial, que financia, no Banco Internacional, no Banco Alemão, para qualquer parte do mundo, porque o procedimento é o mesmo daquele que vai levantar o avião, daquele que vai licenciar.

Paralelo a isso também está surgindo, no Rio Grande do Sul, todo um movimento de licenciamento. Então, não queremos fazer de forma um conflitante, queremos fazer junto.

O que estamos pedindo, antes de fazer a portaria das instruções normativas, de colocar no nosso site e as pessoas buscarem o licenciamento, o que queremos fazer é um termo de referência, e aí temos que discutir com a nossa Promotoria Pública, ouvir todos os demais, ouvir como vamos licenciar. Para uma região, algumas antenas podem ter o efeito daquela região, ou uma a uma.

E tem uma questão da nossa Procuradora, que coloca muito bem: no problema das antenas celulares, ninguém está discutindo a questão ambiental relacionada à água, à poluição hídrica, ao ar, ao solo, está discutindo a radiação, que é um problema físico que está relacionado à questão ambiental, não tenha dúvida, mas até então toda a nossa Fundação trabalhava nesses termos relacionados à natureza.

Ele pede o seguinte: que se imponha que o texto legal seja interpretado à luz da razoabilidade. Isso não significa alterar a lei, mas ler em um contexto factível. Cada empreendimento tem uma peculiaridade, impondo que o órgão tenha a sensibilidade necessária de contemplar essas especificidades, porque senão qualquer promotor público, qualquer cidadão, tem o direito e o dever, e não adianta querer fazer de forma apressada ou errada. Então, são nesses termos.

Nós esperamos, no máximo, em um mês estar com as normas e com os termos de referência prontos, discutidos. Aqui, nós estamos coletando uma série de informações, dentro da seguridade, dentro da contemplação dessa radiação. Então, é isso que eu peço.

Respondendo à senhora de Itajaí, o que vamos fazer? Nós tomamos a medida da precaução. Tenha paciência, mais um mês. Se lá está sendo pressionada, no município, a senhora não imagina nós. Mas não é ruim, as costas já estão acostumadas a receber essas pressões. E esse é o papel no meio ambiente, ter o princípio da precaução.

É a primeira vez que estamos fazendo isso, não só nós, mas o Estado vizinho, outros lugares, e queremos fazer uma coisa bem feita que sirva de exemplo nacional, porque o próprio Conama, nacionalmente, não o fez. Quando foram licitadas aqui essas empresas para operarem nas quatro bandas, pelo Governo Federal, o Conama, nacionalmente, não tinha nada disso. Está surgindo isso agora, e no andar da carroça vamos ter que trocar essa roda, resolver esse problema, como tem outros que eu falei, objetivando a questão da radiação. E vamos fazê-lo da forma mais competente possível, com a ajuda de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado, Sr. Sérgio Grandó.

Com a palavra o Sr. Hugo César Hoeschl, para as suas considerações finais, por três minutos.

O SR. HUGO CÉSAR HOESCHL - Sr. Presidente, é importante ressaltar a retomada de algumas questões. Estamos falando basicamente das antenas e temos uma questão ligada ao aparelho que foi pouco falada, salvo na intervenção do nosso colega também da universidade.

Sabe-se que no caso dos Estados Unidos existem discussões judiciais sobre consequências de uso do aparelho. Mesmo que consideremos o caso da televisão, por exemplo, pois existe muita discussão sobre a emissão de raios da televisão, não há muitos casos comprovados, ou praticamente nenhum, de que a televisão tenha causado, no uso doméstico, algum tipo de prejuízo. Porém, a televisão não está em contato com o nosso corpo e o aparelho celular está constantemente. Então, temos duas vertentes. Quando esses casos forem resolvidos pela Justiça, e isso é uma questão de tempo, vai acontecer, seja nos Estados Unidos, na Europa ou aqui no Brasil, instituições serão acionadas para responder pelos danos à saúde causados pelo uso de telefone celular, pelo uso do aparelho. É uma questão, eu diria assim, mais complexa e mais difícil de resolver do que a antena, embora a responsabilidade esteja mais distribuída.

Por isso, os potenciais responsabilizados não estão presentes aqui, que são a Nokia, a Gradiante, a Siemens, enfim, as fabricantes do aparelho. Aqui estão, eventualmente, aqueles que representam essas instituições e comercializam o aparelho. Nesse sentido, não temos dúvida de que o cidadão individualmente, os órgãos de proteção do cidadão, e os órgãos do poder público, mais cedo ou mais tarde haverão de se deparar com essa questão.

E eu reitero: é uma questão de tempo; esse tempo pode ser noventa dias, pode ser cinquenta anos. Isso vai acontecer, a exemplo do que aconteceu com a indústria do automóvel, do avião, de outros cenários no setor de tecnologia, em que consumidores foram à Justiça e obtiveram vultosas quantias, seja no plano pessoal, seja no plano institucional. Obviamente que no caso das antenas corre-se o risco de ter uma situação semelhante.

Quem são os destinatários de eventuais reparações judiciais que acontecerão no futuro? Também estamos falando, obviamente, de fabricantes de equipamento, que novamente não estão presentes aqui por terem um perfil de atuação comercial voltado a um outro tipo de cenário. Mas aqui estão os seus representantes.

Quero retomar, com isso, a uma questão importante: isso não quer dizer que o desenvolvimento tenha que parar de acontecer! E se temos, como eu comentei aqui, casos onde existam situações extremas, esses casos devem ser resolvidos de forma individualizada, vai-se até lá e se faz uma medição. Não podemos é deixar que esses casos individualizados sirvam como instrumento...

(A Sra. Mariléia manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Mariléia, vamos respeitar a palavra, por favor.

O SR. HUGO CÉSAR HOESCHL - A informação dela é importante, assim como a informação do nosso colega de Criciúma, de Itajaí, daquela senhora do condomínio. O que eu quero dizer não é o seguinte: ah, esses casos não são importantes para nós. Obviamente que eles são. Mas casos isolados, situações que são particularizadas, devem ser tratadas de forma particularizada.

Os parâmetros para os quais a legislação está caminhando são positivos. E nesse sentido o papel do Deputado, que vai ter uma função importante nessa questão, que já teve um papel histórico, está sendo, eu diria, bastante oportuno e proveitoso. O que acontece é que o nosso Estado, que é um celeiro de produção de tecnologia, e isso tende a aumentar nos próximos anos, precisa exemplificar à Nação, inclusive aos países do Primeiro Mundo, que nós podemos compatibilizar o desenvolvimento da tecnologia, o uso da tecnologia, a ampliação da cidadania que vai decorrer do uso desse aparelhinho, com essas imputações e com esses problemas de saúde.

Eventualmente, como lembrou o professor Sérgio Grandó, estamos nos concentrando só na questão da radiação, mas tem outros assuntos que são igualmente importantes. E eu reitero que não podemos deixar que essas questões provoquem uma redução de cenário em um contexto mais amplo em que todos nós temos importantes encaminhamentos a adotar no futuro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Passo a palavra ao Sr. José Doroteu Fábio, Diretor de Assuntos Corporativos de TIM SUL S.A., para responder a um questionamento: por que o cartão TIM de R\$10,00, que antigamente se utilizava por quinze minutos, hoje somente dá para usar por 8 minutos e meio?

O SR. JOSÉ DOROTEU FÁBIO - Não, Deputado, eu verifico que não deve ser essa situação. Desconheço essa afirmativa que a pessoa fez. Se eu puder conversar pessoalmente, quero pegar o número do telefone e retornar a ela e ao senhor a respeito dessa informação que ela está dando. Desconheço essa afirmativa que ela está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Certo.

O senhor tem três minutos para fazer as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ DOROTEU FÁBIO - Boa-tarde a todos. Inicialmente, quero agradecer à Alesc pelo convite, assim como parabenizar o Deputado Dentinho pela iniciativa desta reunião, onde se pode discutir um assunto que envolve toda a população.

Apenas para termos alguns números, a telefonia celular não é uma realidade somente no Brasil, mas em todo o mundo. Para se ter uma idéia, números estatísticos mostram que são mais de 1 bilhão e 700 milhões de telefones celulares em funcionamento no mundo. No Brasil, são mais de 75 milhões de telefones em funcionamento.

Evidentemente que esse avanço da tecnologia móvel faz com que exista a necessidade de colocação de torres, de novos equipamentos e também de discussão porque é um assunto novo e avança com uma velocidade muito grande. Então, a nossa participação aqui é no sentido de esclarecer.

Também faço minhas as palavras do Hugo quando mencionou que fatos isolados não podem impedir o desenvolvimento econômico e social de uma região, e, no caso, do nosso Estado de Santa Catarina.

Falo aqui os números da TIM: no ano passado, a TIM SUL, que é responsável pela telefonia móvel no Paraná e em Santa Catarina, investiu mais de R\$350 milhões para que pudéssemos continuar fazendo com que o Estado de Santa Catarina tivesse a vanguarda nas telecomunicações, como sempre teve. E o nosso receio é que, se não tivermos uma legislação adequada que atenda a todos os segmentos da sociedade, poderemos, em curto um espaço de tempo, não conseguir acompanhar, ou mesmo perderemos a vanguarda que temos hoje em Santa Catarina para outros Estados. Todas as empresas de telecomunicações são empresas nacionais. O que ocorre é que se o investimento que reservamos para o nosso Estado não for feito aqui, será direcionado para outro Estado.

Gostaria de, como exemplo, usar uma informação dada pelo representante da Fatma: a questão de Lauro Müller. Lá temos um pedido de licenciamento ambiental entregue no início do ano e que até hoje ainda não temos a resposta. Na verdade, nós íamos tirar os equipamentos de Lauro Müller. E não estamos fazendo novos investimentos no Estado.

Reconheço que alguns casos aqui levantados são situações que precisamos corrigir. Mas não concordamos que tenhamos uma torre a menos de trinta metros de uma residência. Temos feito (e falo pela TIM), nos casos levantados pela população, o remanejamento de equipamentos. Mas, também temos que ter a preocupação para que casos isolados não venham a impedir o Estado de continuar tendo a vanguarda que sempre teve.

Gostaria, apenas para relembrar, que às vezes falamos dos malefícios, mas também há alguns grandes benefícios que...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Concedo mais trinta segundos, para concluir.

O SR. JOSÉ DOROTEU FÁBIO - ...que possibilitou a toda a nossa população. Quem tem filho adolescente sabe o quanto é difícil controlá-los (e eu diria que é impossível), mas pelo menos saber onde estão, e a telefonia celular hoje permite isso. Você, em uma hora de desespero, pelo menos pode ligar para o seu filho e saber onde ele está.

Aqui mesmo em Florianópolis tivemos uma situação: essa cidade sempre foi a que fez a apuração das eleições de forma mais rápida no Brasil durante muitas ocasiões. E um dos instrumentos que foram utilizados até para transferir os arquivos das regiões mais longínquas da Ilha foi a utilização da telefonia celular. Na conexão de um computador, passa-se a informação para frente.

Para finalizar, queria também...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Concedo mais quinze segundos, para realmente concluir.

O SR. JOSÉ DOROTEU FÁBIO - Foi mencionada aqui a questão de distância. Recentemente, tivemos uma discussão na Prefeitura de Curitiba com respeito aos trinta metros de uma torre. Queria lembrar que há algumas cidades, e eu vou dar o exemplo de Curitiba, onde é impossível colocar em praticamente toda a cidade uma torre que guarde essa dimensão, simplesmente porque não existe terreno livre. A não ser no caso, lá, do campo do Atlético, do campo do Curitiba e do campo do Paraná Clube, e considerando que não podemos colocar em praça.

Então, na elaboração de uma legislação tem que tomar esse cuidado, porque senão podemos aprovar uma legislação que seja impossível de operacionalização. Lá, apresentamos isso aos Vereadores e essa questão foi modificada, porque simplesmente não teríamos nenhuma comunicação no centro da cidade.

Eu gostaria...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - O seu tempo está encerrado.

Passamos a palavra ao Sr. Robson Spinelli Gomes, para as suas considerações finais, por cinco minutos.

O SR. ROBSON SPINELLI GOMES - Uma questão que precisa ficar clara aqui é que o fato de termos diferentes opiniões não significa que estamos em lados diferentes. Às vezes, os pesquisadores podem estar todos no mesmo contexto e têm habilidades e necessidades de manifestarem as suas idéias sob um dado ponto de vista. Isso não quer dizer que estejamos em lados opostos. Não encaro dessa forma.

Por outro lado, imagino que esse movimento que está acontecendo no Brasil inteiro - eu já participei de várias audiências públicas pelo País afora - tem como reflexo a necessidade da sociedade ter o direito à informação, que é constitucional. Assim, temos que levar a informação para a população. Não podemos dizer: vamos esperar o estudo da OMS terminar para dizer se tem ou não efeito à saúde. Então, vamos adotar uma postura de prevenção, de cuidados à saúde das pessoas, mesmo que hoje não tenhamos um cenário que nos preocupe perante algumas questões que algumas pesquisas podem apontar.

Quero mencionar que em setembro haverá uma reunião em Brasília, no Ministério da Saúde, na Funasa, com representantes da Organização Mundial da Saúde, para discutir sobre esse assunto com um grupo de trabalho do qual eu também faço. A Escola Superior do Ministério Público de São Paulo editou, no ano, passado um livro com vários artigos técnicos sobre esse assunto para toda a Promotoria da Capital e, por sinal, estão passando para o Brasil.

Uma questão que acho importante não é pôr as operadoras para se fiscalizarem, mas é a fiscalização da Anatel e a fiscalização dos órgãos que deveriam estar exercendo esse papel efetivamente. Sabemos que passamos por problemas de infraestrutura, recursos humanos, material, mas os órgãos públicos que têm essa incumbência de fiscalizar têm que assumir os seus papéis. Esse é um grande problema, porque aí se pode abrir margem para trabalhos equivocados.

Quero mencionar que no Rio de Janeiro também há outros pesquisadores, como o professor da PUC, o pessoal da Fiocruz, que estuda a parte da epidemiologia, e, mais particularmente, o professor Sérgio Koiffam, que é um excelente pesquisador e referência no Brasil na área de epidemiologia. Também quero mencionar que a Agência Internacional em Pesquisas do Câncer - IARC -, há mais ou menos 15 anos, classificou como possível carcinogênico o campo eletromagnético. E, ainda, mencionar que estaremos trabalhando, na verdade, com o que vai acontecer no serviço de saúde.

Finalizo com outra matéria que li na Revista Saúde, escrita pelo professor Pedro Aurélio, médico infectologista do Hospital do Coração, de São Paulo, que coloca o seguinte: *(Passa a ler)*

"O incremento crescente do serviço de saúde é um fenômeno mundial, ameaçando inviabilizar os avanços tecnológicos. Envelhecimento da população e redução da taxa de natalidade, alterando profundamente a composição etária de quem usa o sistema; comportamento da população e de alguns profissionais pouco investidos em saúde preventiva; custos elevados de novos medicamentos, além da comparação tecnológica, estão na origem do problema.

Cuidar é mais que um ato. É uma atitude. Abrange mais que um momento de atenção e de zelo. Representa uma atitude de ocupação, de preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. Cuidar demanda tempo, emoções e aptidões individuais que algumas vezes colidem com os conceitos de custos e processos de qualidade."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado, professor.

Passamos a palavra para o Sr. Gláucio Lima Siqueira, para suas considerações finais, por cinco minutos.

O SR. GLÁUCIO LIMA SIQUEIRA - Rapidamente, entendo que toda vez que participo de um fórum como este convictamente venho defender as minhas posições e sinto, obviamente, muito em função das representações de bairros, etc., como se eu fosse o pato feio falando o que vocês não querem ouvir.

No entanto, só eu é que venho dar uma mensagem otimista. E isso realmente é uma coisa para a qual eu gostaria de chamar a atenção de vocês. Eu venho dar uma mensagem otimista e não sou aplaudido. É muito importante que as pessoas entendam que eu sou uma pessoa totalmente favorável a que se pesquise e que se legisle. Eu já manifestei durante a apresentação a minha posição favorável a que se faça; o que se está fazendo aqui é uma coisa muito importante que deve ser feita. Eu nunca fui contra isso, certo?

Obviamente, depois da minha apresentação, ouvi coisas às quais tenho que fazer alguns pequenos comentários porque são importantes que eu faça.

Quanto às incertezas científicas, o colega aqui já definiu bem. Incerteza científica faz parte do mundo científico; nunca teremos certeza de nada, está certo? Se esperamos ter certeza para ter alguma coisa, não podemos ter nada. Absolutamente nada! Não são só as torres de celular que irradiam ondas eletromagnéticas, está certo?

Não entendo por que fenômenos estão acontecendo agora, quando de estações de celulares próximas às casas de vocês, e não aconteciam antes com a transmissão da estação de rádio que tem em cima desse morro aqui. As densidades provocadas, tanto pela estação que está próxima da sua casa como por aquela torre que está distante da sua casa são da mesma ordem de grandeza. Essa seletividade não faz sentido. Vamos medir? Foi medido e viu-se que os níveis são baixos.

Isso remete-me a um outro ponto: o colega não acha que diminuir cinquenta vezes seja uma medida de precaução. Infelizmente, tenho que discordar dele, porque a sua proposta é diminuir mais dez vezes! Ora, se diminuir cinquenta vezes não é precaução, por que diminuir dez vezes é precaução? Isso, gente, não nos leva a nada! A lei de vocês, nesse aspecto, é importante. Vamos dar crédito a quem está preocupado com isso, realmente.

Quanto às apresentações de casos, concordo mais uma vez com o colega! Esses casos especiais têm que ser enviados para a Organização Mundial de Saúde! Ela é que coleta os casos! O estudante que me desculpe, mas existem inúmeras reportagens sobre isso. Só que isso é analisado cientificamente, e não existe nada que tenha levado as autoridades da Organização Mundial de Saúde a evoluir no sentido de modificar as determinações.

Correlação com o câncer? É claro que existe correlação! Existem pesquisas que mostram correlação, mas essa correlação acontece quando os níveis de potência são altos! As pessoas têm que dizer isso! Com os níveis baixos, essa correlação fica ínfima! E esses níveis irradiados são baixos.

Existem pesquisas, e cito uma publicação que eu tenho (estou disponibilizando para quem tiver interesse): uma associação na Dinamarca fez um estudo durante 10 anos com 420 mil indivíduos, desde a implantação da telefonia celular, a respeito de câncer. E chegaram à conclusão de que não existe nenhuma ligação entre o uso de aparelhos celulares e o câncer de glândula celular, não existe!

É isso que a Organização Mundial de Saúde faz, é coletar dados! E vocês devem coletar os dados e levá-los para quem faz as pesquisas epidemiológicas! E pesquisas epidemiológicas são feitas! Não digam não, elas são feitas! Elas são feitas! Eu garanto a você que elas são feitas! São feitas, e com muita seriedade. E por gente de muita responsabilidade! É um absurdo você falar que não são feitas, porque eu sei que são feitas!

Gente, vir aqui, pegar um papelzinho e falar que o cara falou que o ratinho vai ter um efeito, isso é provocar pânico! Vamos deixar a nossa população "panificada"! A mensagem é essa: vamos deixar vocês loucos! Não durmam, porque tem uma torre de telefonia celular do lado da sua casa. Isso é um absurdo! Se desligassem a torre, as galinhas continuariam tendo o mesmo problema, se não falassem nada com vocês!

Então, meus caros, vamos legislar, trabalhar, melhorar as leis e dar às pessoas que têm crédito e competência para definir essas coisas, essa...

(Discurso interrompido por término do horário restabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Tempo esgotado, professor.

O SR. GLÁUCIO LIMA SIQUEIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Sr. Procurador Jacson Correa, por três minutos, para as suas considerações finais.

O SR. PROMOTOR JACSON CORREA - Primeiramente, quando quis me referir à ausência de certeza científica evidentemente que quis traduzir isso na necessidade de uma garantia para a sociedade em face da ausência dessa certeza. É evidente, todos sabemos que as pesquisas são realizadas e as mudanças ocorrem. Não quis aqui estabelecer nenhum conceito absoluto, nenhuma verdade absoluta, até porque

todos nós que estamos aqui presentes desejamos procurar evitar, primeiro, a instauração do conflito, como foi relatado, e, segundo, para também conhecer e traduzir esse conhecimento. Se fosse para enfiar goela abaixo conceitos e verdades estabelecidas prioritariamente de forma absoluta, essa mesa teria apenas um debatedor.

Então, não aceito, em absoluto, com todo o respeito ao professor do Rio de Janeiro, a maneira tão irressignada quando ele pretende colocar a sua verdade. Todos que estamos aqui buscamos produzir, primeiro, um conhecimento em face de toda essa incerteza, porque se tivéssemos alguma certeza de que a telefonia celular e as estações de rádio-base causassem malefícios à saúde, se tivéssemos certeza disso, não estaríamos aqui reunidos para discutir parâmetros, para discutir legislação, para discutir critérios para a instalação e para o licenciamento dessa atividade. Estaríamos aqui estabelecendo uma proibição literal.

Sempre vejo com preocupação quando o estado de ânimo se altera diante de situações que não foram provocadas por nós. Essa ausência de conhecimento não é culpa de quem está aqui, não é culpa da população, não é culpa do usuário de telefonia celular. Essa responsabilidade não pode nos ser atribuída, porque esse conhecimento, por regra, não é compartilhado com a sociedade, e é isso o que estamos procurando buscar.

Enquanto não tivermos o conhecimento vamos trabalhar, e vamos trabalhar exaustivamente para estabelecer garantias. E essas garantias ou estarão na legislação, ou vamos buscar outros meios, evidentemente que meios adequados e razoáveis, para assegurar essa tecnologia, que não somos contra. É engano pensar! Eu não vi ninguém aqui, ninguém dirigir uma palavra sequer contra o telefone celular!

Porém, preocupo-me quando um interlocutor salienta também o compromisso social das empresas de telefonia celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Concedo trinta segundos, para concluir.

O SR. JACSON CORREA - Não percebo isso, por exemplo, na utilização de propaganda - crianças que utilizam celulares em propaganda. Se sabemos que há um efeito térmico, professor Grandó, por que quando faz propaganda de telefone celular não se utiliza a advertência, para que a população conheça isso? Faz-se hoje isso com o cigarro, por que não se faz com a telefonia celular?

Então, quero enfatizar que o Ministério Público continuará parceiro para encontrar soluções, mas estará sempre atento, sempre atento para fiscalizar a execução das medidas que forem tomadas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Passo a palavra à Sra. Mariléia Giassi Zanette, para fazer as considerações finais em nome das entidades, por três minutos.

A SRA. MARILÉIA GIASSI ZANETTE - Realmente, gostaria de agradecer ao Sr. Deputado Dentinho por todos estarmos aqui reunidos em busca do verdadeiro consenso.

A nossa entidade deixa bem claro: não somos contra uma tecnologia. Tudo o que é bom de uma tecnologia temos que aproveitar muito bem, mas temos que usar o princípio da precaução. Se já existem comprovações e não existe uma certeza científica, temos que tomar cuidado com o ser humano. Nós somos vida, e tem-se que tomar cuidado com a vida.

Que o nosso professor da Universidade do Rio de Janeiro não fique dessa forma tão alterada, mas nós buscamos e lutamos a favor da vida. Se estamos observando que pessoas estão ficando doentes, existe uma verdade. O que queremos é o afastamento e a diminuição da energia. Lutamos pela vida.

Quero agradecer a todos pela presença, e vamos realmente entrar num consenso, sem discussão, sem briga.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigada, Mariléia.

Como encaminhamento, quero propor a este plenário que não tomemos nenhuma decisão hoje, até aguardarmos os resultados dos estudos que a Fatma deverá fazer para viabilizar a possibilidade de análise dos estudos de impacto ambiental, etc. Ai poderemos nos reunir novamente, posteriormente a esses estudos que a Fatma deverá realizar.

Gostaria de saber se há concordância com essa proposta.

O SR. JOSÉ DAGOSTIM - Eu gostaria de fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ DAGOSTIM - A minha sugestão é para Santa Catarina, porque esta é uma audiência estadual: não sei se a Fatma ou a Secretaria de Saúde do Estado, mas que se realize estudos epidemiológicos relacionados à questão da radiação eletromagnética em torno das antenas, da poluição eletromagnética na população dos arredores das antenas de telefonia celular. Até quero salientar que nós temos feito essa reivindicação no Município de Criciúma há alguns anos e não somos atendidos. Então, é essa a minha proposta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - A sua proposta não inviabiliza a proposta que eu fiz. Ela pode ser acrescentada. (*Palmas.*)

Mais alguém deseja se manifestar, senão encerraremos esta audiência?

O SR. GLÁUCIO LIMA SIQUEIRA - Quero me desculpar, se algumas pessoas da mesa ou do auditório entenderam a minha postura como algum tipo de cobrança. Essa é a eloquência com que falo, porque eu dou aula. É exatamente isso, não teve nenhuma ofensa pessoal, e se alguém sentiu-se ofendido, eu peço desculpas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Feitos os encaminhamentos, aguardaremos o resultado dos estudos que a Fatma vai fazer; vamos introduzir a sua proposta junto a nossa, com o objetivo de buscarmos solução para garantir a saúde de todo o povo catarinense.

Obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO WILSON VIEIRA

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE PARA TRATAR DOS TEMAS RELACIONADOS AO TURISMO EM SANTA CATARINA - AVANÇOS E CARÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Nos termos do Regimento Interno, artigo 162 e seguintes, do Poder Legislativo catarinense, damos início a esta audiência pública para tratar dos temas relacionados ao turismo em Santa Catarina - avanços e carências -, proposta pelo Sr. Deputado Sérgio Godinho, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Convidamos para tomar assento à mesa o Sr. Deputado Sérgio Godinho, Presidente desta Comissão, para presidir os trabalhos.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: Sr. Gilmar Knaesel, Secretário de Estado da Cultura, do Turismo e do Esporte; Sr. Antônio Aguiar, Deputado Estadual; Sr. Célio Antônio, Prefeito de Laguna; Sr. Luiz José Ferreira, Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, neste ato representando a Prefeitura de Florianópolis; Sra. Ana Helena Carneiro, Gerente de Cultura, Turismo e Esporte, representando a Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Lages; Sr. Flávio Luis Agustini, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Turístico da Santur.

Neste momento, passamos a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Godinho, para presidir a presente audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Boa-tarde a todos. Invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta audiência pública, que tem por objetivo tratar dos avanços e das carências do turismo no Estado de Santa Catarina.

Gostaria de registrar as seguintes presenças: Sr. Acyr Osmar de Oliveira, Superintendente da Fundação Itajaiense de Turismo, representando a Prefeitura de Itajaí; Sr. Cláudio Costa Moreira, representando o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis; Sra. Cristiane Laureano, representando a Agência de Turismo Veleirotur, de Florianópolis; Sr. Ademir Koerich, representando o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; Sr. Álvaro Correa Filho, representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Blumenau; Sra. Denise Adriane Hansch Arnhold, Coordenadora de Planejamento e Apoio Turístico, representando a Prefeitura de Joinville; Sra. Neide Maria Regis, Coordenadora de Trabalho e Rendas, representando a Prefeitura de Tijucas; Sr. Osmar Boos, Secretário de Turismo, representando a Prefeitura de Brusque; Sr. Flávio Antônio Pinho da Silveira, Secretário de Turismo, representando a Prefeitura de São Bento do Sul; Sr. Jorge Ariati, Secretário Municipal de Turismo de Treviso; Vereador Ptolomeu Bittencourt, Presidente da Comissão de Turismo da Câmara Vereadores de Florianópolis, representando a Presidência da Câmara; Sr. Carlos Wilson Campos, Secretário de Turismo, representando a Prefeitura de Governador Celso Ramos; e Sr. Wilson Francisco de Farias, Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, representando a Prefeitura de São José.

(Passa a ler)

"Santa Catarina é um Estado abençoado por Deus e pela natureza devido à diversidade de suas belezas naturais e de seu mosaico étnico-cultural.

Tendo apenas o equivalente a 1% do território nacional, Santa Catarina surpreende com sua variedade de paisagens, dispendo de mais de 560 quilômetros de um litoral com as mais belas praias

paradisiacas. As montanhas, com altitudes que chegam próximas aos 2.000 metros, são cobertas com grandes extensões de florestas preservadas, que se alternam desde a exuberância da Mata Atlântica até a majestosa Floresta das Araucárias, cujos levantamentos recentes remetem a desmistificar sua extinção, ladeada pelos campos de altitudes. Podemos usufruir ainda de importantes recursos hídricos, compostos de rios, lagoas, além de representativas fontes de águas termominerais e do Aquífero Guarani. Poucos lugares do mundo podem ter um conjunto harmônico entre paisagens rurais e centros urbanos, despontando paisagens agrestes, algumas ainda virgens.

As estações climáticas são bem definidas: verão tropical, inverno frio com geada e neve em algumas localidades, outono ameno e intimista, primavera colorida pelos múltiplos tons da natureza.

A mescla de etnias catarinense é composta por muitos povos, que através da harmonia étnica formaram as multifaces do povo catarinense: portugueses, alemães, italianos, espanhóis, negros, indígenas, poloneses, austríacos, ucranianos, japoneses, franceses, russos, húngaros. Qualquer que seja a etnia ou região do Estado, o catarinense é conhecido por sua hospitalidade, pelo seu empreendedorismo e por cultivar a arte de bem-servir.

Índices socioeconômicos somados à diversidade de paisagens, climas, culturas e tipos humanos, a uma economia moderna e competitiva - os produtos 'made in SC' são vendidos para 179 países -, à completa infra-estrutura e a um modelo próprio de desenvolvimento baseado em pólos regionais equilibrados. Nenhum município de Santa Catarina tem mais de 500 mil habitantes.

Baseada na força das pequenas e médias empresas, a economia catarinense cresceu 340% nas últimas três décadas e tem investido na diversificação de atividades, na atualização tecnológica, na qualificação da mão-de-obra e na universalização do conhecimento para manter e ampliar suas lideranças.

Porém, para que possamos assegurar o uso sustentável desse capital turístico a Comissão de Turismo e Meio Ambiente tem um papel fundamental de parceira no apoio ao planejamento turístico sustentável de Santa Catarina.

É ingênuo agregar posturas preservacionistas extremas que visam defender a natureza afastada da presença humana e bloqueando o desenvolvimento econômico. Mas, também é imoral compactuar com formas predatórias de exploração da natureza, pois a exaustão dos recursos naturais e da biodiversidade provocaria o desaparecimento da qualidade de vida e, por consequência, do turismo de qualidade, que acreditamos ser nossa vocação natural. Prova disso evidenciamos nos dados de nossa demanda turística, publicada pela Santur, que demonstra que 70% dos turistas que visitam Santa Catarina vêm em busca dos nossos atrativos naturais.

Assim sendo, há que se estabelecer mecanismos fortes de indução, fiscalização e gestão racional de uso do território e dos recursos naturais, enfocando problemas graves como a ausência de saneamento básico, talvez nosso maior gargalo na busca do turismo de qualidade, bem como lutar para a efetivação da melhoria das principais rodovias que cortam o Estado (BR-101, BR-116, BR-470 e BR-282) e de chegada dos nossos turistas. Desenvolver uma metodologia dinâmica que proporcione o uso planejado da ocupação territorial, da exploração dos recursos naturais e das potencialidades econômicas de forma participativa é o desafio na busca do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina.

Para orientar o desenvolvimento sustentável é necessário planejar essas ações. Nesse contexto, acreditamos em três ações básicas que se fazem necessárias: a materialização de um zoneamento ecológico-econômico que visualize espacialmente as condições de uso do território catarinense, evidenciando suas potencialidades e fragilidades, associada a planos diretores municipais sob a ótica do Estatuto das Cidades; um inventário visualizando os recursos naturais da infra-estrutura básica e turística, da cultura, da arte, do folclore e das atividades potenciais do espaço catarinense; e a discussão do uso do espaço e dos recursos com a sociedade, através do planejamento turístico participativo. Essas ações representam as ferramentas para um planejamento que busca um desenvolvimento turístico sustentável.

Portanto, esta Comissão quer fortalecer os princípios do desenvolvimento turístico sustentável do Estado de Santa Catarina: na busca da sustentabilidade ecológica, que assegura que o desenvolvimento só é compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais - diversidade biológica e recursos biológicos; na busca da sustentabilidade social e cultural, que assegura que o desenvolvimento e o controle das pessoas sobre suas próprias vidas é compatível com a cultura e os valores das pessoas atingidas pelo desenvolvimento, aumentando e fortalecendo a identidade da nossa comunidade; e na busca da sustentabilidade econômica, que assegura que o desenvolvimento é economicamente eficiente e que os recursos são geridos de forma que suportem gerações futuras. É evidente que turismo e meio ambiente são necessariamente parceiros indissociáveis do desenvolvimento desta terra, garantindo emprego e renda associados à qualidade de vida do povo catarinense.

São essas heranças, em conjunto com a natureza do Estado, que formam o grande potencial turístico de Santa Catarina, que deve ser aprofundado no Estado para a redução das desigualdades sociais."

Com essa introdução de abertura, gostaria, agora, de passar um vídeo sobre Santa Catarina mostrando as nossas potencialidades. (Pausa.)

Enquanto se programa o vídeo, passo a palavra ao nosso Deputado Estadual Gilmar Knaesel, Secretário de Estado do Esporte, Cultura e Lazer.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO GILMAR KNAESEL - Permitam-me saudar as senhoras e os senhores em nome do nosso Deputado Sérgio Godinho, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa. E estendo a saudação aos Prefeitos; aos representantes dos Prefeitos; ao nosso Diretor-Geral da Secretaria Regional de São José; aos nossos Vereadores; aos gestores de turismo; aos representantes das entidades; à imprensa e às pessoas da Assembléia Legislativa que acompanham esta sessão especialmente marcada para discutirmos a situação do turismo e o seu futuro em nosso Estado.

Cumprimento o Sr. Presidente pela feliz idéia desta audiência pública, uma vez que a Comissão Permanente de Turismo hoje faz parte da estrutura da Casa, a qual tive a felicidade, quando Presidente deste Poder, de inserir entre as Comissões Permanentes - antes disso era apenas uma subcomissão -, com resultados de auxílio muito importante ao Poder Executivo e às políticas públicas. Ao longo desses dois anos e meio já estivemos várias vezes aqui, no âmbito desta Comissão, eu, pessoalmente, como Secretário e também a nossa equipe, para muitas vezes interagirmos e encontrarmos soluções conjuntas.

Santa Catarina, como disse muito bem o nosso Presidente, é sem dúvida um Estado diferenciado em belezas naturais e, auxiliando essas belezas naturais, em diversidade cultural. São poucos os Estados brasileiros que têm este contexto, aqui já bem colocado, das belezas naturais, além da nossa costa catarinense, que a cada dia mais se transforma no maior destino turístico do chamado Sol e Mar. Mas, auxiliando a isso há as nossas montanhas, as nossas serras, os nossos planaltos, os nossos vales, os nossos lagos, enfim, toda essa diversidade geográfica que o Estado de Santa Catarina tem e que passa a ser um grande atrativo natural.

Quando aceitamos o desafio, o convite formulado pelo Sr. Governador, Dr. Luiz Henrique da Silveira, de estarmos à frente dessa área, primeiramente procuramos discutir com os segmentos, com os setores, na verdade, qual é o papel do poder público. O que cabe ao Estado-Município, ao Estado-Estado e ao Estado-União, dentro dessa estrutura chamada turismo. E também ouvir dessas pessoas que há anos trabalham, militam e conhecem o setor, quais eram as prioridades ligadas às necessidades iniciais.

O primeiro grande papel do Poder Público, que nos foi colocado, e concordamos com ele, é que o Estado tem que ser um agente motivador. Pela sua facilidade de organização, pela sua facilidade de ação, o Poder Público tem que mostrar, na verdade, a importância que é essa área para as pessoas que já militam e para que as pessoas que ainda não conhecem o setor efetivamente possam se interessar e continuar a caminhada.

Por isso, ao longo desse período sempre estivemos em todo o Estado de Santa Catarina buscando ser o agente motivador. Nos encontros, nos seminários, nas reuniões, nas palestras, nas universidades, nas escolas, enfim, onde tivesse a necessidade de estar o Estado como agente motivador nós estávamos e estamos presentes.

O segundo grande papel que cabe ao Poder Público dentro dessa estrutura é o de planejar, de organizar o setor. Essa é uma missão do Poder Público, e para isso também fomos em Estados, pelos segmentos, principalmente pelas entidades de classe, que há muitos anos vinham reivindicando aos governantes que se fizesse para este Estado um grande plano de desenvolvimento do turismo de forma integrada e que pudesse oportunizar a todos os municípios de Santa Catarina, a todas as regiões de Santa Catarina se desenvolver.

Por isso, de forma ousada, contratamos uma consultoria, através de processo licitatório, e iniciamos o chamado Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer de Santa Catarina, agregando ao turismo a cultura e o esporte. Percorremos os 293 municípios, através das 29 Secretarias Regionais da época - agora são 30 -, e ouvimos a todos, para que todos pudessem nos informar as suas potencialidades, o que tem de atrativo em cada município, o que precisa ser feito para que esse atrativo possa se transformar num destino e ao mesmo tempo fazer com que esse atrativo possa efetivamente se desenvolver. Foi um trabalho demorado, um trabalho silencioso, e que agora estamos na segunda fase desse projeto, voltando aos 293 municípios e trazendo, agora através das 30 Secretarias Regionais e das oito mesorregionais, um plano em

que temos o raio-X, o diagnóstico e, agora, a definição das ações. Não é um pacote de cima para baixo, mas sim de baixo para cima, pois os municípios, os gestores, estão informando os seus projetos prioritários, as suas ações prioritárias. E nós haveremos de, ao final dessas oito reuniões que terminam agora no mês de março (sic) - hoje estamos reunidos aqui na Grande Florianópolis, infelizmente concorrendo com esta audiência pública, não havia sido tomado cuidado para que essa agenda não conflitasse -, de forma ousada, também apresentar um anteprojeto ao Sr. Governador, para que envie a Assembléia Legislativa, transformando em um projeto de lei, ou em uma lei, o nosso plano de desenvolvimento, a fim de que não seja apenas para um governo, mas que seja sim um plano que tenha durabilidade, que seja um plano que tenha sustentabilidade seja quem for o governante.

Outra questão é o papel do Poder Público, a questão da infra-estrutura. Cabe ao Município, ao Estado e ao Governo Federal prepararem a infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo. E o que é infra-estrutura? Quais são as ações da infra-estrutura? Claro que saneamento faz parte desse contexto, nenhum turista volta a um lugar em que não tenha toda a possibilidade de ter uma área com água e esgoto tratado. A falta de água nos balneários ao longo de muitos anos sempre foi uma grande crise, e aliado a isso o saneamento, o esgoto. Além disso, acesso, sinalização turística dos nossos atrativos, tantas e tantas ações que cabem efetivamente ao Poder Público.

Por isso, para buscarmos toda essa falta de investimento ao longo de muitos anos, demos como prioridade a busca do financiamento internacional chamado Prodetur Sul, que é um projeto que há mais de dez anos tem sido discutido, tem sido encaminhado e ainda não foi assinado o contrato. Mas, nós, Santa Catarina, podemos estar tranquilos porque fizemos o nosso papel, o nosso dever de casa. Quando assumimos, estávamos em defasagem em relação aos outros três Estados parceiros - Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná - no que pese toda a burocracia necessária para o financiamento internacional, mas acima de tudo nos projetos que poderiam ser financiados pelo Prodetur. Hoje podemos dizer que estamos na vanguarda dos quatro Estados, hoje somos referência. O Ministério do Turismo em todas as suas reuniões atesta isto: Santa Catarina é hoje o único Estado apto, dos quatro Estados do Sul, para captar financiamento, tanto pela questão financeira, pois hoje temos, digamos, saldo econômico para buscar financiamento, como ao mesmo tempo todos os nossos projetos apresentados para a nossa área básica de ação já foram encaminhados ao BID e já tiveram pareceres favoráveis. Então, o Prodetur, que também no dia 22 e 23 terá mais uma reunião em Santa Catarina, em Blumenau, é um projeto no qual acreditamos que possa ter assinado o seu contrato ainda este ano, para início dos investimentos no ano que vem. E temos a autorização da Assembléia Legislativa para captarmos até US\$100 milhões, dentro desse financiamento, do total de US\$150 milhões para os quatro Estados. Isso demonstra a nossa capacidade de endividamento e também de projetos.

Mas não esperando o financiamento o Governador nos autorizou a iniciarmos uma ação de suma importância: mais de 90% do nosso turismo é rodoviário, ou seja, são pessoas que vêm ao nosso Estado através das nossas rodovias. Não vamos discutir as condições das nossas rodovias em relação aos demais estados, isso é outra política. Mas a nossa ação como agente de estado é pelo menos oferecer uma opção de sinalização turística e atendimento decentes aos turistas. Por isso já estão em fase de licitação dois planos, o de sinalização turística, que a empresa já tem um prazo até o final do mês de agosto para entregar o projeto final, e iniciaremos em seguida a licitação para a contratação da sinalização turística das nossas principais rodovias, que começaremos ainda este ano, para efetivamente oferecermos nas rodovias federais e estaduais do nosso Estado uma sinalização turística adequada e que possa dar segurança aos nossos destinos.

Da mesma forma, os nossos Centros de Atendimento ao Turista. Já temos mais de quarenta pequenos centros funcionando em Santa Catarina em parcerias com os municípios, com as Secretarias Regionais. Isso chamamos dentro da política dos Portais de Lazer, e agora será complementado com quatro grandes Centros de Atendimento ao Turista: na divisa com o Rio Grande do Sul, via BR-101; na divisa norte, com o Paraná, no Município de Guaruva; ao mesmo tempo em Dionísio Cerqueira; e vamos estabelecer ainda um quarto que estamos a definir, que poderá ser no entroncamento da BR-470 com a 116, nas imediações de Lages, para que com isso possamos oferecer o primeiro atendimento de informação ao turista, que muitas vezes não tem o seu destino totalmente definido. Então esses centros irão fortalecer a permanência e a visitação em nosso Estado. Portanto, a infra-estrutura será solidificada através do Prodetur, sendo no primeiro momento, no início do projeto, treze municípios e depois estendido a todo o Estado de Santa Catarina através da continuidade das ações.

Outra questão que é papel do Poder Público: a capacitação. Também somos felizes nesse contexto, hoje temos praticamente vinte Faculdades de Turismo em nosso Estado que estão preparando a mão-de-obra qualificada para gerenciar e para serem os grandes articuladores das políticas de turismo em nosso Estado. Mas falta uma ação àquelas pessoas que trabalham na base, que no cotidiano muitas vezes nem percebem que fazem parte do contexto do turismo. Para isso fizemos um convênio com o Ministério do Turismo e também contratamos o Senai para ser o nosso grande parceiro na fomentação dos nossos cursos. Já realizamos vários cursos em nosso Estado para taxistas, policiais rodoviários, formação de guias turísticos, enfim, a essa população, a essas pessoas que trabalham diretamente ou indiretamente com o turista no seu receptivo e que precisam ser qualificados. Em todas as regiões, através das Secretarias Regionais, estamos efetuando esses cursos, e os primeiros resultados já estão aí. Se não me engano (depois, Flavinho, socorra-me), já treinamos mais de trezentos policiais rodoviários em nosso Estado, que também são uma fonte de informação turística, além desse pessoal todo que trabalha nos municípios.

Da mesma forma o fomento. O Poder Público tem que dar possibilidade, já que é uma área em desenvolvimento, para que os empreendedores possam encontrar nos organismos estaduais ou públicos financiamentos diferenciados. O atual Governo, através do Badesc, voltou a ter uma linha de crédito para o turismo, que estava suspenso em outras épocas por uma questão de crise no setor hoteleiro; vários ficaram inadimplentes, e hoje existe uma política de recuperação desses empreendedores inadimplentes, mas ao mesmo tempo novas linhas de crédito ampliando o prazo de financiamento. E também temos, principalmente no que chamamos aquele que é o recurso necessário para o dia-a-dia, para o capital de giro, apoio da política federal, através do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que hoje também têm recursos disponíveis para o setor turístico, novamente fomentando esse segmento.

E, diria, a última grande missão do setor público, que deixei por último porque essa foi a nossa prioridade número um: a de fomento, a de promoção, a de *marketing*, e com isso mudamos o conceito. A Santur, nossa empresa que ao longo de muitos anos foi a estrutura de apoio ao turismo em nosso Estado, que realizou um grande trabalho, tendo sido reconhecida nacionalmente, passou a ter uma nova prioridade: a promoção, ou seja, divulgar o Estado de Santa Catarina fora daqui, nos estados vizinhos, nos estados que são emissores de turistas, no Mercosul, mas também abrir novos mercados, principalmente com o turista europeu e também agora, num trabalho pioneiro, com o turista americano, através de uma parceria com a Universidade da Califórnia. Até, neste momento o nosso Diretor-Presidente e o nosso Diretor-Geral da Secretaria estão na Califórnia continuando esse trabalho.

Então, dentro disso, houve um novo papel e um novo trabalho, e nunca em outros governos se investiu tanto em promoção, em material de primeira qualidade sempre à frente da política nacional. Hoje o Estado é dividido em oito regiões turísticas, dentro da política nacional, e com isso cada uma das oito regiões tem o seu material conjunto, acabando com o material isolado, como aquele *folder*. Quando se ia a uma feira, a um congresso ou quando se desenvolvia um trabalho regional, carregava-se caixas e mais caixas de material de cada município, que acabava se perdendo, porque a política mudou de foco, pois ninguém mais sobrevive isoladamente.

E o grande exemplo disso que estou falando é Blumenau, e está aqui o Álvaro Correia Filho, filho de um ex-Deputado, que hoje está à frente da nossa Gerência de Turismo em Blumenau. Blumenau foi, sem dúvida, o primeiro Município de Santa Catarina que profissionalizou e desenvolveu o turismo. Se somos conhecidos fora de Santa Catarina como um Estado europeu, quem vendeu essa imagem foi Blumenau nas décadas de 70 e 80, só que hoje o turismo perdeu forças, inegavelmente, e várias são as causas, como mudanças na conjuntura nacional, na conjuntura internacional, mas, principalmente, porque Blumenau ficou isolada no contexto, não se integrou com os pequenos municípios da região, não se integrou com Balneário Camboriú. Hoje se vê que foi tempo perdido, sendo necessário retomar a política da integração.

Então, diante disso, estamos fazendo material regional, não estamos mais financiando material isolado de cada município, pois esse papel cabe ao município, estamos fazendo material conjunto de divulgação, que possa trazer resultados práticos, e principalmente desenvolvendo campanhas promocionais. Já realizamos duas grandes campanhas na mídia - jornal, televisão e rádio - que não aparecem no mercado interno, porque foram feitas fora de Santa Catarina, dentro de veículos de alcance internacional e nacional, que foram reconhecidas como campanhas inovadoras.

A primeira delas muitos dos senhores devem se recordar, tinha como garoto-propaganda Domênico De Masi, o sociólogo italiano que faz hoje esse grande trabalho junto com outros sociólogos e filósofos sobre a ocupação do tempo livre - todos já acompanharam esse trabalho -, espelhando também a integração da cultura e do esporte dentro do turismo, pois que se deve ocupar um turista não apenas com as belezas naturais, mas com cultura e com esporte, inclusive. Nesse trabalho de promoção as cifras foram elevadas, gastamos quase R\$10 milhões.

A segunda campanha fizemos com personalidades brasileiras, tanto do mundo esportivo quanto do mundo televisivo, de telenovelas, enfim, com personalidades que vêm passar as suas férias em Santa Catarina e que dizem o porquê de terem escolhido o Estado. Essa campanha também marcou! E agora temos a terceira campanha, que está pronta - ela só não foi ao ar ainda porque vamos priorizar uma outra campanha neste momento, que é de material e voltada ao turismo interno. Mas essa terceira campanha que já está pronta compara as nossas belezas naturais, Prefeito Célio, com os maiores destinos turísticos do mundo. Vamos comparar os nossos cânions com os cânions americanos; vamos comparar as nossas principais praias com as praias do Havai, e assim por diante, mostrando que você não precisa sair de Santa Catarina ou do Brasil para encontrar algo parecido.

Essa campanha revolucionará, e só não foi ainda para o mercado porque optamos por fazer, a partir do mês de novembro, uma campanha voltada ao turismo interno a fim de que o catarinense conheça o seu Estado. Eu mesmo, apesar da minha vida pública, de quatro mandatos como Deputado, confesso que não conhecia o Estado de Santa Catarina. Tive essa oportunidade agora, como Secretário de Estado, e encontrei lá no Oeste de Santa Catarina, além das águas termais, o Rio Uruguai, que vai ser, com certeza, o maior rio de pesca esportiva do Sul do Brasil nos próximos cinco anos. Mas se percorrermos qualquer região de Santa Catarina veremos os seus mais diversos encantos, como os do Sul, onde em um raio de oitenta quilômetros encontramos praia e serra, com essa diversidade étnica... Enfim, se eu continuar vou acabar me perdendo e ocupar muito do tempo com coisas que vocês já conhecem.

Então a idéia é fazer com que o catarinense do litoral conheça as belezas do nosso interior e o catarinense do Oeste, do Meio Oeste, do Planalto, venha para o litoral conhecer as belezas das nossas praias, ou seja, que o catarinense interaja dentro do seu próprio Estado, porque o turista interno está pronto, a melhor idade está ávida para conhecer e interagir. Da mesma forma o estudante catarinense, que precisa ter apenas estímulo e pacotes para que possa se deslocar dentro do Estado, e também o trabalhador nas suas férias. Para eles estamos criando três programas, o cartão turista para a melhor idade, o cartão turista para o estudante e o cartão turista para o trabalhador, que na verdade serão pacotes, dentro do nosso Estado, fechados com hotéis, restaurantes, com toda a estrutura de parques, a fim de que as pessoas tenham descontos especiais. Ai, sim, estaremos fomentando e desenvolvendo o turismo interno, que é o modelo norte-americano, já que quase 80% do turismo dos Estados Unidos é interno, sendo fomentado dentro do seu próprio país.

Senhoras e senhores, com essas ações eu tenho certeza que estamos dando uma estrutura nova ao nosso turismo. E é importante dizer que temos os parceiros, com quem desenvolvemos grandes trabalhos, como as nossas universidades, os nossos municípios, a Assembléia Legislativa, as nossas Secretarias Regionais, mas principalmente as entidades de classe, como ABIH, Abeoc, Abrajat, Abav, os *convention bureau*, com quem temos tido sempre uma enorme parceria. Portanto, estamos vivendo essa grande integração e interação entre todos os segmentos da nossa sociedade.

Mas eu quero confessar que estou de passagem por essa área; não sou do meio, estou no meio, mas é extremamente motivador o trabalho que lá é desenvolvido. E tenho certeza que esta audiência pública poderá nos auxiliar muito, porque a Assembléia já aprovou vários projetos nossos e precisará aprovar mais um agora. Primeiro ela aprovou a constituição do Fundo de Turismo, que é uma nova realidade, assim como o Fundo da Cultura e o Fundo do Esporte - hoje temos um Fundo próprio -, e aprovou também o Fórum Estadual de Turismo, que teremos que alterar para Conselho Estadual de Turismo.

Por isso já faço um apelo ao nosso Presidente, que será o nosso porta-voz nesta Casa, no sentido de que tenhamos agilidade na tramitação desse projeto e que até ao final do ano tenhamos aprovado esse novo conselho, que será composto de 21 membros. E também, Sr. Presidente, em função de uma decisão judicial, teremos que alterar a lei do Fundo, pois a Assembléia Legislativa deu autorização ao Governador para fazer adequação orçamentária por decreto, mas por decisão judicial teremos que fazer por projeto de lei. Então, deverá estar aportando esta semana nesta Casa um projeto de lei transformando aquele decreto em uma lei. E é extremamente urgente essa matéria, pois assim poderemos ter o nosso Fundo de Turismo podendo dar atenção ou alocando recursos para os projetos que ainda estão para serem examinados e executados este ano.

Sr. Presidente, peço vênia a V.Exa., mas participarei desta audiência por mais um tempo e depois terei que me ausentar, tendo em vista que tenho agendada outra reunião importante. Mas estaremos aqui representados pelos nossos técnicos e estaremos sempre à disposição para juntos... E feliz foi a alteração feita pela Assembléia Legislativa ao colocar junto com a Comissão de Turismo o meio ambiente, que hoje não podem estar separados. E o exemplo disso está no nosso financiamento no BID. O BID não aceita um projeto, Prefeito Célio, que não tenha todo o licenciamento ambiental prévio, ou seja, antes do projeto ser realizado ele tem que estar em conformidade com o licenciamento ambiental.

Então, acho que essa parceria é oportuna e tenho certeza que através do papel que cabe a cada um de nós estaremos fazendo com que Santa Catarina, a nossa Santa e bela Catarina, transforme-se, através do turismo, num segmento que gere emprego, que gere renda e, acima de tudo, gere qualidade de vida para os catarinenses.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Obrigado, Secretário.

Como o Secretário se ausentará desta audiência daqui a alguns minutos, eu gostaria de deixar a palavra livre para quem dela desejar fazer uso, aproveitando, assim, a permanência do nosso Secretário nesta audiência.

Passamos a palavra ao nosso Prefeito da cidade de Laguna, Sr. Célio Antônio.

O SR. PREFEITO CÉLIO ANTÔNIO - Boa-tarde a todos e a todas.

Primeiramente eu quero agradecer pelo convite para participar desta audiência e cumprimentar a Assembléia Legislativa, o Presidente da Comissão, por provocar esse debate no Estado de Santa Catarina.

Rapidamente eu queria cumprimentar o Secretário Gilmar Knaesel. Tenho acompanhado o seu trabalho, tenho ido constantemente na Secretaria conversar sobre alguns projetos de turismo para o nosso Município, mas não poderíamos perder a oportunidade da sua presença e da Assembléia Legislativa de trazer à discussão no Estado de Santa Catarina algo que já é realidade no Estado de Minas Gerais: as cidades consideradas patrimônio histórico têm um diferencial no ICMS por conta disso, ou seja, derem patrimônio histórico.

O Estado de Santa Catarina possui duas cidades importantes tombadas pelo Patrimônio Histórico, os Municípios de São Francisco do Sul e de Laguna, e percebemos as dificuldades que eles têm em buscar novos recursos, além de já terem seus orçamentos comprometidos com a manutenção desses patrimônios, que muitas vezes são da iniciativa privada. E a idéia de trazer essa discussão no contexto do turismo do Estado de Santa Catarina é justamente pela necessidade que se tem de manter esse patrimônio histórico e utilizá-lo com a finalidade turística.

Então eu queria parabenizá-lo pela ação, principalmente por ter buscado levar para a Marquês de Sapucaí o Estado de Santa Catarina. Tem que insistir nessa estratégia, eu acho coerente, acho importante, inclusive, contar a história de Santa Catarina para aqueles que precisam conhecer a nossa história. Eu acho importantíssimo isso, principalmente a história de cidades como Florianópolis, São Francisco, Laguna, que têm como marca histórica o seu referencial de turismo. Por isso eu insisto na necessidade de se buscar uma alternativa para se manter esse projeto.

Então eu queria questionar se existe a possibilidade de, em conjunto, Secretaria e Assembléia Legislativa, levar ao Governador do Estado de Santa Catarina a solicitação de que se busquem alternativas principalmente para essas cidades históricas, bem como buscar uma nova política de tombamento no Estado de Santa Catarina para outros patrimônios históricos. Florianópolis possui vários sítios, ou peças, ou equipamentos históricos, outras cidades no Estado de Santa Catarina também têm, e a gente percebe a vontade de se preservar o patrimônio histórico, mas infelizmente não se tem garantido nem aqui no Estado, nem fora dele, recursos no sentido de garantir uma política constante.

Em Laguna eu estou encaminhando para a Câmara Municipal, amadurecendo uma lei, um projeto que é a transferência da possibilidade de construir, criando um bônus do patrimônio histórico no sentido de que aquele cidadão que tenha um bem tombado possa vender a sua área e ela possa crescer, na Praia do Mar Grosso, em mais uma quota. Ou seja, no sentido de buscar alternativas de financiamento para a manutenção e preservação, principalmente dos espaços públicos.

Por isso a minha vinda nesta Assembléia, por entender de suma importância iniciar o debate no sentido de que o Estado de Santa Catarina busque um diferencial no ICMS às cidades tombadas pelo Patrimônio Histórico, e para tanto queria contar com o apoio de V.Exas.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO GILMAR KNAESEL - Presidente, permite-me fazer duas observações muito rápidas?

Acho que o Prefeito Célio coloca duas questões importantes. A primeira é sobre as cidades que são patrimônio, hoje mundial, como São Francisco do Sul e Laguna. Mas além dessas cidades, praticamente todos os municípios têm algum patrimônio histórico e cultural, muitas vezes tombado, e não podem usufruir dele se considerarmos esse avanço, digamos assim. Muitas vezes esse patrimônio está aí, parado, sem utilidade, tendo que se procurar uma ocupação. E o que ele sugere é que haja um tratamento, através de ICMS, para que esses municípios possam ter alguma vantagem, até porque tem que se preservar esses patrimônios.

Eu acho feliz essa idéia, vamos copiar o modelo e queremos ser parceiros dessa iniciativa. Eu trato muito com o Iphan, que é nosso grande parceiro, e estamos agora recuperando mais de duzentas casas históricas em Santa Catarina através do Fundo do Turismo, inclusive, e do Fundo Cultural. E que possa preparar (*ininteligível*) projeto.

A segunda colocação do Prefeito refere-se a uma forma de promoção do Estado de Santa Catarina. É um projeto que nós já tínhamos no ano passado e que não foi possível avançarmos, mas neste ano foi colocado como um projeto viável, que é o carnaval do Rio de Janeiro. Hoje, sem dúvida, o carnaval do Rio de Janeiro é a segunda maior mídia do Brasil, só perdendo para o futebol. São mais de sessenta países que transmitem o carnaval do Rio de Janeiro e, além disso, setenta milhões de brasileiros assistem ao desfile do carnaval do Rio de Janeiro. Então, é uma mídia muito grande. E através de uma proposta que nós recebemos de três escolas de samba, fizemos um critério técnico e escolhemos como parceira a escola chamada Imperatriz Leopoldinense, que está "ranqueada" entre as três melhores escolas do carnaval do Rio de Janeiro nos últimos dez anos e que é uma escola de ponta.

Dentro da nova política de apoio, de incentivo, do Fundo de Turismo, que é por captação de recursos - pois não é o Governo do Estado que coloca recursos e, sim, o Fundo, através de captação -, a Imperatriz, como não está localizada no Estado de Santa Catarina, teve que buscar um parceiro dentro do Estado para ser o captador. Ela nos apresentou uma empresa, essa empresa teve dificuldades legais, digamos assim, todos acompanharam, porque não atendeu a todas as reivindicações da lei. O problema foi localizado, o processo está paralisado, e para dar sequência a esse projeto só se houver uma nova apresentação de uma empresa. Por isso hoje até está conosco o Presidente da Escola para tentar achar uma alternativa.

Mas dentro da proposta de promoção do Estado, com todo o trabalho de *marketing*, de mídia que está aliado a isso, além do próprio desfile, entendemos que esse projeto é altamente inovador, e outros Estados brasileiros também já fizeram. No caso específico, o enredo passa por um dos grandes ícones da nossa história, que é Anita Garibaldi, através da qual será mostrado todo o nosso folclore, toda a nossa cultura, todas as belezas naturais do Estado de Santa Catarina.

Portanto, é um projeto cuja continuidade ainda não está decidida, mas nós entendemos ser altamente promocional ao Estado de Santa Catarina, e por isso mesmo estamos reunidos no dia de hoje para discutir esse assunto.

Mas conte conosco, Prefeito, nesse projeto de encontrar para as cidades tombadas pelo Patrimônio Histórico e Cultural, principalmente, algum tipo de benefício, porque elas têm, efetivamente, situações diferentes das demais municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra a Sra. Cristina Cesa, Diretora do Instituto Cultural de Lages.

A SRA. CRISTINA CESA - Boa-tarde a todos.

Junto com o Sr. Daniel Mombach, nós estamos aqui, hoje, falando em nome do Instituto Cultural, que é uma escola de inglês fundada em Lages há treze anos. Com a ajuda do Sr. André Sori(?), nós queremos apresentar o Sr. José Carlos Cardoso, que é catarinense de Indaial, naturalizado americano. Ele morou nos Estados Unidos por 37 anos e trabalhou com instituições que deram a ele muita credibilidade para estar aqui hoje conosco oferecendo um projeto que vem a calhar com o que o senhor está procurando dentro da Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte.

O Sr. José Carlos trabalhou, entre outras instituições, na Bolsa de Valores de Nova Iorque; ele trabalhou como Coordenador de Operações na América Latina da Selective Investments do Chase Manhattan Bank; ele foi Subdiretor de Finanças do Wells Rich and Greene Corporation, em Nova Iorque; e trabalhou em uma das maiores redes hoteleiras dos Estados Unidos, que é a Ocean Beach Resort. Ele também foi Presidente da Latin American Society, que é uma associação que prestava assistência às minorias latino-americanas, e também foi o fundador do primeiro Lions Club brasileiro fora do Brasil. Hoje, ele é membro da American Association of Retired People, que é uma associação para pessoas aposentadas nos Estados Unidos, à qual ele presta consultoria financeira.

Como ele gosta muito de Santa Catarina, voltou e está morando um pouco aqui e um pouco nos Estados Unidos. Ele é proprietário da Transcontinental Business Bureau, localizada em Fort Lauderdale, na Flórida, e é o idealizador de um projeto que quer divulgar Santa Catarina nos Estados Unidos.

Não é preciso salientar todas as belezas e variedades que nós temos para mostrar, como os senhores falaram antes, mas pelo acesso que ele tem nas altas rodas americanas, com os aposentados americanos que têm condições e querem vir para locais como Santa Catarina, ele terá muito para oferecer a eles. E sabendo que os americanos gastam em média cem dólares por dia quando visitam um país estrangeiro - isso um americano de classe média -, eles virão ao Brasil e para Santa Catarina, tendo muito a oferecer para nós como investimento na área de turismo e de lazer.

Então, o Sr. José Carlos quer trazer isso para nós e colocar em Fort Lauderdale, no escritório da empresa dele, uma casa permanente de divulgação de Santa Catarina dentro dos Estados Unidos. Seria a primeira porta aberta - eu imagino que não deva haver outra - a divulgar Santa Catarina permanentemente nos Estados Unidos. E com todos os contatos que ele tem, ele vai divulgar o nosso Estado.

Então, em parceria conosco, com o Instituto Cultural de Lages, nós trabalharíamos juntos, e estamos aqui solicitando ao senhor os benefícios do Funturismo, para que essa iniciativa possa prosseguir. E o Sr. José Carlos está à disposição se o senhor quiser conversar com ele.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço essa manifestação e está dentro da nossa política. Nós não podemos entrar no mercado americano ao Deus dará, como nós fizemos na Europa, indo lá e participando de feiras e congressos. Isso não traz turista. Tem que ser segmentado, tem que ser direcionado. Nós fizemos o primeiro trabalho com a Universidade da Califórnia, em que um grupo de estudantes de MBA fez um planejamento, e agora nós estamos indo com um grupo em novembro, junto com o Governador, para deflagrar ações práticas no Estado da Califórnia.

Então teremos o maior prazer em conversar sobre o Estado da Flórida e outros Estados, e é dessa forma que poderemos atingi-los, pois não adianta participarmos aleatoriamente de feiras e congressos, pois isso não traz resultados. O trabalho tem que ser focado, dirigido.

Estamos à disposição e se ele ficar mais uns dias em Santa Catarina poderemos marcar uma reunião específica para tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o Vereador Ptolomeu Bittencourt, Presidente da Comissão de Turismo e Assuntos Internacionais da Câmara Municipal de Florianópolis.

O SR. VEREADOR PTOLOMEU BITTENCOURT - Eu saúdo a mesa dos trabalhos e a todos os presentes, desejando boas-vindas àqueles que nos visitam na tarde de hoje.

Secretário Gilmar Knaesel, eu inicio pela observação que V.Exa. fez ao turno em que pediu à Assembléia Legislativa celeridade na aprovação de uma futura matéria a ser encaminhada a este Poder, especificamente quanto a um programa, a uma política estadual de turismo. Veja V.Exa. que em Florianópolis acontece o contrário. Na condição de Presidente da Comissão de Turismo encaminhei à Prefeitura Municipal, em fevereiro deste ano, a minuta de dois projetos de lei, um que trata da política municipal de turismo e um outro que trata do plano de ordenamento náutico.

Nós já estamos em agosto e até hoje a Câmara de Vereadores de Florianópolis sequer recebeu, em forma de projeto de lei, para apreciação e consolidação no mundo jurídico da nossa cidade, esses dois instrumentos valiosos: uma política duradoura, independente de quem esteja no Paço Municipal, e também todo um trabalho de ordenamento náutico. Isso porque muitas pessoas cobram que em Florianópolis não há infra-estrutura náutica, não há marina, só que antes dessa condição precisa de uma legislação, e essa minuta foi encaminhada ao Executivo e nós continuamos aguardando, insistentemente.

Também para efeito de registro, já que V.Exa., por provocação do Prefeito Célio, falou aqui sobre Carnaval - e obviamente que falo sem qualquer questão pessoal, até porque eu sou um apaixonado pelo Carnaval, especialmente em escola de samba, e conheço o Carnaval do Brasil -, eu procedi no ano passado, faço sempre na minha atividade parlamentar, uma consulta popular, e tenho utilizado a Internet para tanto. E na última consulta, aqui em Florianópolis, num universo de duas mil pessoas consultadas, quase que 80% respondeu que não gosta de Carnaval. A pergunta era se o Carnaval deste ano foi melhor do que o do ano passado, com uma ou outra possibilidade, e a terceira pergunta era se gostava ou não de Carnaval. A resposta foi que não gostam e que não participam de Carnaval, apenas se valendo do feriado para questão de lazer e descanso pessoal.

Eu me valho da presença de V.Exa. ainda na mesa dos trabalhos para lhe solicitar todo o empenho possível, já que isso permanece dormindo nos escaninhos do Governo, para o projeto de execução do acesso viário ao novo terminal de passageiros do Aeroporto Hercílio Luz. As obras devem iniciar ao final deste ou no início do próximo ano, e isso está apenas em projeto, é uma obra cara que precisa ser feita, e eu temo, Secretário Gilmar, que o terminal possa ficar pronto antes do acesso viário, e aí só de helicóptero para se chegar no terminal de passageiros.

Essa é uma medida que urge, e por isso eu rogo a V.Exa. que em defesa de Florianópolis e do Brasil, porque o nosso aeroporto é usado por todos os brasileiros, as medidas sejam tomadas com muito mais disposição política e também administrativa.

Ainda me aproveito de V.Exa. para solicitar que sejam encaminhadas à Câmara as ações e os programas decorrentes do Prodetur Sul que tenham relação direta com Florianópolis ou com a região da Grande Florianópolis, porque esse é um assunto que interessa a todos nós.

Eu ainda solicito a V.Exa. que dentro da sua intenção de administrar e gerir as políticas públicas voltadas ao turismo da nossa cidade - e V.Exa. muito bem observou e mereceu todos os nossos registros positivos -, que Florianópolis possa também ser contemplada no sentido de fomentar, porque eu acho que essa é uma palavra importante, fomentar quem sabe um evento esportivo náutico durante a nossa temporada de verão, que é extremamente importante.

Nós já tivemos no passado, era um evento grandioso em que muitos brasileiros e visitantes de outros países aportavam aqui para esse evento, o Hollywood Vela e Motor, quem não lembra? Era um evento importante em nível nacional e até internacional. Florianópolis carece e precisa elencar no seu calendário turístico para a cidade eventos dessa natureza.

Eu ainda rogo a V.Exa., dentro do princípio que foi estabelecido para a Câmara Técnica de Defesa do Consumidor Turista, instalado em Santa Catarina, portanto não só em Florianópolis, para que V.Exa. se junte a essa Câmara Técnica através do Governo do Estado, na intenção de instalar em todos os municípios de Santa Catarina instrumentos, procedimentos e infra-estrutura necessária para suportar essa condição. Quem sabe também o fomentar, o provocar a instalação dos Procons municipais - nós mesmos estamos tratando aqui em Florianópolis para que isso possa acontecer.

Encerrando, eu me dirijo à Assembléia Legislativa na intenção de rogar pela celeridade do exame e aprovação do projeto de lei que trata sobre o Plano de Zoneamento Costeiro, decorrente de disposição transitória constitucional do Estado, que se nós nos ativermos à expressão transitória, haveremos de nos assustar, pois transitória de 1990 até 2005 é um tanto quanto distante. Então isso se faz necessário e a ausência dessa normatização estadual prejudica, e muito, a Capital dos catarinenses e outros municípios que têm a mesma característica.

Muito obrigado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO GILMAR KNAESEL - O Vereador de Florianópolis Ptolomeu, sempre atuante, elenca uma série de ações que poderão ser desenvolvidas, e a nossa equipe, com certeza, anotou as reivindicações que cabem a nossa área.

Mas eu queria dizer em relação ao turismo náutico, que V.Exa. levanta muito bem quando diz que Florianópolis deixou se ser roteiro dos navios de cruzeiro por não ter um ponto adequado para a parada. Hoje somente Itajaí tem um local apropriado; Porto Belo tem dificuldades. Então, dentro disso, o Governador determinou e já encaminhou à Secretaria Regional de São José, à Secretaria Regional de Itajaí e à Secretaria Regional de Joinville a construção de três poitas para que navios de até 40, 45 toneladas aportem com segurança este ano ainda. Será na região de Canasvieiras, o local já está escolhido, e a Secretaria Regional vai fazer a licitação. Só este ano uma empresa terá doze navios já aqui em Florianópolis se nós construirmos essas poitas, fora os que vão aportar em Porto Belo, Itajaí e São Francisco do Sul.

Então o turismo náutico, principalmente em grandes navios, é um potencial fantástico, e nós entramos no roteiro, porque normalmente os navios saem de Santos ou Rio de Janeiro e vão para Buenos Aires, Montevidéu, e nós estamos no destino, mas muitas vezes eles aqui não param porque não temos um local apropriado.

Portanto, já está definida como uma ação de Governo a construção dessas poitas.

Eu sei, claro, que V.Exa. falou em política da Grande Florianópolis, dessa ilha que está rodeada pelo mar e que precisa ter uma política náutica adequada para o seu desenvolvimento.

Então, somos parceiros e reconhecemos a importância disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - A palavra continua livre.

Com a palavra o Sr. Flávio Antônio Pinho da Silveira, Secretário de Turismo de São Bento do Sul.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL FLÁVIO ANTÔNIO PINHO SILVEIRA - Sr. Presidente e demais membros da mesa, eu não podia perder a oportunidade de trazer reivindicações do Planalto Norte a este debate.

Fiz alguns estudos, algumas comparações entre a nossa região e a região de Gramado. Também estou fazendo alguns estudos em relação a Petrópolis e a Campos do Jordão. Os dados são os seguintes: Gramado está num território de 271 quilômetros quadrados e São Bento do Sul, de 404 quilômetros quadrados. Gramado está a 115 quilômetros de Porto Alegre; São Bento do Sul está a 70 quilômetros de Joinville. Gramado tem uma altitude de 855 metros; São Bento do Sul, 860. Gramado tem 19 indústrias de chocolate; São Bento do Sul tem quatro. Gramado tem cem indústrias de móveis; São Bento tem mais de duzentas. E assim por diante. Só que Gramado tem sete mil e poucos leitos e São Bento tem 1.170.

Então eu gostaria de deixar aqui o registro para que nós, do Planalto Norte, entre Campo Alegre, São Bento e Rio Negrinho, consigamos fazer uma nova Gramado. Que nós, no futuro, possamos dizer que São Bento está para Joinville, Jaraguá e Curitiba assim como Gramado está para Porto Alegre, Campos do Jordão para São Paulo e Petrópolis para o Rio. Nós temos todas as condições, e é hora de se investir hoje num novo tipo de atrativo turístico, não só no litoral catarinense, que, por suas belezas e por si só, já traz turistas.

Precisamos desenvolver uma região que tem um potencial muito bom para ser desenvolvida, e gostaríamos de lançar isso agora para que a Secretaria, a Santur, o Governo e a Assembléia possam nos ajudar nessa empreitada de criarmos o festival da gastronomia, do folclore e da música de São Bento do Sul e região. Que no mês de julho nós consigamos trazer eventos suficientes para conseguirmos desenvolver essa região.

Nós estaremos desenvolvendo vários projetos em relação a isso e pedimos o auxílio técnico, o auxílio de informações da Secretaria para que nos próximos dez anos nós consigamos esse intento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - A palavra continua livre.

O SR. VILSON FRANCISCO DE FARIAS - Eu sou Superintendente da Fundação de Cultura e Turismo de São José e Coordenador do Comitê de Turismo da Grande Florianópolis.

Inicialmente, gostaria de colocar a esta Casa que temos que deixar bem claro o trabalho importante, coerente e profundo que está fazendo a Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte no sentido de articular as ações para que as coisas aconteçam de maneira global, regional, e não apenas localizadas em pontos individuais.

As grandes cidades de Santa Catarina, que têm o mérito de serem pólos tradicionais de turismo, precisam também se inserir no grande processo regional de fomentar parcerias locais para que os municípios da região caminhem juntos. Nesse sentido, ao vermos projetos bem localizados, ficamos às vezes preocupados que esses projetos regionais bons não venham a ser discutidos nos municípios menores.

Na Grande Florianópolis está sendo feito um trabalho, sob a orientação da própria Santur, no sentido de se criar corredores turísticos, porque até hoje os municípios-sede, carros-chefe da região, não se preocuparam em ir além da ponte. Então, é necessário que comecemos a caminhar juntos.

A questão levantada pelo Prefeito de Laguna é extremamente importante. Os centros históricos de Santa Catarina, e não são poucos, com casarios de grande relevância cultural para o patrimônio construído, estão se deteriorando, estão caindo. E sempre que se fala em tombamento, as pessoas aceleram o processo de derrubada, entendendo tomar como ser derrubado e não preservado. E por que isso? Os bens imóveis tombados estão sujeitos a cair porque não há estímulo. Isso é um fato concreto e sério.

O turismo regionalizado aproveitando o potencial natural paisagístico é um fato desafiador, porque as praias estão sendo aproveitadas, mas o resto do nosso ecossistema está muito sofrido, está precisando de estímulo para se aproveitar as trilhas, as cachoeiras. Enfim, todo esse potencial de esporte náutico, que aqui foi levantado inclusive por Florianópolis, sofre a falta muitas vezes de apoio à infraestrutura para a prática dos esportes náuticos.

É claro que o turismo internacional dos cruzeiros é grande e importante, mas a prática dos esportes radicais, desde o surfe até as regatas, os veleiros etc., é fundamental.

Por fim, chamaria a atenção para uma questão que eu considero importante, e lançamos aqui um desafio: nós precisamos criar no litoral de Santa Catarina um grande circuito de festas em maio e junho para contrapor à Oktoberfest, não por uma questão cultural, mas para haver uma nova alternativa, um novo circuito de baixa temporada. Por que faço essa proposta? Porque os três grandes eixos de manutenção da cultura regional litorânea - a pesca da tainha, ou seja, a pesca artesanal; a farinhada, em que toda a atividade campeira é relativa à agricultura; e o ciclo religioso das festas do Espírito Santo - estão concentrados, coincidentemente, no período de maio a agosto, com ênfase de maio a junho.

Então, propomos a esta Casa e à própria Secretaria de Turismo um desafio, e já começamos a articular com os próprios Secretários Municipais de Turismo (o ACRY está aqui; Governador Celso Ramos e São Francisco do Sul também) esse processo para que nós tenhamos uma nova alternativa. E aí vamos precisar de estímulos do Poder Legislativo, do Poder Executivo, através da própria Secretaria, ou seja, recursos para gerar o aporte de condições para que em três anos tenhamos um novo circuito de festas qualitativas e aproveitando o potencial regional de cultura, das belezas naturais e, acima de tudo, do saber ser e saber fazer do nosso povo litorâneo.

Portanto, que se apóie na Assembléia o projeto que está em curso, a partir da Secretaria de Turismo, porque ele é muito bom. Pela primeira vez se está falando regionalmente, se está pensando coletivamente. E se ele for estimulado e ampliado, vocês podem ter certeza de que não haverá retrocesso para processos anteriores extremamente infelizes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Registro a presença do Sr. Pedro Paulo Mendonça, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico do Município de Laguna; e do Prefeito do Município de Treze Tílias, Sr. Rudi Ohlweiler, convidando-o para fazer parte da mesa desta audiência pública.

A palavra está livre a quem quiser se manifestar.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO GILMAR KNAESEL - Presidente, peço desculpas, mas devido a compromissos assumidos anteriormente, tenho que me retirar. A minha agenda hoje está cheia: estou com o ex-atleta de voleibol Bernard, que veio do Rio de Janeiro especialmente para tratar de um evento aqui em Santa Catarina, e mais algumas outras audiências. Mas a nossa assessoria continuará presente.

Gostaria apenas de reforçar dois pontos de vista sobre o Planalto Norte de Santa Catarina: também o reconheço como um dos grandes destinos turísticos e tenho certeza de que essa região poderá se transformar, num grande potencial devido à sua beleza natural e clima.

Eu sempre falo isso, e os que trabalham mais próximo a mim sabem que sou muito sincero, sem menosprezar outros que ainda vão se desenvolver: a costa do Rio Uruguai, o Sul do Estado na questão dos cânions, o Planalto Norte e a serra catarinense são, sem dúvida, futuros destinos turísticos, basta que continuemos a política de investimento. Mas tem também a parceria impulsionante dos nossos Prefeitos, como a do Prefeito de Treze Tílias, o Rudi, que transformou aquela cidade numa casa de bonecas, por assim dizer (quem vai a Treze Tílias sempre quer voltar), a do Prefeito de Laguna, enfim, os Prefeitos têm um papel predominante.

Muitas vezes não se dá a devida atenção e condições para os gestores municipais desenvolverem ações e planos, como as nossas festas, os nossos eventos, para combater a sazonalidade. Não temos outra saída. São eventos e mais eventos em todas as áreas (esporte, cultura, congressos, feiras), construção de centreventos, enfim, essa estrutura toda necessária para que o Estado efetivamente se transforme no maior destino turístico.

Estamos sempre à disposição da Assembléia, do nosso Presidente, também em outros momentos, em outras ações.

Muito obrigado.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL FLÁVIO ANTÔNIO PINHO DA SILVEIRA - Secretário, acabei esquecendo, mas há cerca de uma hora recebi uma notícia, que era uma reivindicação que deveria ser feita sobre o Caminho de Peaberu.

Essa é uma questão muito importante, porque é um caminho histórico - foi o caminho dos Incas - com três mil quilômetros. Podemos transformar isso num Santiago de Compostela. Só que eu acabei de receber a notícia que foi descoberto no Município de Corupá um sítio onde está preservada parte desse Caminho de Peaberu. Então, nesta semana irei verificar *in loco* a veracidade disso, e levarei historiadores também, porque já temos o pé, a cabeça, sabemos onde começa e onde termina, mas está faltando a metade do corpo. Se tivermos esse pedaço em Corupá - porque esse caminho vem da Palhoça e vai até o Peru - esperamos fazer um trabalho para que se possa desenvolver um turismo religioso.

Obrigado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO GILMAR KNAESEL - O Flavinho cuida do Caminho dos Tropeiros e do Caminho do Peaberu; do Caminho Religioso cuida o Ademar Koerich, na Secretaria Regional de São José. Na qual já estão cuidando desse projeto. Boa notícia essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Eu gostaria de convidar o Prefeito do Município de Treze Tílias para fazer parte da mesa dos trabalhos.

A palavra continua livre. (Pausa.)

O Flavinho ficará representando o nosso Secretário, que, por motivos urgentes, teve que se ausentar.

Senhoras e senhores, esta audiência pública tem por objetivo (é a primeira) tratar a questão do meio ambiente a partir da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc. Enviamos mais de 600 convites para o Estado de Santa Catarina, e recebemos diversas mensagens parabenizando-nos mas desculpando-se pela ausência.

Como esta é a primeira audiência, confesso que não está sendo assim... Talvez devêssemos ter mais pessoas do turismo, do Convention Bureau, que foram convidadas, mas não se fizeram presentes. Faremos outras reuniões com o intuito de discutir o turismo em Santa Catarina.

Eu considero o setor de turismo a indústria que mais gera emprego e renda; e não só eu, também as pessoas que viajam bastante, que têm informações e dados. Partindo dessa visão, no momento da reforma administrativa feita há poucos meses nesta Casa, criou-se a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, e estou entrando com um projeto de lei para contribuir. Então, gostaria de lançar hoje essa idéia como sugestão, como contribuição ao Governo do Estado, não contrapondo ao Governo do Estado nem à Secretaria, que está realizando um brilhante trabalho. Devido à complexidade, devido à magnitude e quantidade da nossa potencialidade turística, cultural e de clima, há uma necessidade premente de se ter uma Secretaria Especial de Turismo, Sr. Flavinho.

Eu creio o nosso Estado tem potencialidades para o turismo, e até gostaria de externar isso na presença do nosso Secretário, mas ele teve que sair, e como não tinha mais ninguém para fazer uso da palavra...

A gente vê que para atingir as metas necessárias do turismo em todos os campos - turismo religioso, turismo esportivo, turismo de negócios, turismo de eventos -, precisaríamos ter uma atenção especial destinada ao turismo. Provocando-se o turismo, teremos grandes progressos. No ano de 2004, segundo dados fornecidos pelo Centro de Eventos, Santa Catarina recebeu cerca de 2,8 milhões participantes de turismo de eventos, que é o que mais contribuiu para o turismo em Santa Catarina.

Segundo ainda dados do Centro de Eventos, esses turistas deixaram em Santa Catarina cerca de 80 milhões de dólares, especificamente nas cidades que mais promoveram o turismo de eventos: Florianópolis, Blumenau, Camboriú, Chapecó e Joinville. Já o turismo de temporada trouxe-nos pouco mais de um milhão de pessoas, que deixaram aqui uma quantia próxima à que nos deixou o turismo de eventos, uma quantia um pouco insignificante.

Isso aí mostra que se provocarmos o turismo, se aproveitarmos as potencialidades de Santa Catarina, poderemos trazer para cá uma grande fonte de recursos.

Então, essa é contribuição que tentaremos dar, dentro de uma visão da reforma administrativa, dentro do conhecimento que a gente tem do Governador e pela facilidade que a gente tem de levar idéias ao Governo do Estado para contribuir, ou seja, acho que nós deveríamos ter uma Secretaria Especial de Turismo, uma Secretaria que tratasse única e exclusivamente da questão do turismo.

Eu creio que seria altamente relevante essa mudança, essa colocação, para que tenhamos aquela atenção especial ao turismo. Seja pela natureza, pelo povo, pela diversidade de raças e de culturas, seja do ponto de vista arquitetônico ou da culinária, se tratarmos o turismo como realmente ele deve ser tratado, poderemos trazer para Santa Catarina grandes recursos e uma grande contribuição para elevar ainda mais a nossa renda.

Nós temos um diferencial de outros Estados, e outro dia um amigo meu comentava isso comigo: Santa Catarina, devido ao seu IDH, recebe muito bem os turistas estrangeiros, porque se tem um nível de qualidade de vida muito bom. Apesar de em alguns locais existir pobreza, as nossas cidades têm um IDH muito alto.

Então, você consegue comportar ainda, contrapondo a outros Estados que também têm belezas naturais acentuadas. Devido a essas várias etnias, temos aqui um povo altamente receptivo e culturalmente evoluído, que consegue receber, e o turista, tanto o europeu como o americano, consegue se sentir bem nesse meio, por se ter aqui essa qualidade de vida acentuada.

A palavra continua livre para quem quiser fazer uso dela.

O SR. VILSON FRANCISCO DE FARIAS - Bem, vou voltar a conversar alguma coisa.

Vejo colocada aqui a preocupação de se redividir uma estrutura que foi recentemente instalada. Uma outra preocupação: estou na área de turismo, mas sou especialista na área de cultura, e posso colocar aqui com franqueza e clareza que se esse tripe cultura, turismo e esporte estiver desassociado de um comando... Nós cometemos constantemente o erro de subestimar a articulação.

Em 1982 fui Secretário de Turismo de Florianópolis, portanto acompanho há vinte anos essa questão. Para realizar esse turismo empreendedor, esse turismo de divulgação, precisamos de uma estrutura um pouco mais leve, mais flexível. A Santur foi esse modelo,

que poderia ser muito bem reestruturada, com capacidade de gerenciamento e de busca de recursos para evitar... E vou colocar aqui uma coisa muito simples: nós precisamos criar estruturas que vão além de Governos, porque essas atividades não são meramente governamentais, são atividades globais, atividades que envolvem o mundo empresarial, o mundo político, enfim, de retornos profundos. E cada interrupção por unidades administrativas, por mudanças administrativas, causa estragos profundos.

Concordo com o Sr. Presidente da Comissão de Turismo no sentido de tornarmos essa estrutura de turismo um pouco mais móvel, um pouco mais ágil, um pouco mais objetiva. Mas penso que a criação de uma estrutura um pouco mais flexível, com capacidade de captação e gerenciamento de recursos, seria a forma ideal, em vez de uma Secretaria de Turismo, que viria estar engessada dentro de um sistema administrativo, como os demais que já existem. Isso é o que eu penso.

Então, sugiro a V.Sa. que pense numa dinâmica um pouco mais aprofundada, e quem sabe nós tenhamos resultados bem concretos de um órgão turístico catarinense meio, digamos assim, empresa de economia mista (não sei se seria isso), em que se pudesse buscar e estimular o turismo sem estar engessado. É claro que um órgão com vinculação direta ao Governo do Estado é que teria a sua administração, mas não a engessaria com uma nova Secretaria. Isso é o que nós pensamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Obrigado.

Com a palavra o Sr. Flávio Luis Agustini, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Turístico - Santur.

O SR. FLÁVIO LUÍS AGUSTINI - Agradeço a oportunidade e parabeno o Deputado Godinho por esta audiência.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Célio, Prefeito de Laguna; o Sr. Rudi, Prefeito de Treze Tílias; o nosso colega Luiz, Secretário de Turismo de Florianópolis; a Sra. Ana Carneiro, e em seu nome os gerentes; o nosso colega SAVEDRA, Coordenador do Prodetur Sul; o Júlio, os Secretários; o Vereador Ptolomeu e os demais presentes.

O Secretário praticamente já colocou todas as ações da Secretaria e também da Santur, mas gostaria de destacar, rapidamente, a importância do turismo, que é o maior gerador de emprego e renda no mundo, o maior distribuidor de renda, multidisciplinar.

Temos essa dificuldade: quando troca o Governo, o que servia para o Governo passado não serve para o outro. A descontinuidade das ações é um problema muito grave em todas as esferas, seja federal, estadual e municipal. Temos, portanto, esse problema.

E também são poucos os Prefeitos, Deputado Godinho, que colocam recursos no orçamento. Turismo é prioridade sempre na hora do discurso, na hora da campanha, mas na hora de colocar recursos, eles são ínfimos, são poucos os recursos destinados para o desenvolvimento do turismo. E quando tem recurso, a maioria é colocada para promoção, nunca tem dinheiro para estruturar os destinos, para formatar produtos.

Então, realmente é difícil. Se você não consegue estruturar, melhorar, ampliar a sua oferta, como vai aumentar a sua demanda?

Como foi colocado aqui, Santa Catarina tem esse leque... Eu brinco que aqui se anda trinta, quarenta quilômetros para qualquer lado e mudam a etnia, a gastronomia, o folclore, a natureza. Realmente nós somos um mosaico; essa nossa diversidade é a nossa riqueza.

Somos o segundo Estado em número de etnias do Brasil, na nossa frente está só o Espírito Santo. Inclusive levamos na última ABAV cerca de 26 etnias.

Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, existia um programa chamado PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo -, e ele tinha três vertentes: criação do Conselho, criação de um plano e de um fundo. Agora, no Governo do Lula, o programa é de regionalização do turismo. E é isso mesmo: hoje o turista não quer mais vivenciar o destino, quer vivenciar uma experiência. E para termos vantagem competitiva, temos que nos unir.

Florianópolis, como foi citado aqui pelo Secretário, assim como Blumenau, sempre teve dificuldade de vender o entorno. É importante que Florianópolis, que é a nossa âncora, a nossa ilha, o nosso portal, a nossa capital, consiga valorizar o entorno Biguaçu, Santo Amaro, Palhoça, para que possa ter roteiros mais formatados, mais competitivos e consiga agregar maior oferta ao nosso destino.

Nós fizemos todos aqueles cursos que o Secretário falou, qualificando o receptivo nas oito regiões turísticas, e dividimos o Estado em oito regiões: Grande Florianópolis, Vale do Contestado, Grande Oeste Catarinense, Serra Catarinense, Vale Europeu, Encantos do Sul Catarinense, Caminho dos Príncipes, Rota do Sol. Hoje estamos trabalhando em todas as regiões indistintamente. Os cursos de guia regional são nas oito regiões e todos os materiais promocionais visam divulgar as oito regiões, assim como as campanhas.

Quando fui Secretário de Turismo em Lages (durante oito anos), a queixa era que a promoção ia de Florianópolis, passava por Balneário Camboriú e chegava no máximo a Blumenau. Hoje, não, a gente procura levar para os eventos as oito regiões turísticas, informando e participando junto com os Secretários e com o *trade*.

Estamos com outro projeto já no Ministério, que é o aperfeiçoamento da mão-de-obra - o primeiro era qualificando -, para você inserir mão-de-obra no mercado como guia de turismo regional. O aperfeiçoamento visa você qualificar melhor os atendentes de hotéis, de agências de viagem, enfim, melhorar o receptivo.

Temos um outro grande projeto, Deputado, o Acolhida na Colônia, com metodologia francesa, e temos um único centro fora da Europa e o único da América Latina, que fica em Santa Rosa de Lima, cujo trabalho visa à inserção social. Estamos trabalhando em quatro SDRs: Ibirama, Ituporanga, Rio do Sul e São Joaquim. E esse projeto é diferente do turismo rural da nossa região, Lages, que é pioneira no turismo rural do Brasil. Esse projeto visa aos pequenos colonos, que, depois de terem seus filhos casados ou trabalhando fora, reformam suas casas. Esse é o modelo.

Finalizando, queremos dizer que as pesquisas que fizemos são fundamentais. Essas pesquisas são feitas em parceria com o município, e usamos uma metodologia da Organização Mundial de Turismo. O município disponibiliza os pesquisadores e nós disponibilizamos os questionários, fazemos toda a metodologia, a tabulação e a divulgação.

Esse número que o senhor falou aí, que na temporada são quase três milhões de turistas; na última foram 2,7 milhões. Não sei de onde o senhor tirou mais esse um milhão; são dois milhões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Do Centro de Eventos. Eu informei que a...

O SR. FLÁVIO LUÍS AGUSTINI - Não, da pesquisa de verão. Parece-me que o senhor falou um milhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Esses números foram fornecidos pelo Centro de Eventos, na pessoa do seu (*Ininteligível. Falas paralelas.*)

O SR. FLÁVIO LUÍS AGUSTINI - Nossas pesquisas estão no site, e gostaria de me colocar à disposição.

Santa Catarina tem todos os segmentos de turismo, todas as modalidades: hidrotermal, em que é pioneira no Brasil; rural, também é pioneira no Brasil; religioso. Neste último, a SDR de Florianópolis já começou um trabalho, e a gente deve avançar com Angelina, com Nova Trento, chegando até Brusque, ecológico, aventura, cultural ou de eventos.

Santa Catarina é hoje o Estado que tem mais *convention bureau* no Brasil. Temos uma federação com três *convention bureau*, e temos a baleia franca, que Florianópolis ainda não sabe explorar direito, que começa aqui no Sul da Ilha e vai até a Praia do Rincão, atraindo turistas de junho a novembro.

Finalizando, quero dizer que do dia 18 até o dia 21 estaremos recebendo aqui todo o Brasil. São 27 interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo e mais dez pessoas do Ministério.

Faremos uma visita técnica lá em sua cidade, Prefeito. Iremos a Urubici, a São Joaquim, na fazenda Barreiro, descenderemos a Serra do Rio do Rastro e pernoitaremos no Laguna Tourist. Iremos ao Bar Absinto, do Joãozinho, e estamos monitorando a baleia franca; queremos visitar o Museu da Anita Garibaldi e ver os golfinhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Obrigado, Flavinho.

Antes de dar continuidade, gostaria de passar o vídeo que iremos passar no início da audiência.

(*Exibição de vídeo.*)

Este DVD é da Secretaria. É um retrato de Santa Catarina, mostra as nossas potencialidades turísticas.

Com a palavra a Sra. Cristina César.

A SRA. CRISTINA CÉSAR - Aproveitando que os senhores falaram no turismo de eventos, eu gostaria, como idealizadora e coordenadora da 1ª Bienal do Livro de Santa Catarina, que aconteceu em Lages este ano, de 16 a 19 de junho, que os senhores, que têm todo o potencial para nos ajudar, que nos ajudassem no sentido de que fosse incluída no calendário de eventos de Santa Catarina, a partir do próximo ano, em 2007. Nem o Rio Grande do Sul nem o Paraná têm bienais do livro. Então, realmente, somos pioneiros aqui no Sul do Estado. Se for possível, pedimos que seja incluída a bienal no calendário da Santur ou do Estado, porque esse evento acontece a cada dois anos em Lages. Isso trará um grande número de turistas para a nossa região também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o Sr. Acyr Osmar de Oliveira, Superintendente da Fundação Itajaense de Turismo.

O SR. ACYR OSMAR DE OLIVEIRA - Gostaria de fazer algumas colocações aqui sobre a organização que estamos tendo através da Associação do Município da Foz do Rio Itajaí. Os onze Secretários de Turismo mantêm reuniões quinzenais para tratar desse turismo regionalizado. Em cima disso, já conseguimos fazer uma revista, que coordena as ações desses municípios.

Quero parabenizar a Santur pelas ações que vem desenvolvendo este ano principalmente, ano em que assumimos a Prefeitura, levando-nos às diversas feiras, congressos e seminários por um custo relativamente baixo, o que oportuniza a participação de todos os municípios. Começamos em janeiro com a Santur, com a pesquisa Demanda Turística, que hoje faz parte. Entendemos que o município, para crescer, tem que ser orientado através de uma pesquisa e estamos usando esses dados para redirecionar a política de turismo em Itajaí. E também essa participação que estamos tendo com a Santur desde fevereiro (*inaudível*) na CVC Turismo, até recentemente na Festa dos Estados, em Brasília, sobre a colaboração e a orientação da Santur, a quem fazemos aqui os nossos agradecimentos.

Gostaria de registrar as nossas festas de outubro. Sabemos que a grande festa é a Oktoberfest. Temos também a Fenarreco - o Osmar e o pessoal da Proeb estão aqui. A Marejada, de Itajaí, é realizada no mesmo período da Oktoberfest e da Fenarreco. Estamos participando de alguns lançamentos em nível de Brasil, oportunizando assim esse contexto das festas de Santa Catarina.

Sabemos nós, da Marejada, de Itajaí, e penso que também é o pensamento do pessoal de Brusque, que sem a Oktoberfest não iríamos sobreviver. Santa Catarina precisa da Oktoberfest, da Marejada e da Fenarreco.

Queremos deixar registrados os nossos agradecimentos, porque a Oktoberfest sempre nos convida para os lançamentos e para os eventos que ocorrem em todo o Brasil, que já estão programados.

Convido a todos para, de 7 a 23 de outubro, fazerem-se presentes em Itajaí. Passem lá, comam um peixe, tomem um vinho e vão se divertir depois na Oktoberfest. Após, comam um marreco em Brusque.

Como estamos falando de turismo, avanços e retrocessos, gostaria de deixar registrado o seguinte: que fosse revista a lei da farra do boi. Para nós, que somos do litoral, é um retrocesso, porque vai contra a nossa cultura. Estivemos há uns 20 dias conversando com o Prefeito de Governador Celso Ramos - está aqui o Secretário. A lei diz que não será permitida violência ao animal. Ninguém faz farra do boi para cometer violência ao animal. Muito mais violência começa agora nessa quarta-feira em Barretos. Não tem lei que proíba aquilo. Querem proibir a nossa manifestação, que é de 40 dias.

Então, deixem-nos fazer a lei, organizados pelas Prefeituras, que não irão permitir a violência ao animal. Deixem-nos fazer a brincadeira do boi como nós entendemos. A farra do boi veio numa consequência comercial e, independentemente de qualquer coisa, atrai turista. O que temos que fazer é orientar melhor essa manifestação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Antes de encerrar, já que não há mais ninguém inscrito, gostaria de fazer as considerações finais.

Quando citei aqui essa idéia de contribuir com o Estado de Santa Catarina para que haja um entendimento maior, um casamento melhor das ações, quis dizer que temos em nível de Governo Federal o Ministério do Turismo, o Ministério da Cultura e o Ministério do Esporte.

Fui Secretário de Estado do Meio Ambiente, da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Social, e vi a dificuldade que se tem, até por uma questão de agenda, de atender uma agenda na parte social e na parte do meio ambiente. São coisas correlatas, mas são ações que demandam uma atenção muito especial.

Esquecemos de falar aqui sobre a tradição gaúcha em Santa Catarina, uma das ações maiores do povo catarinense. Temos mais de trezentas mil pessoas filiadas aos CTGs. Acontecem por finais de semana mais de cem eventos de torneio de laço em Santa Catarina. Isso é uma coisa fantástica, é inegável. Temos hoje no litoral mais CTGs do que na região Serrana. É a tradição catarinense.

Então, dentro desse enfoque da diversidade de ações, estamos começando na Comissão de Turismo e Meio Ambiente essa discussão para que se tenha uma ação direta de turismo, de cultura e de esportes, devido à relevância, ao retorno e à quantidade de ações nessas três áreas.

Sabemos que a área de turismo é a que mais emprega. Podemos recorrer num curto espaço de tempo. Citaram aqui Gramado. Gramado foi um turismo criado. Criou-se um turismo em Gramado. Gramado não tinha turismo. Treze Tílias, uma cidade maravilhosa, também criou o seu turismo a partir da cultura do seu povo.

Então, havendo uma Secretaria específica para tratar somente de turismo, com atenção especial aos hotéis, às ações culturais que ocorrem, como a farra do boi e outras ações, essas expressões da nossa cultura, das nossas etnias, haverá uma atenção maior, um canal mais ligado, haverá alguém preocupado somente com o turismo, e Santa Catarina tem essa vocação para o turismo.

Voltando aos meus dados aqui, Santa Catarina recebeu em 2003 cerca de 2.312 milhões de turistas; em 2004, recebeu 2.959 milhões; em 2005, houve um decréscimo, passou para 2.772 milhões. Então, de 2004 para 2005 tivemos uma queda na vinda de turistas para Santa Catarina.

Quero dizer que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente está tendo uma série de ações para contribuir, para agregar, dentro de uma visão democrática, dentro da Assembléia. O Presidente e os demais membros da Assembléia têm uma visão de participação, de contribuição, jamais de criticar.

Queremos parabenizar a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, que tem sido transparente. Em qualquer local podemos ver um portal turístico. Realmente, há uma criação de *folder* muito bem elaborado. Podemos ver uma ação no Estado associada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, uma ação muito forte de turismo.

Então vemos que o Estado está começando a se preocupar com o turismo. Quer dizer, este Governo, esta gestão, tem tido uma preocupação, essa divulgação no exterior. Em quase todos os táxis de São Paulo pode-se ver propaganda sobre Santa Catarina. Hoje tem a Casa de Santa Catarina em Brasília. Domênico di Massi fez uma propaganda para o mundo todo sobre Santa Catarina. Eu estive na China agora, levei mais de cem DVDs da Secretaria de Turismo, os quais divulgamos amplamente em mandarim.

Então, a preocupação deste Estado é com o turismo. Por isso essa idéia que a Comissão está iniciando, a discussão no sentido de se criar uma Secretaria, é para contribuir. Sabemos que foi feita uma reforma administrativa e esses dois quesitos, turismo e cultura, no debate na Assembléia, na hora da reforma administrativa, foi altamente conflitante. Aqui na Assembléia foi o momento mais conflitante da reforma administrativa. Polemizou-se mais a junção desses três segmentos: turismo, cultura e esporte. Foi conflitante, não foi fácil aceitar a cultura agregada a isso, principalmente, que foi o setor que mais reclamou.

Eu queria agradecer imensamente a todos pela presença. Quero dizer mais uma vez que o intuito dessas audiências é contribuir. Nós faremos outra, urgentemente, com a presença de todo o *trade* de turismo de Santa Catarina, que hoje não pôde estar presente, para discutir e pontuar mais.

Em relação ao Prodetur, gostaria de dizer que estive em Washington com o Governador para buscar um entendimento. Nós estamos ansiosos para que seja liberado o Prodetur. Eu, como serrano, estou preocupado também com algum questionamento com relação ao Prodetur, que vai contribuir com Camboriú, Bombinhas, Blumenau, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Itajaí, Itapema, Joinville, Navegantes, Penha, Pomerode, Porto Belo e São Francisco do Sul. Nós precisávamos de um Prodetur maior para atender toda a demanda do Estado de Santa Catarina.

Isso não é uma perseguição à região serrana, mas há projetos maiores, que foram contemplados (*ininteligível*).

Antes de encerrar, pergunto ao nosso grande amigo do Prodetur se gostaria de dar uma contribuição, porque a preocupação maior nossa é esse dinheiro que vem do BID para fomentar o turismo sustentável aqui.

O SR. GUILBERTO SAVEDRA - Sr. Presidente, com relação à nova área a ser definida ou a ser desenvolvida pelo Prodetur, devo comunicar que na reunião última, no dia 25 de julho próximo passado, Santa Catarina, através do Governador, já manifestou oficialmente ao Ministério de Turismo e ao BID que a segunda área a ser desenvolvida no programa, a partir já do último trimestre deste ano, quando começaremos a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado, que é o PDIT, será o Sul catarinense, integrando-se à serra catarinense, fechando o circuito com a serra gaúcha, o que nós chamamos Caminho dos Cânions.

Então, essa segunda área já está oficialmente comunicada ao Banco e ao Ministério. E assim que tivermos sucesso na concretização do financiamento, o que nós esperamos... Porque do jeito que coisa está caminhando, até final do mês de setembro próximo iniciaremos a segunda área. Ou seja, iniciaremos a execução do que já está hoje definido como área prioritária, dos treze municípios que o senhor enunciou, e iniciaremos o projeto de planejamento para a segunda área, que é a integração da serra catarinense com o Sul do Estado, fechando o circuito com Aparados da Serra, através da Praia Grande e Itaimbezinho. Então, essa seria a segunda área do Prodetur.

Só para concluir, ainda com relação ao encaminhamento do programa, na segunda e na terça-feira estaremos realizando o primeiro encontro dos treze municípios contemplados, elencados nessa primeira área, em Blumenau. É um seminário para gestores públicos do turismo, em que o BID e o Ministério estarão participando juntamente com a Secretaria dessa primeira fase do programa. É evidente que são nominados treze municípios, mas a partir daí, e em turismo é isso, irradia-se todo um processo de desenvolvimento das ações, através dos municípios-pólo, mas que nós, até por uma determinação do Sr. Governador e a firmeza de condução do Secretário Gilmar, vamos atender a todos (*ininteligível*) nas ações que estão propugnadas.

Era isso que eu tinha a dizer. Gostaria de cumprimentar V.Exa. pela iniciativa. Que tenhamos a oportunidade de outros eventos como este!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Nada mais havendo, gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos pela presença e de dizer que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente anotou as colocações e sugestões para que possa encaminhá-las, divulgá-las, torná-las públicas e, quiçá, contemplá-las.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniram-se na Sala da Imprensa a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Dionei Walter da Silva vice-presidente, presentes os Senhores Deputados membros: Francisco Küster, Gelson Sorgato e Narcizo Parisotto. Aberto os trabalhos o senhor Presidente fez a leitura do seu Requerimento solicitando uma Audiência Pública no município de Rio do Sul para o dia vinte e sete de agosto do corrente ano. Foi aprovada por unanimidade. Seguindo fez a leitura do seu parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 0174.0/2005, de autoria do Senhor Deputado Manoel Mota que Dispõe sobre o apoio a iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores. Foi aprovado por unanimidade. Dando seguimento fez leitura do parecer favorável do Relator Senhor Deputado Gelson Sorgato ao Projeto de Lei n.º 0057.7/200, de autoria Governamental que Autoriza a doação de imóvel no Município de Criciúma, regularização da ocupação pela EPAGRI. Foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Bezerra Secretária executiva, laurei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e Membros presentes. Florianópolis, vinte e quatro de agosto de dois mil e cinco.

Deputado Reno Caramori - Presidente

Deputado Dionei Walter da Silva - vice-presidente

Deputado Gelson Sorgato - Membro

Deputado Francisco Küster - Membro

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e três do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, sob a Presidência dos Senhor Deputado Jorginho Mello e presentes os demais membros: Deputado Vânio dos Santos, Deputado Afrânio Boppré em substituição ao Deputado Paulo Eccel, Deputado Gelson Sorgato em substituição ao Deputado Romildo Titon, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Celestino Secco, Deputado Onofre Santo Agostini, Deputado Sérgio Godinho e Deputado João Henrique Blasi. Aberto os trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a ata da 19ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. **O Senhor Deputado Jorginho Mello**, relatou as seguintes matérias: Projetos de Lei n.ºs. 310.1/05, 305.4/05 e 308.7/05, exarando pareceres pela admissibilidade, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Medidas Provisórias n.ºs. 118/05 e 119/05, exarando pareceres pela admissibilidade, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Projetos de Lei n.ºs. 188.6/05 e 303.2/05, exarando pareceres pelo arquivamento, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei n.º 304.3/05, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Celestino Secco**, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei n.º 306.5/05, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Resolução n.º 009.0/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado João Henrique Blasi**, relatou o Projeto de Emenda Constitucional n.º 003.1/05, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Vânio dos Santos**, relatou o Projeto de Decreto Legislativo n.º 013.8/05, exarando parecer pela admissibilidade com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Senhor Deputado Joares Ponticelli**, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei n.º 283.4/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei n.º 279.8/05, exarando parecer pela admissibilidade com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Senhor Deputado Sérgio Godinho**, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei n.º

190.0/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 054.4/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Gelson Sorgato. No processo de discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 013.8/05, foram convidados e utilizaram a palavra o Padre Domingos Dorigon, Secretário Executivo da CNBB Sul Quatro e a Sra. Noemia Bahn, representante do Comitê do Fórum Catarinense de Bacias Hidrográficas. O Secretário de Estado da Infra-estrutura, Deputado Mauro Mariani, atendendo convite, compareceu a reunião e utilizou a palavra para discutir o Projeto de Lei nº 248.1/05. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Edgard Novuchy Pereira Usuy, Secretário Parlamentar, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 23 de Agosto de 2005.

Deputado Jorginho Mello

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia vinte e quatro do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, sob a Presidência do senhor Deputado Dionei Walter da Silva, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Divisão de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença os senhores **Deputados Membros da Comissão: Onofre Santo Agostini - Vice-Presidente, Antônio Carlos Vieira, Wilson Vieira, Manoel Motta, Sérgio Godinho e Joares Ponticelli, autor do Requerimento que solicitou a presença do Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre as denúncias veiculadas nos jornais de circulação estadual referente a participação de Delegados de Polícia e outros policiais, com 24 veículos oficiais da SSP, em jantar de apoio político a pré-candidatura do Chefe da Polícia Civil, Delegado Ricardo Thomé, à Câmara Federal.** Acompanharam também a Reunião os **Deputados Paulo Eccel e Vânio dos Santos**, como convidados. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os **PLs 0205.1/05 e 0198.8/05**, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputado Dentinho, bem como os **PLs 0197.7/05, 0130.0/05 e 0193.3/05**, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputado Onofre Santo Agostini e o **PL 0192.2/05**, que teve parecer exarado favorável pelo Deputado Sérgio Godinho, aos quais, excetuando o **PL 0192.2/05**, que o Deputado Antônio Carlos Vieira pediu Vistas em Gabinete, os demais Projetos foram aprovados por unanimidade. Concluída a votação dos projetos, ato contínuo o Presidente da Comissão, Deputado Dionei passou ao segundo item da pauta, ou seja, os esclarecimentos do excelentíssimo senhor Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Dr. Ronaldo Benedet. Com a palavra o senhor Secretário explicou que assim que os fatos foram levados a público, o próprio governador tomou a iniciativa de abrir uma sindicância, fora da própria Secretaria, que culminou com a exoneração do Delegado Ricardo Thomé do cargo de Chefe da Polícia Civil e de Murilo Canto, Gerente de Assuntos Críticos da Polícia Civil. Informou também que o "Delegado negou que a reunião foi política, alegando que os veículos estavam no local devido a uma confraternização de policiais que faziam o curso na Academia de Polícia, distantes poucos metros do restaurante mencionado na denúncia". Segundo o Secretário, já há uma outra sindicância, de ordem interna, para apurar os fatos com os demais envolvidos, o que pode resultar em processo administrativo. Foi enfático ao afirmar que a Secretaria de Segurança Pública possui mais de 4 mil veículos e não há condições de controlar o fluxo de carros oficiais. A seguir o Presidente da Comissão concedeu a palavra ao Deputado Onofre Agostini, Vice-Presidente da Comissão, o qual salientou que deveria existir uma lei que coibisse os policiais civis se candidatarem sem exoneração do cargo, e citou como exemplo, a Polícia Militar, pois assim, eliminaria abusos que acontecem durante as campanhas. Finalizando o parlamentar disse "vocês não fazem idéia do que os policiais são capazes quando são candidatos, é uma covardia"! A seguir foi concedida a palavra ao Deputado Joares Ponticelli, que questionou o Secretário sobre uma publicação em um jornal de circulação estadual, onde aparece a foto de Benedet e o timbre do governo estadual numa veiculação em homenagem aos despachantes. Com a palavra o secretário informou que "os despachantes queriam fazer uma média comigo e acabaram me prejudicando, mesmo porque eu não autorizei absolutamente, nada." Depois, ligaram do jornal para minha casa se desculpando. Argumentou". Ato contínuo outros assuntos foram abordados pelos parlamentares, como o fato que o Deputado Vânio reportou ao Secretário, solicitando que se inteirasse do que ocorre no município de Angelina, onde a comunidade fez abaixo-assinado pedindo a substituição da Delegada local, e esta por sua vez, usando do poder,

de posse da cópia do abaixo-assinado, intimou cada pessoa na própria Delegacia. Solicitamos ao senhor q eu tome providências urgentes quanto a este absurdo! Ato contínuo foi concedida a palavra ao Deputado Dentinho, que solicitou ao Secretário qual o número de efetivos no município de Joinville. Com a palavra o Secretário informou que "nós não podemos dar esse número agora, mas, nós vamos procurar priorizar Joinville, que sabemos estar defasada. No concurso que realizamos, nós estamos pedindo trinta Delegados, que é o número legal que é permitido, do quadro efetivo da Polícia Civil. O problema é que não podem ser contratados mais que quinhentos, e o quadro de Delegados está praticamente completo. A seguir, como não houve mais questionamentos, nem outros assuntos a serem tratados, encerrou o senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu Paulo Roberto Silveira, Secretário Executivo da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente e demais senhores Deputados membros desta Comissão. Sala de Reuniões da Imprensa, em 24 de agosto de 2005

Deputado Dionei Walter da Silva

Presidente

*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA QUINTA LEGISLATURA.

Às treze horas do dia dezessete de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, sob a presidência do Senhor Deputado Sérgio Godinho, presentes os Senhores Deputados Afrânio Boppré, Ana Paula Lima, Jorginho Mello, Reno Caramori e Simone Schramm. **(O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Godinho)** - "Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a quinta reunião ordinária da décima quinta legislatura da terceira sessão legislativa da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa. Senhores Deputados, temos aqui a pauta da reunião de hoje, com a seguinte pauta: Discussão e votação da ata da reunião anterior; Distribuição de Projetos de Leis; Votação do Projeto de Lei PL/0115.2/2005; Informe das Audiências Públicas sobre Resíduos Sólidos, em Lages dia dezoito de agosto, às dezenove horas e Reservas do Particulares do Patrimônio Natural - Araucárias, em Ponte Serrada, dia dezoito de agosto; às dezoito horas; Leitura de expediente: Ofício FATMA em resposta ao ofício CTMA/108/2005; Documentos diversos". **(O Senhor Deputado Afrânio Boppré)** - "Senhor Presidente, que incluíssemos e tratássemos como primeiro ponto de pauta o incidente com relação a Audiência Pública de Içara, eu queria apenas discutir o que fazer, não queria polemizar sobre o que aconteceu, mas discutir qual é a melhor forma da gente encaminhar". **(O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Godinho)** - "Recebemos no dia treze de junho de dois mil e cinco, um requerimento do Deputado Afrânio Boppré, pedindo uma requerimento para Audiência Pública na cidade de Içara, para discutir a extração de carvão naquele município e o impacto na agricultura, no meio ambiente e na economia de Içara e região. Solicitamos que sejam convidados o gerente do IBAMA, da FATMA, Procuradoria Pública, Procuradoria da República em Criciúma, Coordenação Geral do Meio Ambiente, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, o Senhor Carlile Lile e Antônio Santos Matiola, líder a organização dos agricultores atingidos. Senhor Deputado, naquele momento da reunião, até Vossa Excelência me ligou para que falássemos sobre isso, confesso até que tinha me esquecido da ligação. Mas este esquecimento não teve nenhuma determinação no cancelamento daquela audiência. Então no momento eu estava viajando e foi feito um ofício que foi entregue ao Deputado Júlio Garcia, no dia três de agosto, também foi enviado ao senhor no seu gabinete, o ofício consta do seguinte teor: Florianópolis, três de agosto de dois mil e cinco, Ofício CTMA/626/05, Senhor Presidente, Cumprimentando-o cordialmente, vimos por determinação do Presidente desta Comissão, Deputado Sérgio Godinho, informar a Vossa Excelência que a Audiência Pública marcada para o próximo dia doze, na Cidade de Içara, para tratar sobre a EXTRAÇÃO DO CARVÃO E SEU IMPACTO NA AGRICULTURA, NO MEIO AMBIENTE E NA ECONOMIA, foi suspensa por motivo de conflitos entre mineradores e agricultores, a questão está bastante tensa, podendo ocorrer agressões entre as partes, motivo este que levou esta Presidência a tomar tal atitude. Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para externar votos de apreço e consideração. Atenciosamente, Newton Zomkowski, Secretário Executivo, Excelentíssimo Senhor, Deputado Júlio Garcia, Digníssimo Presidente deste Poder, Nesta Casa. Este ofício, não tomei conhecimento no dia, apenas atendendo, como relatei a Vossa Excelência, respeitando a proposição do Presidente da Casa, que externava também esta preocupação e eu estava de viagem, recebi o telefonema e acatei o pedido do Presidente, não num ato de subordinação ao conflito, ao tema em si, que não me custa nada, não quero de maneira alguma tomar partido em relação aos conflitos, a discussão dos conflitos, apenas por estar o clima tenso, as discussões acirradas, então se suspende a sessão e comunica-se ao Deputado Boppré, foi o

que eu falei por telefone, foi este o entendimento. Então, não houve nenhuma má fé. Peço desculpas por este atrapalho, principalmente quando falamos por telefone, vossa Excelência me fez lembrar, falei de viva voz, que iríamos fazer. Se o Senhor pudesse ter esta consideração com este Deputado, que a gente possa marcar urgentemente esta reunião, sem qualquer outro fato que possa impedir, que eu peça até desculpas aos participantes por ter ocorrido este fato, me proponho a ir lá, participar ativamente. Fazer os convites novamente, para retomarmos esta audiência pública. Explicando que minha ausência determinou este mal entendido. Vossa Excelência foi a plenário não aceitando esta posição. Se estivesse aqui, talvez, teria me convencido ao contrário e não teria acontecido isso. A minha ausência não deu oportunidade de discussão". (O Senhor Deputado Afrânio Boppré) - "Entendo que Vossa Excelência não agiu de má fé, estava efetivamente preocupado. Convidei para que estivesse aqui presente hoje a esta reunião, uma delegação, que são lideranças do movimento. Até em função do argumento de que havia um conflito, havia um tensionamento, acho oportuno até ouvi-los, para que eles relatem o clima local, para que a Comissão compreenda o que se passa no Município de Içara. Pediria ao Antônio Matiola, ao Gilmar Bonifácio, para que explicasse a nossa Comissão qual é o clima que existe na localidade e que encaminhamento poderíamos buscar concretizar a partir de agora. Há concordância por parte da Presidência?" (O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Godinho) - "Pois não, concordo plenamente e fique a vontade. (O Senhor Gilmar Bonifácio) - "faço parte do Movimento Pela Vida, que é um movimento que existe na região sul, e faço parte da coordenação do movimento dos agricultores contra a instalação da Mina da Santa Cruz. Em primeiro momento a gente quer deixar claro, um descontentamento geral que houve na comunidade, porque convites foram espalhados por toda a região, convidando para a Audiência Pública, e que na semana da Audiência Pública havia um comunicado suspendendo a Audiência. Isso nos levou a uma preocupação, porque há dois anos resistimos a instalação da mina, e somos constantemente boicotados quando discutimos este modelo de desenvolvimento que existe na região sul, o qual querem basear em cima do carvão. Com a formação de uma frente parlamentar mista em Brasília, na data de ontem, para defender o carvão. Isto tudo fez com que a comunidade fique perguntando, será que alguém estará ao lado da comunidade, querendo defender a agricultura, defendendo o meio ambiente. Tendo em vista que, o modelo de desenvolvimento que temos na região sul, o carvão deixou um rastro negro, um rastro de destruição, um passivo ambiental tremendo, isso faz com que a preocupação venha a tona. Dois anos de luta e nestes dois anos o objetivo maior é a defesa do meio ambiente, a defesa da água. As comunidades que estão sendo atingidas, umas oito a dez comunidades, aproximadamente quatrocentas famílias atingidas direta ou indiretamente atingidas por esta mina, não querem a sua instalação, porque é uma região agrícola, autosustentável, a questão da água, ela tem autonomia, não precisa da CASAN, não precisa de ninguém, é um lugar excelente para se viver e não se quer perder a qualidade de vida que se tem ali. Só que, nestes dois anos, fomos freqüentemente boicotados nesta luta e nem sequer ao menos discutir, se é isso ou não que se deve buscar para a região. Não se quer discutir quais são as consequências para a extração do carvão para a região. Simplesmente se pensa que o carvão é um lucro fácil, é uma energia fácil, mas não se fala que é uma energia suja, que está levando o planeta à destruição. Queremos ser ouvidos, a comissão quer trazer uma discussão aberta para a extração do carvão e suas consequências. Por isso a Audiência Pública da Assembléia Legislativa, lá em Içara, seria de suma importância, porque vai abrir um espaço democrático para discutir a questão do carvão. Gerações e gerações vivem naquelas terras, e com a vinda desta mina, vai por ralo a baixo, vai ser destruída. Queremos que a Assembléia Legislativa demonstre coragem e diga que problemas com Santa Catarina, com o povo catarinense, queremos discutir, independentemente quem quer que seja. Este é o papel do legislativo catarinense. (O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Godinho) - "Em primeiro lugar gostaria de pedir desculpas mais uma vez, pelo fato de cancelamento da audiência, nos propomos aqui a marcar esta data, para a gente ir, vou pessoalmente a este lugar. Concordo plenamente que as discussões devem ser realizadas, o objetivo de uma Audiência Pública é proporcionar a participação de todos. Dar vez e voz para todos que participarem dela. Ocorre que a FATMA deu esta licença e em abril deste ano a Procuradoria da República, através da Procuradora Jacqueline Ana Bufon, propôs uma ação civil pública, requerendo que a licença ambiental prévia expedida pela FATMA, referente a instalação do empreendimento a ser instalado pela mina Santa Cruz, na localidade de Esplanada, em Içara, fosse declarada inválida. Por enquanto esta tudo parado. No último dia doze a Justiça Federal deferiu parcialmente em caráter de liminar o pedido do Ministério Público Federal e suspendeu os efeitos da licença liberada pela FATMA". (O Senhor Deputado Afrânio Boppré) - "Pela ordem de Lei, o PL/0115.0/2005, de autoria do Deputado Manoel Motta, que reconhece o Município de

Gravatal, como a capital catarinense das águas hidrominerais. Estudando a matéria, não há nenhum óbice legal, propendo voto favorável". (O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Godinho) - "Alguém quer discutir o PL/0115.0/2005, não havendo quem queira, coloco em votação. Aprovado por unanimidade. Informo a Vossas Excelências, temos uma Audiências Públicas marcada sobre Resíduos Sólidos, em Lages dia dezoito de agosto, às dezenove horas e Reservas do Particulares do Patrimônio Natural - Araucárias, em Ponte Serrada, dia dezoito de agosto; às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar encerramos a reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa". A qual, eu, Newton Ladislau Zomkowski, Secretário executivo, lavrei e digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em dezessete de agosto de dois mil e cinco.

Deputado Sérgio Godinho

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 372, de 31/08/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR MARIA DE FÁTIMA R. SIMON, matrícula nº 1362, no Gabinete do Deputado Júlio Garcia.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 373, de 31/08/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR SÉRGIO MACHADO FAUST, matrícula nº 1015, na Liderança do PFL.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 374, de 31/08/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SERGIO LUIZ SELL**, matrícula nº 1013, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 15/08/2005.

PORTARIA Nº 375, de 31/08/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **ANA MARIA BÁGGIO DA SILVA**, matrícula nº 2106, ocupante do cargo de Jornalista, código PL/ATS-12-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 16/08/2005.

PORTARIA Nº 376, de 31/08/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA IZABEL MACIEL**, matrícula nº 1361, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 18/08/2005.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 377, de 31/08/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VERA LEHMKUHL**, matrícula nº 1547, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-12-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 22/08/2005.

PORTARIA Nº 378, de 31/08/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SERGIO NEY SANTANA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2122, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 24/08/2005.

PORTARIA Nº 379, de 31/08/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ELISABETH NUEMBERG LOSSO**, matrícula nº 1378, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 24/08/2005.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***